

CEM – CADERNO DE EXERCÍCIOS *MASTER*

PGE/SE

Sumário

DIREITO ADMINISTRATIVO.....	3
GABARITO.....	24
DIREITO AMBIENTAL	25
Gabarito.....	54
DIREITO CIVIL.....	55
GABARITO.....	72
DIREITO CONSTITUCIONAL.....	73
GABARITO.....	99
DIREITO EMPRESARIAL.....	100
GABARITO.....	116
DIREITO FINANCEIRO	117
GABARITO.....	146
DIREITO PENAL	147
Gabarito.....	152
DIREITO PREVIDENCIÁRIO	153
GABARITO.....	163
DIREITO PROCESSUAL CIVIL (NCPC - Lei nº 13.105/2015)	164
GABARITO.....	180
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	181
GABARITO.....	196
DIREITO PROCESSUAL PENAL	197
Gabarito.....	205
DIREITO DO TRABALHO	206
Gabarito.....	228
DIREITO TRIBUTÁRIO.....	229
GABARITO.....	252
DIREITO URBANÍSTICO	253
Gabarito.....	257

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 1: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

Relativamente à compreensão principiológica do direito administrativo, julgue o item subsequente.

Com fundamento no princípio da moralidade e da impessoalidade, o STF entende que, independentemente de previsão em lei formal, constitui violação à CF a nomeação de sobrinho da autoridade nomeante para o exercício de cargo em comissão, ainda que para cargo político, como o de secretário estadual.

() Certo

() Errado

Questão 2: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

Relativamente à compreensão principiológica do direito administrativo, julgue o item subsequente.

Em atendimento ao princípio da publicidade, a administração pública deve proporcionar ampla divulgação dos seus atos, e a lei regular o acesso dos usuários de serviço público a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observadas, no entanto, as restrições estabelecidas constitucionalmente quanto ao direito à intimidade e à segurança da sociedade e do Estado.

() Certo

() Errado

Questão 3: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

Acerca do regime jurídico-administrativo e dos princípios jurídicos que amparam a administração pública, julgue o item seguinte.

O atendimento ao princípio da eficiência administrativa autoriza a atuação de servidor público em desconformidade com a regra legal, desde que haja a comprovação do atingimento da eficácia na prestação do serviço público correspondente.

() Certo

() Errado

Questão 4: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

Acerca do regime jurídico-administrativo e dos princípios jurídicos que amparam a administração pública, julgue o item seguinte.

Suponha que o governador de determinado estado tenha atribuído o nome de Nelson Mandela, ex-presidente da África do Sul, a escola pública estadual construída com

recursos financeiros repassados mediante convênio com a União. Nesse caso, há violação do princípio da impessoalidade, dada a existência de proibição constitucional à publicidade de obras com nomes de autoridades públicas.

- Certo
 Errado

Questão 5: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Princípios implícitos, reconhecidos e infraconstitucionais

Relativamente à compreensão principiológica do direito administrativo, julgue o item subsequente.

No âmbito dos processos administrativos disciplinares, aplica-se a garantia da ampla defesa e do contraditório, ou seja, direito que o servidor tem à informação, à manifestação, à consideração dos argumentos apresentados e à participação obrigatória de advogado habilitado.

- Certo
 Errado

Questão 6: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Elementos, requisitos e pressupostos (atos administrativos)

No que se refere aos atos administrativos, julgue o item subsequente.

Incorre em vício de forma a edição, pelo chefe do Executivo, de portaria por meio da qual se declare de utilidade pública um imóvel, para fins de desapropriação, quando a lei exigir decreto.

- Certo
 Errado

Questão 7: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Elementos, requisitos e pressupostos (atos administrativos)

No que se refere aos atos administrativos, julgue o item subsequente.

O ato de exoneração do ocupante de cargo em comissão deve ser fundamentado, sob pena de invalidade por violação do elemento obrigatório a todo ato administrativo: o motivo.

- Certo
 Errado

Questão 8: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Desfazimento do ato administrativo (Anulação, Revogação, Cassação, Caducidade, Contraposição)

No que se refere aos atos administrativos, julgue o item subsequente.

Os atos enunciativos, como as certidões, por adquirirem os seus efeitos por lei, e não pela atuação administrativa, não são passíveis de revogação, ainda que por razões de conveniência e oportunidade.

- Certo
 Errado

Questão 9: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Administração Indireta

Julgue o próximo item, relativo à administração pública direta e indireta.

As sociedades de economia mista e as empresas públicas exploradoras de atividade econômica não se sujeitam à falência nem são imunes aos impostos sobre o patrimônio, a renda e os serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou delas decorrentes.

- Certo
 Errado

Questão 10: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Administração Indireta

Considerando a necessidade de melhorar a organização da administração pública estadual, o governador da Bahia resolveu criar autarquia para atuar no serviço público de educação e empresa pública para explorar atividade econômica.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item que se segue.

Observados os princípios da administração pública, a empresa pública pode ter regime específico de contratos e licitações, sujeitando-se os atos abusivos praticados no âmbito de tais procedimentos licitatórios ao controle por meio de mandado de segurança.

- Certo
 Errado

Questão 11: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Administração Indireta

Considerando a necessidade de melhorar a organização da administração pública estadual, o governador da Bahia resolveu criar autarquia para atuar no serviço público de educação e empresa pública para explorar atividade econômica.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item que se segue.

Desde que presentes a relevância e urgência da matéria, a criação da autarquia pode ser autorizada por medida provisória, devendo, nesse caso, ser providenciado o registro do ato constitutivo na junta comercial competente.

- Certo
 Errado

Questão 12: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Poder Hierárquico

Acerca dos atos de improbidade administrativa e dos poderes administrativos, julgue o item que se segue.

Se, fundamentado em razões técnicas, um secretário estadual delegar parte de sua competência relacionada à gestão e à execução de determinado programa social para entidade autárquica integrante da administração pública estadual, tal procedimento caracterizará exemplo de exercício do poder hierárquico mediante o instituto da descentralização.

- Certo

() Errado

Questão 13: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Poder Hierárquico

Em relação aos poderes administrativos, julgue o item subsecutivo.

Ao secretário estadual de finanças é permitido delegar, por razões técnicas e econômicas e com fundamento no seu poder hierárquico, parte de sua competência a presidente de empresa pública, desde que o faça por meio de portaria.

() Certo

() Errado

Questão 14: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Poder Disciplinar

Em relação aos poderes administrativos, julgue o item subsecutivo.

A aplicação das penas de perda da função pública e de ressarcimento integral do dano em virtude da prática de ato de improbidade administrativa situa-se no âmbito do poder disciplinar da administração pública.

() Certo

() Errado

Questão 15: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Poder de Polícia

Acerca dos atos de improbidade administrativa e dos poderes administrativos, julgue o item que se segue.

O DF não pode delegar o poder de polícia administrativa a pessoas jurídicas de direito privado, a exemplo das sociedades de economia mista, mesmo que embasado no princípio da eficiência e limitado à competência para a aplicação de multas.

() Certo

() Errado

Questão 16: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Poder de Polícia

Em relação aos poderes administrativos, julgue o item subsecutivo.

Constitui exemplo de poder de polícia a interdição de restaurante pela autoridade administrativa de vigilância sanitária.

() Certo

() Errado

Questão 17: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Abuso de Poder: Excesso de Poder e Desvio de Finalidade (poderes da Administração)

Após ter sido submetido a processo administrativo em razão do cometimento de infração disciplinar, determinado servidor público foi removido de ofício por seu superior hierárquico, agente competente para tanto, como forma de punição pela prática do ato.

Acerca dessa situação hipotética, julgue o seguinte item.

Embora observada a regra de competência referente ao poder disciplinar, houve desvio de poder, já que não foi atendida a finalidade prevista em lei para a prática do ato de remoção do servidor.

- Certo
 Errado

Questão 18: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Abuso de Poder: Excesso de Poder e Desvio de Finalidade (poderes da Administração)

Acerca do regime jurídico-administrativo e dos princípios jurídicos que amparam a administração pública, julgue o item seguinte.

Suponha que, em razão de antiga inimizade política, o prefeito do município X desapropriou área que pertencia a Cleide, alegando interesse social na construção de uma escola de primeiro grau. Nessa situação hipotética, a conduta do prefeito caracteriza desvio de poder.

- Certo
 Errado

Questão 19: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Responsabilidade Civil do Estado

Julgue o item seguinte, relativo à responsabilidade civil do Estado.

No âmbito da responsabilidade civil do Estado, são imprescritíveis as ações indenizatórias por danos morais e materiais decorrentes de atos de tortura ocorridos durante o regime militar de exceção.

- Certo
 Errado

Questão 20: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Risco Administrativo (teoria da responsabilidade objetiva do Estado)

Suponha que viatura da polícia civil colida com veículo particular que tenha ultrapassado cruzamento no sinal vermelho e o fato ocasionou sérios danos à saúde do condutor do veículo particular. Considerando essa situação hipotética e a responsabilidade civil da administração pública, julgue o item subsequente.

No caso, a ação de indenização por danos materiais contra o Estado prescreverá em vinte anos.

- Certo

Questão 21: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Ação Regressiva (responsabilidade civil do Estado)

Julgue o próximo item, relativo à administração pública direta e indireta.

Aplica-se a prescrição quinquenal no caso de ação regressiva ajuizada por autarquia estadual contra servidor público cuja conduta comissiva tenha resultado no dever do Estado de indenizar as perdas e danos materiais e morais sofridos por terceiro.

- Certo
 Errado

Questão 22: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Ação Regressiva (responsabilidade civil do Estado)

Um motorista alcoolizado abalroou por trás viatura da polícia militar que estava regularmente estacionada. Do acidente resultaram lesões em cidadão que estava retido dentro do compartimento traseiro do veículo. Esse cidadão então ajuizou ação de indenização por danos materiais contra o Estado, alegando responsabilidade objetiva. O procurador responsável pela contestação deixou de alegar culpa exclusiva de terceiro e não solicitou denúncia da lide. O corregedor determinou a apuração da responsabilidade do procurador, por entender que houve negligência na elaboração da defesa, por acreditar que seria útil à defesa do poder público alegar culpa exclusiva de terceiro na geração do acidente.

Considerando essa situação hipotética, julgue o próximo item.

Diante da ausência de denúncia da lide, ficou prejudicado o direito de regresso do Estado contra o motorista causador do acidente.

- Certo
 Errado

Questão 23: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Responsabilidade das prestadoras de serviços públicos

Julgue o item seguinte, relativo à responsabilidade civil do Estado.

Segundo a atual posição do STF, é subjetiva a responsabilidade de empresa pública prestadora de serviço público em relação aos danos causados a terceiros não usuários do serviço.

- Certo
 Errado

Questão 24: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Excludentes da responsabilidade civil do Estado

Suponha que viatura da polícia civil colida com veículo particular que tenha ultrapassado cruzamento no sinal vermelho e o fato ocasiona sérios danos à saúde do condutor do veículo particular. Considerando essa situação hipotética e a responsabilidade civil da administração pública, julgue o item subsequente.

Sendo a culpa exclusiva da vítima, não se configura a responsabilidade civil do Estado, que é objetiva e embasada na teoria do risco administrativo.

- Certo
 Errado

Questão 25: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Excludentes da responsabilidade civil do Estado

Um motorista alcoolizado abalroou por trás viatura da polícia militar que estava regularmente estacionada. Do acidente resultaram lesões em cidadão que estava retido dentro do compartimento traseiro do veículo. Esse cidadão então ajuizou ação de indenização por danos materiais contra o Estado, alegando responsabilidade objetiva. O procurador responsável pela contestação deixou de alegar culpa exclusiva de terceiro e não solicitou denúncia da lide. O corregedor determinou a apuração da responsabilidade do procurador, por entender que houve negligência na elaboração da defesa, por acreditar que seria útil à defesa do poder público alegar culpa exclusiva de terceiro na geração do acidente.

Considerando essa situação hipotética, julgue o próximo item.

Foi correto o corregedor quanto ao entendimento de que seria útil à defesa do poder público alegar culpa exclusiva de terceiro na geração do acidente, uma vez que, provada, ela pode excluir ou atenuar o valor da indenização.

- () Certo
() Errado

Questão 26: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Controle da Administração

Acerca do controle administrativo interno e externo, julgue o item a seguir.

O CNJ é órgão externo de controle administrativo, financeiro e disciplinar do Poder Judiciário.

- () Certo
() Errado

Questão 27: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Controle Administrativo (Direito Administrativo)

Acerca do controle administrativo interno e externo, julgue o item a seguir.

O controle administrativo interno é cabível apenas em relação a atividades de natureza administrativa, mesmo quando exercido no âmbito dos Poderes Legislativo e Judiciário.

- () Certo
() Errado

Questão 28: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Parlamentar direto (Controle Político)

Acerca do controle administrativo interno e externo, julgue o item a seguir.

As comissões parlamentares de inquérito são instrumentos de controle externo destinados a investigar fato determinado em prazo determinado, mas desprovidos de poder condenatório.

- () Certo
() Errado

Questão 29: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Parlamentar indireto (Tribunais de Contas, Controle técnico-financeiro)

Acerca do controle administrativo interno e externo, julgue o item a seguir.

A CF atribui ao TCU a competência para a apreciação dos atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão.

- () Certo
() Errado

Questão 30: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Bens Públicos (Direito Administrativo)

Em relação a licitações, contratos administrativos e bens públicos, cada uma das próximas opções apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada. Assinale a opção que apresenta a assertiva correta.

- a) A PGE/PI, em razão da posse de novos procuradores, fato que demandou aumento do seu espaço físico, comprou um prédio mais amplo e, com a mudança de sede, o prédio antigo foi desativado. Nessa situação, o prédio antigo desativado será classificado como bem de uso especial.
- b) O governo do estado do Piauí pretende construir, no centro da cidade de Teresina, um novo prédio para a PGE/PI, e a única área ali disponível é uma praça, considerada bem de uso comum do povo. Nessa situação, a administração deverá procurar outro local, devido à impossibilidade de desafetação desse tipo de bem.
- c) Uma secretaria de estado do Piauí, para contratar determinado serviço por meio de convite, convocou quinze empresas para a disputa; entretanto, por dificuldades do próprio mercado, apenas uma empresa apresentou proposta. Nessa situação, poder-se-á prosseguir com o certame, desde que tal fato seja devidamente justificado nos autos do processo licitatório.
- d) Devido a explosão ocorrida em um navio petroleiro no litoral de um estado da Federação, grande quantidade de óleo se espalhou pelo mar, causando a morte de vários animais e pondo em risco a saúde da população, fato que levou o governo local a decretar estado de calamidade pública. Nessa situação, para a realização dos serviços de contenção do óleo, poderá haver a contratação de empresa(s) mediante inexigibilidade de licitação.
- e) Determinada empresa foi contratada, mediante licitação, após regular procedimento e cumprimento de todas as exigências legais. Todavia, no decorrer da execução do contrato, essa empresa se tornou irregular perante o fisco. Nessa situação, será lícita a retenção, pela administração, do pagamento à empresa até que esta proceda à regularização da sua situação fiscal.

Questão 31: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Características dos bens públicos

Relativamente aos bens públicos, julgue o item abaixo.

É impossível a prescrição aquisitiva de bens públicos dominicais, inclusive nos casos de imóvel rural e de usucapião constitucional pro labore.

- () Certo
() Errado

Questão 32: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Formas de utilização de bens públicos

Em relação aos bens públicos, julgue o item seguinte.

Para a utilização de espaço de prédio de autarquia para o funcionamento de restaurante que atenda aos servidores públicos, é obrigatória a realização de licitação e a autorização de uso de bem público.

() Certo

() Errado

Questão 33: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Agentes Públicos

Acerca da responsabilidade civil do Estado e de servidores públicos, assinale a opção correta.

a) De acordo com a Lei n.º 8.112/1990, compete ao presidente da República prover os cargos públicos de todos os poderes da República.

b) Se, em razão de reforma administrativa realizada pelo governo federal, uma autarquia for extinta e seus servidores forem colocados em disponibilidade, e, após negociações com entidades de classe, esses servidores reingressarem no serviço público em cargos de atribuições e vencimentos compatíveis, esse reingresso se dará por aproveitamento.

c) Um indivíduo que, aprovado em concurso público, for nomeado para o cargo e, dias antes da posse coletiva com os demais nomeados, for acometido por dengue deverá apresentar atestado médico e solicitar o adiamento do ato de sua posse, tendo em vista que tal ato só se efetiva mediante o comparecimento pessoal do interessado.

d) De acordo com o entendimento do STF, empresa concessionária de serviço público de transporte coletivo responderá apenas subjetivamente pelos danos que forem gerados à família de vítima de atropelamento causado por motorista de veículo dessa empresa.

e) A ausência de previsão de acesso a cargo público de caráter efetivo por estrangeiros se coaduna com a política de soberania do Estado brasileiro, razão por que eles só poderão ocupar função pública de caráter transitório, e sem vínculo estatutário.

Questão 34: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Agentes Públicos

Ainda acerca de servidores públicos e temas conexos, assinale a opção correta à luz da jurisprudência do STF e da doutrina pertinente.

a) Uma das formas de aposentadoria do servidor público é a compulsória, que exige, além do requisito da idade, o cumprimento de tempo mínimo tanto no serviço público quanto no cargo efetivo.

b) É legítimo o desconto, pelos dias não trabalhados, da remuneração dos servidores públicos que aderirem a movimento grevista.

c) Conforme o entendimento do STF, caso determinado servidor, que se encontre em estágio probatório, decida aderir a movimento grevista, a administração poderá demiti-lo após regular procedimento disciplinar.

d) A despeito da ressalva constitucional que possibilita a acumulação remunerada de dois cargos de professor, desde que haja compatibilidade de horários, o servidor que se

encontre no exercício dessa excepcionalidade deverá, por ocasião da sua aposentadoria, optar pela remuneração de um dos dois cargos.

e) De acordo com os princípios protetivo e da universalidade, o servidor público que se aposentar por invalidez permanente, independentemente do fato que tiver motivado a invalidez, terá o benefício da aposentadoria integral.

Questão 35: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Concurso Público

Acerca do regime jurídico-administrativo e dos princípios jurídicos que amparam a administração pública, julgue o item seguinte.

De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), a administração pública está obrigada a nomear candidato aprovado em concurso público dentro do número de vagas previsto no edital do certame, ressalvadas situações excepcionais dotadas das características de superveniência, imprevisibilidade e necessidade.

- Certo
 Errado

Questão 36: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Do regime disciplinar (Lei 8.112 - arts. 116 a 142)

Acerca do regime jurídico-administrativo e dos princípios jurídicos que amparam a administração pública, julgue o item seguinte.

A prerrogativa de presunção de veracidade dos atos da administração pública autoriza a aplicação de penalidade disciplinar a servidor público com base na regra da verdade sabida.

- Certo
 Errado

Questão 37: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Do regime disciplinar (Lei 8.112 - arts. 116 a 142)

Um servidor, vinculado à administração pública unicamente por cargo em comissão, cometeu infração administrativa e, após regular processo administrativo disciplinar, a autoridade julgadora, concordando com o relatório final da comissão processante, entendeu que a falta se enquadrava nas hipóteses de suspensão.

Nesse caso, nos termos da Lei n.º 8.112/1990, a penalidade a ser aplicada ao servidor será

- a) a exoneração de ofício.
- b) a destituição do cargo em comissão.
- c) a demissão.
- d) a suspensão.
- e) o desligamento.

Questão 38: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Formas de Provimento (Servidores Estaduais e Municipais)

Um servidor público ocupante de dois cargos efetivos acumuláveis, um na Secretaria de Estado de Saúde do Piauí e outro na Universidade do Estado do Piauí, foi cedido para exercer cargo em comissão no âmbito da Secretaria de Estado do Governo.

Nessa situação hipotética, o servidor

- a) pode deixar o cargo ocupado na Secretaria de Estado de Saúde para ocupar o cargo em comissão na Secretaria de Estado do Governo e permanecer no exercício do cargo efetivo na universidade.
- b) deve optar pelos subsídios ou vencimentos dos cargos efetivos que ocupa, acrescidos da verba de representação, ou pelos do cargo em comissão de forma integral.
- c) pode optar pela remuneração de ambos os cargos efetivos que ocupa, mesmo que fique afastado dos dois para exercer exclusivamente o cargo em comissão.
- d) pode conservar as gratificações de natureza propter laborem relativas ao cargo efetivo por cujos vencimentos tenha optado.
- e) não pode continuar percebendo os subsídios ou vencimentos de ambos os cargos efetivos em nenhuma hipótese.

Questão 39: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Direitos e Vantagens (Servidores Estaduais e Municipais)

Pedro, servidor público ocupante de cargo efetivo na PGE/PI, foi notificado, em 1.º/4/2014, da existência de irregularidades em seus pagamentos. Segundo os termos da notificação, no mês de dezembro/2013, teria sido paga a Pedro a gratificação de serviço extraordinário, sem que o servidor fizesse jus a ela.

Diante dessa situação hipotética, e de acordo com a Lei complementar n.º 13/1994 e com a jurisprudência dos tribunais superiores, a administração

- a) deve proceder à retenção, nos próximos contracheques de Pedro, da quantia paga por erro tendo em vista a presunção de má-fé do servidor.
- b) fica impedida de cobrar a devolução da quantia paga indevidamente caso se comprove que essa verba tenha sido recebida de boa-fé por parte de Pedro.
- c) deve proceder à retenção de parcelas mensais de até 10% da remuneração de Pedro se ficar provado, após processo administrativo, que o pagamento indevido se deu por erro material.
- d) não poderá lançar reposição ao erário na remuneração do servidor, sem sua autorização, salvo por determinação judicial.
- e) deve efetivar desconto no contracheque de Pedro imediatamente após a notificação, desde que a parcela descontada não ultrapasse 30% do valor de sua remuneração.

Questão 40: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Direitos e Vantagens (Servidores Estaduais e Municipais)

Acerca das gratificações e dos adicionais previstos no Estatuto dos Servidores Civis do Estado do Piauí e na legislação pertinente, assinale a opção correta.

- a) A percepção cumulativa dos adicionais de insalubridade e periculosidade é vedada pelo estatuto.

- b) A gratificação por encargo de curso ou concurso deve ser considerada no cálculo dos proventos de aposentadoria.
- c) O salário-família deve ser pago aos servidores que comprovarem a existência de dependentes econômicos.
- d) Para o cálculo da gratificação natalina, deve-se considerar o adicional de insalubridade percebido até o mês de agosto do ano em referência.
- e) As horas extraordinárias, pagas com acréscimo de 50% em relação à hora normal de trabalho, incidem sobre a remuneração.

Questão 41: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Improbidade Administrativa (Lei 8.429/1992)

Um agente público, ocupante exclusivamente de cargo em comissão, foi preso em flagrante em uma operação da Polícia Federal por desvio de verba pública. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta nos termos da Lei de Improbidade Administrativa e da Lei n.º 8.112/1990.

- a) O ajuizamento da ação de improbidade, ante as repercussões sancionatórias na esfera administrativa, obstará a instauração de processo administrativo disciplinar.
- b) Ocorrendo o ajuizamento de ação penal, a ação de improbidade administrativa e o processo administrativo disciplinar ficarão suspensos até o trânsito em julgado do processo na esfera criminal.
- c) Se o servidor for condenado a reparar o prejuízo causado ao erário por meio da ação de improbidade e vier a falecer, a obrigação não poderá estender aos seus sucessores, pois a pena tem caráter pessoal.
- d) Por não possuir vínculo efetivo com a administração, o servidor não estará sujeito às sanções decorrentes do ato de improbidade administrativa, que só são aplicadas aos servidores públicos que possuam cargo efetivo.
- e) Não haverá a possibilidade de acordo ou transação em sede de ação de improbidade administrativa, mesmo que o referido agente público realize o ressarcimento ao erário antes da sentença.

Questão 42: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Improbidade Administrativa (Lei 8.429/1992)

A respeito de concurso público, função pública, improbidade administrativa e responsabilidade civil do Estado, assinale a opção correta.

- a) Se um servidor público for preso em flagrante, em uma operação da Polícia Federal, por desvio de verba pública, então, nesse caso, nos termos da Lei de Improbidade Administrativa, o afastamento desse servidor do cargo que ocupa dependerá de sentença condenatória em primeira instância.
- b) A invasão, por particular, de área de preservação ambiental na qual monte ele um empreendimento que cause danos ao meio ambiente não acarretará responsabilidade do Estado, tendo em vista que se trata de culpa exclusiva de terceiros.
- c) Segundo o entendimento STJ, os agentes públicos respondem objetivamente pelos atos de improbidade administrativa.

d) O prazo de validade de dois anos para um concurso público poderá ser prorrogado, a critério da administração, sucessivas vezes, inclusive com prorrogação por período inferior a dois anos.

e) A convocação de um cidadão, pela justiça estadual, para compor o corpo de jurados de determinado julgamento, mesmo que em caráter transitório, faz que esse cidadão seja considerado agente público enquanto exercer a função que lhe foi designada pelo Estado.

Questão 43: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Dos atos de improbidade (Lei 8.429 - arts. 9º a 11)

Acerca dos atos de improbidade administrativa e dos poderes administrativos, julgue o item que se segue.

Presidente de autarquia estadual que deixar de prestar as contas anuais devidas responderá, desde que comprovada a sua má-fé e a existência de dano ao erário, pelo cometimento de ato de improbidade atentatório aos princípios da administração pública.

() Certo

() Errado

Questão 44: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Dos atos de improbidade (Lei 8.429 - arts. 9º a 11)

Por ter realizado contratação direta sem suporte legal, determinado agente público é réu em ação civil pública por improbidade administrativa, sob o argumento de violação ao princípio de obrigatoriedade de licitação, tendo-lhe sido imputado ato de improbidade previsto no art. 11 da Lei de Improbidade Administrativa (violação aos princípios da administração pública).

A respeito dessa situação hipotética, julgue o item subsecutivo.

Para que haja condenação, deverá ser comprovado o elemento subjetivo de dolo, mas não há necessidade de que seja dolo específico, bastando para tal o dolo genérico de atentar contra os princípios da administração pública.

() Certo

() Errado

Questão 45: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Das Penas (Lei 8.429 - art. 12)

Por ter realizado contratação direta sem suporte legal, determinado agente público é réu em ação civil pública por improbidade administrativa, sob o argumento de violação ao princípio de obrigatoriedade de licitação, tendo-lhe sido imputado ato de improbidade previsto no art. 11 da Lei de Improbidade Administrativa (violação aos princípios da administração pública).

A respeito dessa situação hipotética, julgue o item subsecutivo.

Não poderá ser aplicada a medida cautelar de indisponibilidade dos bens, dada a natureza do ato imputado ao réu — violação dos princípios administrativos.

() Certo

() Errado

Questão 46: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Serviços Públicos

Acerca dos serviços públicos e dos atos administrativos, assinale a opção correta.

- a) Conforme o STJ, ato administrativo com vício sanável não poderá ser convalidado se tiver sido impugnado judicialmente, mas poderá sê-lo no bojo de impugnação administrativa.
- b) Nos termos da jurisprudência do STJ, caso o procurador-geral do estado do Piauí delegue determinada função para o subprocurador-geral, e este, no exercício da função delegada, pratique ato ilegal, a responsabilidade pela ilegalidade desse ato deverá recair apenas sobre a autoridade delegada.
- c) Ao contrário das permissões de serviços públicos, que possuem caráter precário e não demandam prévio procedimento licitatório, nas concessões para a prestação de serviços públicos, a licitação é a regra.
- d) Se a prefeitura de Teresina – PI, por meio de uma política pública de urbanização, vier a pavimentar uma avenida de determinado bairro, tal serviço será classificado como serviço público singular, tendo em vista a unicidade do empreendimento.
- e) De acordo com o entendimento do STJ, não existe a possibilidade de convalidação de ato administrativo cuja motivação seja obrigatória, depois de emitido. Nesse caso, a administração deverá anular o ato e emitir um novo, instruído com as razões de decidir.

Questão 47: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Parceria Público-Privada (PPP) (Lei 11.079/2004)

À luz da Lei n.º 11.079/2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada (PPP) no âmbito da administração pública, assinale a opção correta.

- a) São requisitos para a contratação de PPPs que o valor do contrato seja superior a R\$ 20 milhões e que o prazo de prestação do serviço seja superior a dez anos.
- b) O prazo total de vigência do contrato de PPP não pode ultrapassar trinta e cinco anos, incluindo eventual prorrogação.
- c) Concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços em que a administração pública é a usuária direta ou indireta, deles excetuando-se a execução de obra ou o fornecimento e instalação de bens.
- d) Concessão patrocinada é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas remunerados exclusivamente por meio de tarifa cobrada do usuário, conforme disciplina a lei que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos.
- e) PPPs são contratos de concessão administrativa nos quais cabem ao parceiro privado os riscos do empreendimento, enquanto ao parceiro público compete o pagamento da remuneração.

Questão 48: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Processo Administrativo Federal (Lei 9.784/1999)

Com base na legislação do estado do Amazonas referente a direito administrativo, julgue o item que se segue.

É indelegável a competência para editar atos de caráter normativo e para decidir recursos administrativos.

- Certo
 Errado

Questão 49: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Processo Administrativo Federal (Lei 9.784/1999)

Um motorista alcoolizado abalroou por trás viatura da polícia militar que estava regularmente estacionada. Do acidente resultaram lesões em cidadão que estava retido dentro do compartimento traseiro do veículo. Esse cidadão então ajuizou ação de indenização por danos materiais contra o Estado, alegando responsabilidade objetiva. O procurador responsável pela contestação deixou de alegar culpa exclusiva de terceiro e não solicitou denúncia da lide. O corregedor determinou a apuração da responsabilidade do procurador, por entender que houve negligência na elaboração da defesa, por acreditar que seria útil à defesa do poder público alegar culpa exclusiva de terceiro na geração do acidente.

Considerando essa situação hipotética, julgue o próximo item.

O procurador poderá defender-se pessoalmente, advogando em causa própria, se contra ele for instaurado processo administrativo disciplinar. Outras categorias de servidores, contudo, necessitariam contratar advogado, imprescindível para o exercício da ampla defesa no processo administrativo disciplinar.

- Certo
 Errado

Questão 50: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Processo Administrativo (leis estaduais e municipais)

Com relação ao processo administrativo, regulamentado na Lei Estadual n.º 12.209/2011, julgue o item que se segue.

Não cabe revisão dos processos administrativos sancionatórios, após a decisão da autoridade julgadora, dada a ocorrência de coisa julgada administrativa.

- Certo
 Errado

Questão 51: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Processo Administrativo (leis estaduais e municipais)

Com relação ao processo administrativo, regulamentado na Lei Estadual n.º 12.209/2011, julgue o item que se segue.

Não são passíveis de questionamento por via recursal os atos administrativos de mero expediente.

- Certo
 Errado

Questão 52: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Licitação dispensável (art. 24 da Lei 8.666/1993)

Considerando as regras aplicáveis às licitações e aos contratos administrativos, julgue o item que se segue.

Desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado, é possível a dispensa de licitação para a aquisição, por secretaria estadual de planejamento, de bens produzidos por autarquia estadual que tenha sido criada para esse fim específico em data anterior à vigência da Lei n.º 8.666/1993.

- Certo
 Errado

Questão 53: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Lei nº 12.462/2011 - Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC)

Considerando as regras aplicáveis às licitações e aos contratos administrativos, julgue o item que se segue.

Secretário estadual de saúde pretende construir hospital para atuar no âmbito do SUS. No caso, pode realizar licitação no regime diferenciado de contratação e utilizar a empreitada por preço global.

- Certo
 Errado

Questão 54: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Pregão eletrônico

Dada a necessidade de aumento da rede pública de ensino do estado Y, o secretário de educação, com o intuito de construir uma nova escola pública, resolveu consultar a procuradoria do estado para que esta esclarecesse algumas dúvidas relacionadas ao modelo licitatório e às normas contratuais aplicáveis à espécie.

Com referência a essa situação hipotética, julgue o item a seguir.

No caso de a obra ser qualificada como de natureza comum, admitir-se-á a utilização do pregão eletrônico com o critério de julgamento do menor preço global.

- Certo
 Errado

Questão 55: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Execução dos contratos (arts. 66 a 76 da Lei 8.666/1993)

Dada a necessidade de aumento da rede pública de ensino do estado Y, o secretário de educação, com o intuito de construir uma nova escola pública, resolveu consultar a procuradoria do estado para que esta esclarecesse algumas dúvidas relacionadas ao modelo licitatório e às normas contratuais aplicáveis à espécie.

Com referência a essa situação hipotética, julgue o item a seguir.

Desde que haja previsão editalícia e contratual, e depois de demonstrada analiticamente a variação dos custos, a eventual contratada no processo licitatório poderá solicitar a repactuação dos preços ajustados.

- Certo
 Errado

Questão 56: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Intervenção do Estado na Propriedade Privada

A respeito de poder de polícia, limitações administrativas, direito de propriedade e desapropriação, assinale a opção correta.

- a) A desapropriação se dará por motivos de utilidade pública ou interesse social, uma vez que se restringe à transferência de bem imóvel de terceiro para o poder público.
- b) A prerrogativa do poder de polícia permite à administração o condicionamento e a restrição de uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais e é exercida, no âmbito de cada estado-membro, pelos órgãos de controle interno e pela polícia civil do estado.
- c) No exercício da atividade de polícia, a administração pode atuar tanto por meio de atos normativos dotados de alcance geral, quanto por meio de atos concretos, a exemplo dos atos sancionatórios.
- d) Se, em determinado município, nas obras de implantação de rede elétrica, em certo trecho, for necessário passar o cabeamento por baixo de um imóvel de propriedade do estado, o município poderá instituir servidão administrativa sobre esse imóvel, em razão do interesse público envolvido.
- e) Caso um imóvel antigo, de propriedade de um cidadão, se situe no centro histórico de um município e retrate a arquitetura de determinada época do país, a anuência desse cidadão será condição de procedibilidade de eventual processo de tombamento do citado imóvel, tendo em vista que o direito constitucional de propriedade impede que se processe ao tombamento de forma compulsória.

Questão 57: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Limitações Administrativas (intervenção da propriedade)

Acerca da intervenção do Estado no direito de propriedade, julgue o item subsequente.

A limitação administrativa é instituída pela administração pública sobre determinado imóvel privado, para atendimento do interesse público, sem operar transferência de domínio, nem de posse, nem do uso total do bem a terceiros ou ao poder público.

- () Certo
- () Errado

Questão 58: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Desapropriação

No que se refere aos atos administrativos, julgue o item subsequente.

Caso um governador resolva desapropriar determinado imóvel particular com o objetivo de construir uma creche para a educação infantil e, posteriormente, com fundamento no interesse público e em situação de urgência, mude a destinação do imóvel para a construção de um hospital público, o ato deve ser anulado, por configurar tredestinação ilícita.

- () Certo
- () Errado

Questão 59: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Desapropriação

Acerca da intervenção do Estado no direito de propriedade, julgue o item subsequente.

Tendo o direito de propriedade garantia constitucional, ao Estado só é lícito desapropriar mediante indenização prévia e se a propriedade não estiver cumprindo sua função social.

() Certo

() Errado

Questão 60: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Desapropriação

Acerca da intervenção do Estado no direito de propriedade, julgue o item subsequente.

A desapropriação para fins de reforma agrária, prevista na CF, incide sobre imóveis rurais que não estejam cumprindo sua função social, sendo o expropriante exclusivamente a União Federal, e a indenização paga por meio de títulos, e não em dinheiro.

() Certo

() Errado

Questão 61: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Tombamento

Acerca da intervenção do Estado no direito de propriedade, julgue o item subsequente.

O tombamento pode ocorrer no âmbito federal, estadual ou municipal, sendo um de seus principais efeitos a impossibilidade de modificação do bem. Ele pode, ainda, acarretar restrições quanto à destinação e à alienabilidade do bem.

() Certo

() Errado

Questão 62: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Acerca de regime jurídico administrativo, atos da administração pública, atos administrativos, autarquias e entidades paraestatais, julgue o item a seguir.

O chamado regime jurídico administrativo diz respeito, historicamente, às prerrogativas e sujeições concernentes à administração pública e abrange o conjunto de normas públicas e privadas que lhe regem o funcionamento.

() Certo

() Errado

Questão 63: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Acerca de regime jurídico administrativo, atos da administração pública, atos administrativos, autarquias e entidades paraestatais, julgue o item a seguir.

A doutrina diferencia atos da administração de atos administrativos, que se distinguem, entre outras razões, pelo fato de os primeiros poderem ser praticados por qualquer órgão do Estado, ao passo que os últimos ocorrem unicamente no âmbito do Poder Executivo.

() Certo

() Errado

Questão 64: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Acerca de regime jurídico administrativo, atos da administração pública, atos administrativos, autarquias e entidades paraestatais, julgue o item a seguir.

O direito positivo brasileiro não contém normas acerca da categoria denominada de autarquias territoriais.

- Certo
 Errado

Questão 65: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Acerca de regime jurídico administrativo, atos da administração pública, atos administrativos, autarquias e entidades paraestatais, julgue o item a seguir.

São características geralmente aceitas das entidades paraestatais: personalidade jurídica de direito privado, embora realizem atividades de natureza pública; regime jurídico misto e sujeição ao controle externo do tribunal de contas.

- Certo
 Errado

Questão 66: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

A respeito das normas constitucionais aplicáveis aos servidores públicos e do regime jurídico dos servidores civis e militares do Amazonas, julgue o item que se segue.

Nos estritos termos do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Amazonas (Lei Estadual n.º 1.762/1986, com alterações), a substituição de ocupante de cargo em comissão, função de confiança ou função gratificada gera o direito, para o substituto, de perceber a remuneração correspondente ao cargo ou função substituído, desde que o exercício desse tenha ocorrido por período de no mínimo cinco dias.

- Certo
 Errado

Questão 67: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Em relação à licitação e ao contrato administrativo, julgue o item seguinte.

No regime das licitações previsto na Lei n.º 8.666/1993, a dispensa difere da inexigibilidade, entre outras razões, porque, na primeira, em princípio, a licitação seria possível, mas a lei estabelece a possibilidade de ela não se realizar; já na inexigibilidade, não cabe a licitação, por não haver condições de competição.

- Certo
 Errado

Questão 68: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Em relação à licitação e ao contrato administrativo, julgue o item seguinte.

Se uma sociedade empresária mantiver contrato administrativo com o poder público, firmado após regular licitação, e vier a ter decretada sua falência, a administração poderá manter a vigência do contrato até o término deste, se constatar que há condições para o

cumprimento do respectivo objeto; sem embargo, a administração poderá assumir o controle de algumas atividades, no caso de serviços essenciais.

- Certo
 Errado

Questão 69: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto:

A respeito da discricionariedade administrativa, da intervenção do Estado na propriedade, dos atos de improbidade administrativa e da responsabilidade extracontratual do Estado, julgue o seguinte item.

É majoritário na doutrina o entendimento de ser legítimo o controle, pelo Poder Judiciário, em certa extensão, do ato administrativo praticado no exercício do poder discricionário; algumas das teorias que possibilitam esse controle são a do desvio de poder e a dos motivos determinantes; além disso, pode o juiz examinar até se o próprio exercício da discricionariedade administrativa se manteve nos limites juridicamente admissíveis.

- Certo
 Errado

Questão 70: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

A respeito da discricionariedade administrativa, da intervenção do Estado na propriedade, dos atos de improbidade administrativa e da responsabilidade extracontratual do Estado, julgue o seguinte item.

As servidões administrativas guardam diversas características comuns com as servidões do direito civil, assim como algumas diferenças; entre as distinções, aponta-se que as primeiras podem acarretar certas obrigações positivas por parte do titular dos direitos sobre o bem atingido, ao passo que as segundas apenas impõem obrigações negativas. Além disso, as primeiras não são extinguíveis por força da prescrição, diversamente das servidões civis.

- Certo
 Errado

Questão 71: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

A respeito da discricionariedade administrativa, da intervenção do Estado na propriedade, dos atos de improbidade administrativa e da responsabilidade extracontratual do Estado, julgue o seguinte item.

Jurisprudência e doutrina têm entendido que a ação por improbidade administrativa, a que se refere a Lei da Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992), tem natureza de ação civil pública, de modo que a Lei da Ação Civil Pública (Lei n.º 7.347/1985) se aplica ao regime do processo judicial por ato dessa natureza, embora subsidiariamente.

- Certo
 Errado

Questão 72: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

A respeito da discricionariedade administrativa, da intervenção do Estado na propriedade, dos atos de improbidade administrativa e da responsabilidade extracontratual do Estado, julgue o seguinte item.

A ocorrência de certas catástrofes naturais, como uma inundação, deve necessariamente ensejar a responsabilização extracontratual do Estado, considerando que este tem a competência de fornecer serviços públicos de qualidade, que protejam os cidadãos de eventos desse gênero.

() Certo

() Errado

GABARITO

1) Errado	2) Certo	3) Errado	4) Errado
5) Errado	6) Certo	7) Errado	8) Certo
9) Certo	10) Certo	11) Errado	12) Errado
13) Errado	14) Errado	15) Certo	16) Certo
17) Certo	18) Certo	19) Certo	20) Errado
21) Errado	22) Errado	23) Errado	24) Certo
25) Certo	26) Errado	27) Certo	28) Certo
29) Errado	30) C	31) Certo	32) Errado
33) B	34) B	35) Certo	36) Errado
37) B	38) A	39) C	40) A
41) E	42) E	43) Errado	44) Certo
45) Errado	46) B	47) B	48) Certo
49) Errado	50) Errado	51) Certo	52) Certo
53) Certo	54) Errado	55) Errado	56) C
57) Errado	58) Errado	59) Errado	60) Certo
61) Certo	62) Errado	63) Errado	64) Errado
65) Certo	66) Errado	67) Certo	68) Errado
69) Certo	70) Certo	71) Certo	72) Errado

DIREITO AMBIENTAL

Questão 1: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: A Constituição Federal de 1988 e o meio ambiente

Considerando as disposições da LODF a respeito do meio ambiente e a competência em matéria ambiental, julgue o item a seguir.

É competência do DF, concorrentemente com a União, legislar sobre cerrado, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição, entre outras matérias.

Certo

Errado

Questão 2: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: A Constituição Federal de 1988 e o meio ambiente

Considerando as disposições da LODF a respeito do meio ambiente e a competência em matéria ambiental, julgue o item a seguir.

Após a realização de EIA e de audiência pública, os projetos que tenham significativo potencial poluidor devem ser submetidos à apreciação do Conselho de Meio Ambiente do DF, órgão de composição paritária do qual participam representantes do poder público, de entidades não governamentais relacionadas com a questão ambiental e do Corpo de Bombeiros Militar do DF.

Certo

Errado

Questão 3: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: A Constituição Federal de 1988 e o meio ambiente

Acerca de competências ambientais legislativas, ação popular e espaços territoriais especialmente protegidos, julgue o item a seguir.

Caso pretenda delimitar um espaço protegido em seu território, o estado do Amazonas poderá fazê-lo mediante decreto, mas somente por lei poderá reduzi-lo ou suprimi-lo.

Certo

Errado

Questão 4: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: A Constituição Federal de 1988 e o meio ambiente

Acerca de competências ambientais legislativas, ação popular e espaços territoriais especialmente protegidos, julgue o item a seguir.

Se o estado do Amazonas pretender abrigar, em seu território, instalações industriais para a produção de energia nuclear, a referida construção estará subordinada à autorização da Assembleia Legislativa do estado, por meio de lei, que poderá prever plebiscito para sua ratificação, haja vista atividade nuclear ser assunto da competência concorrente da União e dos estados da Federação.

Certo

Errado

Questão 5: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Temas diversos (CF e o meio ambiente)

Acerca do patrimônio cultural e da proteção ambiental das terras indígenas, julgue o item que segue.

A proteção ambiental das terras indígenas compete à União, sendo atribuição privativa do presidente da República autorizar a pesquisa e a lavra das riquezas minerais nessas áreas.

Certo

Errado

Questão 6: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Temas diversos (CF e o meio ambiente)

Com referência à responsabilidade penal por infrações ambientais, ao mandado de segurança em matéria ambiental e à função social da propriedade, julgue o item subsequente.

Considera-se que a propriedade urbana cumpre plenamente sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação do espaço territorial previstas no plano diretor da cidade; no que tange à propriedade rural, isso ocorre quando ela é regularmente registrada na Divisão de Cadastro Rural do INCRA e no IBAMA.

Certo

Errado

Questão 7: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) - Lei 6.938/81

Com relação aos princípios de direito ambiental, à Lei n.º 9.985/2000, que instituiu o SNUC, e à PNMA, julgue o seguinte item.

A servidão ambiental, que pode ser onerosa ou gratuita, temporária ou perpétua, embora constitua um dos instrumentos econômicos da PNMA, não se aplica às áreas de preservação permanente nem à reserva legal mínima exigida.

Certo

Errado

Questão 8: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) - Lei 6.938/81

Com relação aos princípios de direito ambiental, à Lei n.º 9.985/2000, que instituiu o SNUC, e à PNMA, julgue o seguinte item.

O Ministério do Meio Ambiente é o órgão do SISNAMA responsável por estabelecer normas e critérios para o licenciamento de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, a ser concedido pelos estados e supervisionado pelo IBAMA.

Certo

Errado

Questão 9: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Princípios do Direito Ambiental

No que se refere ao direito ambiental, julgue o item a seguir.

O acesso à informação ambiental é um princípio de direito ambiental previsto tanto na CF quanto em normas infraconstitucionais.

Certo

Errado

Questão 10: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Princípios do Direito Ambiental

No que se refere ao princípio do usuário-pagador no âmbito do direito ambiental, entre outras normas ambientais, julgue o item que se segue.

De acordo com o referido princípio, deve-se proceder à quantificação econômica dos recursos ambientais, de modo a garantir reparação por todo o dano ambiental causado.

Certo

Errado

Questão 11: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: Princípios do Direito Ambiental

Em termos genéricos, pode-se dizer, como afirma Carlos Ari Sundfeld, que os princípios constituem as idéias centrais de um determinado sistema jurídico. São eles que dão ao

sistema jurídico um sentido lógico, harmônico, racional e coerente. Princípio, como esclarece Celso Antônio Bandeira de Mello, é o mandamento nuclear de um determinado sistema; é o alicerce do sistema jurídico; é aquela disposição fundamental que influencia e repercute sobre todas as demais normas do sistema.

Por isso costuma-se afirmar que conhecer os princípios do Direito é condição essencial para aplicá-lo corretamente.

Álvaro Luiz Valery Mirra. Princípios fundamentais do direito ambiental. In: Justiça e Democracia. São Paulo: Ateliê Editorial, n.º 3, 1997 (com adaptações). Considerando o texto acima, julgue os itens seguintes, relativos aos princípios fundamentais do direito ambiental.

Considerando o texto acima, julgue o item seguinte, relativo aos princípios fundamentais do direito ambiental.

O princípio da precaução atua de forma muito mais completa que o princípio da prevenção pois os riscos e danos que se quer evitar são certos e o conhecimento científico acerca dos efeitos de um dado produto ou substância no meio ambiente são abundantes e incontroversos.

Certo

Errado

Questão 12: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: Princípios do Direito Ambiental

Em termos genéricos, pode-se dizer, como afirma Carlos Ari Sundfeld, que os princípios constituem as idéias centrais de um determinado sistema jurídico. São eles que dão ao sistema jurídico um sentido lógico, harmônico, racional e coerente. Princípio, como esclarece Celso Antônio Bandeira de Mello, é o mandamento nuclear de um determinado sistema; é o alicerce do sistema jurídico; é aquela disposição fundamental que influencia e repercute sobre todas as demais normas do sistema.

Por isso costuma-se afirmar que conhecer os princípios do Direito é condição essencial para aplicá-lo corretamente.

Álvaro Luiz Valery Mirra. Princípios fundamentais do direito ambiental. In: Justiça e Democracia. São Paulo: Ateliê Editorial, n.º 3, 1997 (com adaptações). Considerando o texto acima, julgue os itens seguintes, relativos aos princípios fundamentais do direito ambiental.

Considerando o texto acima, julgue o item seguinte, relativo aos princípios fundamentais do direito ambiental.

O princípio da precaução é derivado do princípio da prevenção ao dano ambiental. Embora, em linhas gerais, pouco se diferencie deste, guarda uma especificidade que o caracteriza e determina a sua crescente utilização: o princípio da precaução admite as chamadas negociações de risco, o que torna possível a agilização do desenvolvimento científico de técnicas de proteção ao meio ambiente.

Certo

Errado

Questão 13: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: Princípios do Direito Ambiental

Em termos genéricos, pode-se dizer, como afirma Carlos Ari Sundfeld, que os princípios constituem as idéias centrais de um determinado sistema jurídico. São eles que dão ao sistema jurídico um sentido lógico, harmônico, racional e coerente. Princípio, como esclarece Celso Antônio Bandeira de Mello, é o mandamento nuclear de um determinado sistema; é o alicerce do sistema jurídico; é aquela disposição fundamental que influencia e repercute sobre todas as demais normas do sistema.

Por isso costuma-se afirmar que conhecer os princípios do Direito é condição essencial para aplicá-lo corretamente.

Álvaro Luiz Valery Mirra. Princípios fundamentais do direito ambiental. In: Justiça e Democracia. São Paulo: Ateliê Editorial, n.º 3, 1997 (com adaptações). Considerando o texto acima, julgue os itens seguintes, relativos aos princípios fundamentais do direito ambiental.

Considerando o texto acima, julgue o item seguinte, relativo aos princípios fundamentais do direito ambiental.

Para o direito, o meio ambiente não é apenas o meio natural, é o meio artificial, ou urbano, e é também o meio cultural. De forma análoga, a proteção e defesa do patrimônio cultural não se restringe apenas ao meio físico — monumentos de valor artístico, histórico, turístico e paisagístico —, mas também às formas de expressão e aos modos de criar, fazer e viver das comunidades tradicionais.

Certo

Errado

Questão 14: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: Princípios do Direito Ambiental

Em termos genéricos, pode-se dizer, como afirma Carlos Ari Sundfeld, que os princípios constituem as idéias centrais de um determinado sistema jurídico. São eles que dão ao sistema jurídico um sentido lógico, harmônico, racional e coerente. Princípio, como esclarece Celso Antônio Bandeira de Mello, é o mandamento nuclear de um determinado sistema; é o alicerce do sistema jurídico; é aquela disposição fundamental que influencia e repercute sobre todas as demais normas do sistema.

Por isso costuma-se afirmar que conhecer os princípios do Direito é condição essencial para aplicá-lo corretamente.

Álvaro Luiz Valery Mirra. Princípios fundamentais do direito ambiental. In: Justiça e Democracia. São Paulo: Ateliê Editorial, n.º 3, 1997 (com adaptações). Considerando o texto acima, julgue os itens seguintes, relativos aos princípios fundamentais do direito ambiental.

Considerando o texto acima, julgue o item seguinte, relativo aos princípios fundamentais do direito ambiental.

Em nome do princípio da precaução, o Estado pode suspender algumas das grandes liberdades do cidadão — como, por exemplo: expressão, manifestação, comércio e empresa —, ainda que não possa apoiar sua decisão em uma certeza científica.

Certo

Errado

Questão 15: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: Princípios do Direito Ambiental

Em termos genéricos, pode-se dizer, como afirma Carlos Ari Sundfeld, que os princípios constituem as idéias centrais de um determinado sistema jurídico. São eles que dão ao sistema jurídico um sentido lógico, harmônico, racional e coerente. Princípio, como esclarece Celso Antônio Bandeira de Mello, é o mandamento nuclear de um determinado sistema; é o alicerce do sistema jurídico; é aquela disposição fundamental que influencia e repercute sobre todas as demais normas do sistema.

Por isso costuma-se afirmar que conhecer os princípios do Direito é condição essencial para aplicá-lo corretamente.

Álvaro Luiz Valery Mirra. Princípios fundamentais do direito ambiental. In: Justiça e Democracia. São Paulo: Ateliê Editorial, n.º 3, 1997 (com adaptações). Considerando o texto acima, julgue os itens seguintes, relativos aos princípios fundamentais do direito ambiental.

Considerando o texto acima, julgue o item seguinte, relativo aos princípios fundamentais do direito ambiental.

Ao contrário do que ocorre com o princípio da prevenção, a aplicação estrita do princípio da precaução inverte o ônus normal da prova e impõe ao autor potencial a obrigação de provar, com anterioridade, que a sua ação não causará danos ao ambiente.

Certo

Errado

Questão 16: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: Princípios do Direito Ambiental

Em termos genéricos, pode-se dizer, como afirma Carlos Ari Sundfeld, que os princípios constituem as idéias centrais de um determinado sistema jurídico. São eles que dão ao sistema jurídico um sentido lógico, harmônico, racional e coerente. Princípio, como esclarece Celso Antônio Bandeira de Mello, é o mandamento nuclear de um determinado sistema; é o alicerce do sistema jurídico; é aquela disposição fundamental que influencia e repercute sobre todas as demais normas do sistema.

Por isso costuma-se afirmar que conhecer os princípios do Direito é condição essencial para aplicá-lo corretamente.

Álvaro Luiz Valery Mirra. Princípios fundamentais do direito ambiental. In: Justiça e Democracia. São Paulo: Ateliê Editorial, n.º 3, 1997 (com adaptações). Considerando o texto acima, julgue os itens seguintes, relativos aos princípios fundamentais do direito ambiental.

Considerando o texto acima, julgue o item seguinte, relativo aos princípios fundamentais do direito ambiental.

A necessidade de adiamento de medidas de precaução em acordos administrativos ou em acordos efetuados pelo Ministério Público deve ser exaustivamente provada pelo órgão ambiental ou pelo próprio Ministério Público.

Certo

Errado

Questão 17: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: Princípios do Direito Ambiental

Em termos genéricos, pode-se dizer, como afirma Carlos Ari Sundfeld, que os princípios constituem as idéias centrais de um determinado sistema jurídico. São eles que dão ao sistema jurídico um sentido lógico, harmônico, racional e coerente. Princípio, como esclarece Celso Antônio Bandeira de Mello, é o mandamento nuclear de um determinado sistema; é o alicerce do sistema jurídico; é aquela disposição fundamental que influencia e repercute sobre todas as demais normas do sistema.

Por isso costuma-se afirmar que conhecer os princípios do Direito é condição essencial para aplicá-lo corretamente.

Álvaro Luiz Valery Mirra. Princípios fundamentais do direito ambiental. In: Justiça e Democracia. São Paulo: Ateliê Editorial, n.º 3, 1997 (com adaptações). Considerando o texto acima, julgue os itens seguintes, relativos aos princípios fundamentais do direito ambiental.

Considerando o texto acima, julgue o item seguinte, relativo aos princípios fundamentais do direito ambiental.

O princípio do poluidor-pagador tinha por finalidade internalizar no preço de um produto os custos sociais — as chamadas externalidades negativas — causados pela produção desse bem. A interpretação jurídico-ambiental do princípio, no entanto, entendeu que o sentido teleológico desse axioma vai além da simples internalização do custo, pois, caso este seja insuportável para a sociedade, o produto não deve ser produzido e, conseqüentemente, o seu custo não deve ser socializado.

Certo

Errado

Questão 18: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Princípios do Direito Ambiental

Com relação aos princípios de direito ambiental, à Lei n.º 9.985/2000, que instituiu o SNUC, e à PNMA, julgue o seguinte item.

O art. 36 da Lei n.º 9.985/2000 dispõe que “Nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório — EIA/RIMA, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral, de acordo com o disposto neste artigo e no regulamento desta Lei.” Segundo o STF, esse artigo materializa o princípio do usuário-pagador, instituindo um mecanismo de assunção partilhada da responsabilidade social pelos custos ambientais derivados da atividade econômica.

Certo

Errado

Questão 19: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Resoluções do CONAMA

No que se refere ao direito ambiental, julgue o item a seguir.

A realização de audiência pública durante o procedimento de licenciamento ambiental é obrigatória caso haja solicitação de cinquenta ou mais cidadãos.

Certo

Errado

Questão 20: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Unidades de Conservação - Lei 9.985/00 e Decreto 4.340/2002

O artigo 36, caput e parágrafos, da Lei n.º 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, foi objeto de ação direta de inconstitucionalidade junto ao STF, julgada parcialmente procedente em acórdão ainda não transitado em julgado. O caput do referido dispositivo legal assim dispõe: “Art. 36. Nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório – EIA/RIMA –, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral, de acordo com o disposto neste artigo e no regulamento desta Lei.” A partir desse dispositivo, assinale a opção correta relativa a dano ambiental.

- a) A aplicação do princípio do poluidor-pagador prescinde da verificação da ilicitude da conduta.
- b) A referida norma legal privilegia o princípio do poluidor-pagador, segundo o qual a indenização prévia pelos danos ambientais causados afasta a responsabilidade do poluidor.
- c) A norma em tela possui caráter indenizatório, uma vez que seu objetivo é obrigar o empreendedor a reparar os danos ambientais causados.
- d) A norma em questão objetiva proteger o meio ambiente contra danos efetivamente causados, uma vez que o simples impacto ambiental do empreendimento não pode ser avaliado.
- e) O princípio do poluidor-pagador não pode ser aplicado nos casos em que o dano ambiental já tenha ocorrido, uma vez que seu alcance restringe-se à órbita preventiva.

Questão 21: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Unidades de Conservação - Lei 9.985/00 e Decreto 4.340/2002

Acerca de competências ambientais legislativas, ação popular e espaços territoriais especialmente protegidos, julgue o item a seguir.

Segundo o SNUC, a reserva da biosfera é constituída por áreas de domínio público ou privado.

Certo

Errado

Questão 22: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Criação, extinção, redução e desafetação (Unidades de Conservação)

Tendo em vista as categorias de unidades de conservação que compõem o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, julgue o item a seguir.

As unidades de conservação somente podem ser criadas por lei, que deverá definir seu regime especial de administração e as garantias adequadas de proteção.

Certo

Errado

Questão 23: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Grupos e Categorias (Unidades de Conservação)

Tendo em vista as categorias de unidades de conservação que compõem o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, julgue o item a seguir.

Nas unidades de proteção integral, não se admite o uso direto ou indireto dos recursos naturais, mas apenas a exploração capaz de garantir a perenidade dos processos ecológicos, mantendo-se a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável.

Certo

Errado

Questão 24: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) - Lei 9.433/97

Relativamente à PNRH, julgue o item seguinte.

O Poder Executivo do DF tem a responsabilidade de promover a integração das políticas locais de saneamento básico, de uso, ocupação e conservação do solo e de meio ambiente com a PNRH.

Certo

Errado

Questão 25: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) - Lei 9.433/97

Relativamente à PNRH, julgue o item seguinte.

Cabe aos Poderes Executivos estaduais e do DF, obedecidas suas respectivas competências, outorgar os direitos de uso de recursos hídricos, sendo responsáveis por regulá-los e fiscalizá-los.

Certo

Errado

Questão 26: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) - Lei 9.433/97

No que se refere ao direito ambiental, julgue o item a seguir.

Os comitês de bacia hidrográfica são constituídos por usuários das águas e por entidades civis de recursos hídricos com atuação comprovada na bacia, entre outros membros, conforme dispõe a Lei n.º 9.433/1997.

Certo

Errado

Questão 27: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) - Lei 9.433/97

No que diz respeito à PNRH, à proteção da vegetação nativa (Lei n.º 12.651/2012) e à gestão de florestas públicas (Lei n.º 11.284/2006), julgue o item que se segue.

Conforme os fundamentos da PNRH, a gestão de tais recursos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas.

Certo

Errado

Questão 28: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Área de Preservação Permanente - APP

Julgue o próximo item, relativo à proteção do patrimônio cultural e às áreas de preservação permanente.

As áreas de preservação permanente localizadas dentro de áreas urbanas consolidadas devem ser desapropriadas e sua vegetação recuperada, em razão da função ambiental que exercem na proteção dos recursos naturais.

Certo

Errado

Questão 29: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Reserva Legal - RL

Acerca dos princípios constantes do Código Florestal e da área de reserva legal, julgue o item abaixo.

Como regra, em todo imóvel rural deve ser mantida área com cobertura de vegetação nativa, cujas funções são assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa.

Certo

Errado

Questão 30: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Lei nº 12.651/2012 - Novo Código Florestal

No que diz respeito à PNRH, à proteção da vegetação nativa (Lei n.º 12.651/2012) e à gestão de florestas públicas (Lei n.º 11.284/2006), julgue o item que se segue.

A manutenção de área com cobertura vegetal nativa, a título de reserva legal, não é obrigatória para imóveis rurais desapropriados com a finalidade de exploração de potencial de energia hidráulica (geração de energia elétrica) e de ampliação de capacidade de rodovias.

Certo

Errado

Questão 31: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Gestão de florestas públicas - Lei 11.284/06 e Decreto 6.063/07

No que diz respeito à PNRH, à proteção da vegetação nativa (Lei n.º 12.651/2012) e à gestão de florestas públicas (Lei n.º 11.284/2006), julgue o item que se segue.

Situação hipotética: Determinada pessoa jurídica venceu processo licitatório de concessão florestal, com delegação do direito de praticar manejo florestal sustentável para exploração de certo produto em uma unidade de manejo. Assertiva: Nessa situação, à referida pessoa jurídica poderá ser outorgado o direito de comercialização de créditos decorrentes da emissão evitada de carbono em florestas naturais.

Certo

Errado

Questão 32: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Responsabilidade civil por danos ambientais

Uma empresa brasileira de exploração de gás e petróleo, pretendendo investir na exploração de gás de xisto, obteve autorização de pesquisa do órgão competente e identificou, no início das primeiras pesquisas exploratórias, um potencial razoável para a exploração do gás em determinada área federal. Apesar de ainda não dispor de tecnologia que garantisse totalmente a proteção ambiental da área de exploração, principalmente, no que tange à água subterrânea, a empresa obteve a licença prévia para proceder à exploração de gás de xisto.

Com base nessa situação hipotética, nas normas de proteção ao meio ambiente e na jurisprudência, julgue o item seguinte.

A responsabilização civil da empresa poderá ser objeto de ação civil pública ajuizada pelo MP caso ocorra dano superveniente da exploração do gás de xisto, a despeito da licença obtida pela empresa para operar.

Certo

Errado

Questão 33: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Códigos de Meio Ambiente Estaduais e Municipais

Acerca de competências ambientais legislativas, ação popular e espaços territoriais especialmente protegidos, julgue o item a seguir.

Situação hipotética: No estado do Amazonas, há uma RPPN sobreposta a uma APA, e outra RPPN sobreposta a uma RDS. Sabe-se que todas essas unidades de conservação são estaduais.

Assertiva: Nesse caso, todas as sobreposições mencionadas contrariam a Lei Complementar do Amazonas n.º 53/2007, que veda tais situações.

Certo

Errado

Questão 34: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Assuntos Diversos de Direito Ambiental e Tópicos Mesclados

Acerca de competências ambientais legislativas, ação popular e espaços territoriais especialmente protegidos, julgue o item a seguir.

Situação hipotética: Determinado empreendimento obteve licença ambiental do estado X sem observância das exigências normativas previstas, o que resultou em lesão ao meio ambiente. Assertiva: Nessa situação, brasileiro naturalizado, residente e eleitor no estado

Y, terá legitimidade para ajuizar ação popular no juízo competente contra o estado X com o objetivo de anular o ato concessório.

Certo

Errado

Questão 35: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto:

Uma empresa brasileira de exploração de gás e petróleo, pretendendo investir na exploração de gás de xisto, obteve autorização de pesquisa do órgão competente e identificou, no início das primeiras pesquisas exploratórias, um potencial razoável para a exploração do gás em determinada área federal. Apesar de ainda não dispor de tecnologia que garantisse totalmente a proteção ambiental da área de exploração, principalmente, no que tange à água subterrânea, a empresa obteve a licença prévia para proceder à exploração de gás de xisto.

Com base nessa situação hipotética, nas normas de proteção ao meio ambiente e na jurisprudência, julgue o item seguinte.

A empresa poderá ser responsabilizada penalmente caso pratique ato ilícito, podendo ser desconsiderada a pessoa jurídica se a personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados ao meio ambiente.

Certo

Errado

Questão 36: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto:

Uma empresa brasileira de exploração de gás e petróleo, pretendendo investir na exploração de gás de xisto, obteve autorização de pesquisa do órgão competente e identificou, no início das primeiras pesquisas exploratórias, um potencial razoável para a exploração do gás em determinada área federal. Apesar de ainda não dispor de tecnologia que garantisse totalmente a proteção ambiental da área de exploração, principalmente, no que tange à água subterrânea, a empresa obteve a licença prévia para proceder à exploração de gás de xisto.

Com base nessa situação hipotética, nas normas de proteção ao meio ambiente e na jurisprudência, julgue o item seguinte.

O município é impedido de fiscalizar as atividades da empresa, dada a competência federal para o licenciamento ambiental da área.

Certo

Errado

Questão 37: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto:

Uma empresa brasileira de exploração de gás e petróleo, pretendendo investir na exploração de gás de xisto, obteve autorização de pesquisa do órgão competente e identificou, no início das primeiras pesquisas exploratórias, um potencial razoável para a exploração do gás em determinada área federal. Apesar de ainda não dispor de tecnologia que garantisse totalmente a proteção ambiental da área de exploração, principalmente, no que tange à água subterrânea, a empresa obteve a licença prévia para proceder à exploração de gás de xisto.

Com base nessa situação hipotética, nas normas de proteção ao meio ambiente e na jurisprudência, julgue o item seguinte.

O princípio da precaução poderá ser aplicado como um dos argumentos para a suspensão, pelo o órgão competente, da licença prévia da empresa, caso se identifique risco de dano ambiental.

Certo

Errado

Questão 38: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto:

No que se refere ao princípio do usuário-pagador no âmbito do direito ambiental, entre outras normas ambientais, julgue o item que se segue.

Não é permitida a gestão das florestas públicas por meio de concessão florestal a pessoas que não se enquadrem no conceito de populações tradicionais.

Certo

Errado

Esta

Questão 39: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto:

No que se refere ao princípio do usuário-pagador no âmbito do direito ambiental, entre outras normas ambientais, julgue o item que se segue.

Todas as unidades de conservação devem dispor de plano de manejo que preveja as modalidades de utilização em conformidade com os seus objetivos.

Certo

Errado

Questão 40: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto:

Pedro é proprietário de um imóvel situado em município com mais de cinquenta mil habitantes. Sua propriedade é próxima da zona costeira, o que o obriga a cumprir algumas limitações administrativas municipais impostas pelo município no que tange à proteção ambiental da zona costeira.

Considerando essa situação hipotética, as normas aplicáveis e a jurisprudência, julgue o item a seguir em relação à política urbana.

Apesar de o plano diretor não ser obrigatório ao município, este deve mapear as áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto e de inundações bruscas.

Certo

Errado

Questão 41: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto:

Pedro é proprietário de um imóvel situado em município com mais de cinquenta mil habitantes. Sua propriedade é próxima da zona costeira, o que o obriga a cumprir algumas limitações administrativas municipais impostas pelo município no que tange à proteção ambiental da zona costeira.

Considerando essa situação hipotética, as normas aplicáveis e a jurisprudência, julgue o item a seguir em relação à política urbana.

A limitação administrativa imposta pelo município para a proteção ambiental da zona costeira gera direito de indenização a Pedro em face de eventual limitação do seu direito de explorar economicamente sua propriedade.

Certo

Errado

Questão 42: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto:

Pedro é proprietário de um imóvel situado em município com mais de cinquenta mil habitantes. Sua propriedade é próxima da zona costeira, o que o obriga a cumprir algumas limitações administrativas municipais impostas pelo município no que tange à proteção ambiental da zona costeira.

Considerando essa situação hipotética, as normas aplicáveis e a jurisprudência, julgue o item a seguir em relação à política urbana.

Caso Pedro obtenha autorização administrativa para explorar um camping em sua propriedade, não cabe o encerramento da atividade comercial em face de dano ambiental decorrente da disposição de resíduos na zona costeira.

Certo

Errado

Questão 43: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto:

Pedro é proprietário de um imóvel situado em município com mais de cinquenta mil habitantes. Sua propriedade é próxima da zona costeira, o que o obriga a cumprir algumas limitações administrativas municipais impostas pelo município no que tange à proteção ambiental da zona costeira.

Considerando essa situação hipotética, as normas aplicáveis e a jurisprudência, julgue o item a seguir em relação à política urbana.

Exemplifica a aplicação do princípio do desenvolvimento sustentável a garantia a que Pedro possa construir um hotel na zona costeira para fomentar a economia da região e promover empregos, relativizando-se as limitações administrativas ambientais.

Certo

Errado

Questão 44: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto:

A administração pública detém papel relevante em face das responsabilidades decorrentes do dano ambiental.

Observe-se que a Constituição Federal de 1988 impõe ao poder público, assim como à coletividade, o dever de defender o meio ambiente e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Aqui aparecem, então, as leis administrativas que dizem respeito ao exercício do poder de polícia administrativa em matéria ambiental.

Toshio Mukai. A administração pública em face da responsabilidade ambiental. In: Maria Artemísia Arraes Hermans (Coord.). Direito ambiental – desafio brasileiro e a nova dimensão global. Brasília: Brasília Jurídica: OAB, Conselho de Ética, 2002, p. 111 (com adaptações).

À luz do texto acima, julgue o item subsequente, acerca do papel da administração pública no tocante a danos ambientais.

Os instrumentos jurídicos apropriados para casos especiais de utilização de bens de domínio público, como no caso dos recursos hídricos, são a concessão administrativa e a permissão de uso.

Certo

Errado

Questão 45: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto:

A administração pública detém papel relevante em face das responsabilidades decorrentes do dano ambiental.

Observe-se que a Constituição Federal de 1988 impõe ao poder público, assim como à coletividade, o dever de defender o meio ambiente e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Aqui aparecem, então, as leis administrativas que dizem respeito ao exercício do poder de polícia administrativa em matéria ambiental.

Toshio Mukai. A administração pública em face da responsabilidade ambiental. In: Maria Artemísia Arraes Hermans (Coord.). Direito ambiental – desafio brasileiro e a nova dimensão global. Brasília: Brasília Jurídica: OAB, Conselho de Ética, 2002, p. 111 (com adaptações).

À luz do texto acima, julgue o item subsequente, acerca do papel da administração pública no tocante a danos ambientais.

Quanto ao direito à informação ambiental, embora todos tenham o direito constitucional de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse geral, no que tange ao exercício desse direito, a lei brasileira estabelece uma clara distinção entre pessoas físicas e jurídicas. Como regra geral, a menos que prove a ilegitimidade do solicitante pessoa física, a administração pública não pode negar informação ambiental; já no caso de pessoa jurídica, a presunção de veracidade é suspensa.

Certo

Errado

Questão 46: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto:

A administração pública detém papel relevante em face das responsabilidades decorrentes do dano ambiental.

Observe-se que a Constituição Federal de 1988 impõe ao poder público, assim como à coletividade, o dever de defender o meio ambiente e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Aqui aparecem, então, as leis administrativas que dizem respeito ao exercício do poder de polícia administrativa em matéria ambiental.

Toshio Mukai. A administração pública em face da responsabilidade ambiental. In: Maria Artemísia Arraes Hermans (Coord.). Direito ambiental – desafio brasileiro e a nova dimensão global. Brasília: Brasília Jurídica: OAB, Conselho de Ética, 2002, p. 111 (com adaptações).

À luz do texto acima, julgue o item subseqüente, acerca do papel da administração pública no tocante a danos ambientais.

No que tange ao poder de polícia administrativa em matéria ambiental, é possível identificar três ações fundamentais da administração pública: o licenciamento ambiental, a elaboração e aprovação de estudo de impacto ambiental e a aplicação de sanções.

Certo

Errado

Questão 47: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto:

A administração pública detém papel relevante em face das responsabilidades decorrentes do dano ambiental.

Observe-se que a Constituição Federal de 1988 impõe ao poder público, assim como à coletividade, o dever de defender o meio ambiente e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Aqui aparecem, então, as leis administrativas que dizem respeito ao exercício do poder de polícia administrativa em matéria ambiental.

Toshio Mukai. A administração pública em face da responsabilidade ambiental. In: Maria Artemísia Arraes Hermans (Coord.). Direito ambiental – desafio brasileiro e a nova dimensão global. Brasília: Brasília Jurídica: OAB, Conselho de Ética, 2002, p. 111 (com adaptações).

À luz do texto acima, julgue o item subsequente, acerca do papel da administração pública no tocante a danos ambientais.

No âmbito da legislação e da doutrina, a expressão licenciamento ambiental não traduz necessariamente o uso do termo licença em seu rigor técnico.

Certo

Errado

Questão 48: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto:

A lei dos crimes ambientais

Não há dúvidas de que toda degradação que o homem causa ao meio ambiente, seja ela aparente ou sorrateira, necessária ou supérflua, curta ou extensa, direta ou indireta, sempre será uma agressão contra todas as formas de vida, inclusive, obviamente, a vida humana.

Se o homicídio, crime tipificado no art. 121 do Código Penal, é tido pela sociedade como uma das condutas penalmente mais repugnantes, na medida em que constitui uma agressão ao convívio e à harmonia social, não hesitaremos em dizer que toda agressão que é causada ao meio ambiente é ofensa igual ou maior que um homicídio ou latrocínio.

Assim, seja porque chegamos ao limite do intolerável, seja porque o meio ambiente é condição de existência dos seres, nada mais lógico que existam normas ambientais de índole penal que traduzam essa preocupação e valorização social do meio ambiente.

É na esfera penal, por intermédio de sanções dessa natureza, que encontramos, ou deveríamos encontrar, a máxima reprovação e repressão social. Vistas como *maxima ratio* e *ultima ratio*, as normas penais não podem falhar, já que representam a reprovação e preocupação máxima com certas condutas, além da última e decisiva cartada contra as falhas das demais formas de tutela.

Marcelo Abelha Rodrigues. Instituições de direito ambiental. São Paulo: Max Limonad, 2002, p. 160-2 (com adaptações).

Julgue o item a seguir, relativo às idéias do texto acima.

Quanto à técnica legislativa, é notável, no âmbito da Lei dos Crimes Ambientais, a postura do legislador de evitar o uso das chamadas normas penais em branco, do tipo aberto. Isso é um reflexo de sua preocupação em demarcar a esfera do direito ambiental penal, reforçando sua independência e autonomia frente ao direito administrativo.

Certo

Errado

Questão 49: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto:

A lei dos crimes ambientais

Não há dúvidas de que toda degradação que o homem causa ao meio ambiente, seja ela aparente ou sorrateira, necessária ou supérflua, curta ou extensa, direta ou indireta, sempre será uma agressão contra todas as formas de vida, inclusive, obviamente, a vida humana.

Se o homicídio, crime tipificado no art. 121 do Código Penal, é tido pela sociedade como uma das condutas penalmente mais repugnantes, na medida em que constitui uma agressão ao convívio e à harmonia social, não hesitaremos em dizer que toda agressão que é causada ao meio ambiente é ofensa igual ou maior que um homicídio ou latrocínio.

Assim, seja porque chegamos ao limite do intolerável, seja porque o meio ambiente é condição de existência dos seres, nada mais lógico que existam normas ambientais de índole penal que traduzam essa preocupação e valorização social do meio ambiente.

É na esfera penal, por intermédio de sanções dessa natureza, que encontramos, ou deveríamos encontrar, a máxima reprovação e repressão social. Vistas como *maxima ratio* e *ultima ratio*, as normas penais não podem falhar, já que representam a reprovação e preocupação máxima com certas condutas, além da última e decisiva cartada contra as falhas das demais formas de tutela.

Marcelo Abelha Rodrigues. Instituições de direito ambiental. São Paulo: Max Limonad, 2002, p. 160-2 (com adaptações).

Julgue o item a seguir, relativo às idéias do texto acima.

Existe total comunicabilidade entre a responsabilidade penal e a civil (objetiva), posto que na penal há que se buscar sempre o ato doloso e, excepcionalmente, o culposo, enquanto na civil não há que se buscar culpa, bastando o nexos de causalidade e o dano efetivamente causado pelo poluidor.

Certo

Errado

Questão 50: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto:

Na Festa da Farra do Boi, realizada em Santa Catarina, tradicionalmente, populares se divertem com o fato de submeter animais bovinos a sofrimentos físicos de naturezas diversas. O STF, ao julgar a polêmica que envolve essa festividade, manifestou-se, por maioria, pela proibição de sua realização. A respeito desse assunto, assinale a opção correta.

- a) A apreciação do tema em tela envolve a análise de dois bens constitucionalmente protegidos e contidos no conceito de meio ambiente: as manifestações culturais e a fauna nacional.
- b) A caracterização da Festa da Farra do Boi como manifestação cultural não tem relevância na análise do referido tema, uma vez que, havendo conflito entre normas de proteção ao meio ambiente e normas de proteção ao patrimônio cultural, prevalecem as primeiras.
- c) A crueldade contra animais é um conceito subjetivo, de sorte que só se considera cruel a prática que submetam o animal a dor extrema.
- d) A proibição de realização da referida festividade encontra respaldo no princípio constitucional da função ecológica da propriedade.
- e) A CF, ao proibir práticas que submetam animais a crueldade, contraria a visão antropocêntrica do direito ambiental e passa a considerar os animais, ao lado dos seres humanos, como titulares de direitos.

Questão 51: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto:

Um empreendedor, de posse da licença ambiental prévia, mas antes de obter a licença de instalação, deu início à implantação de uma indústria de produtos químicos. Após a implantação do complexo industrial, sobreveio lei, baseada em estudos ambientais que indicaram grave risco de contaminação do sistema hídrico da região, que alterou o zoneamento ambiental da área e proibiu qualquer atividade industrial no local.

Com referência a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- a) A licença prévia poderá ser revogada por motivo de interesse público e, nesse caso, o empreendedor deverá ser ressarcido pelo Estado dos gastos com as obras de implantação do complexo industrial.
- b) A licença prévia não poderá ser revogada antes do término do prazo de sua validade, ainda que se comprove o interesse público relevante.
- c) O Estado deverá revogar a licença prévia, caso contrário, responderá solidariamente pelo dano ambiental causado.

d) A lei nova não poderia alterar o zoneamento ambiental da área, uma vez que vige, no direito ambiental, o princípio de vedação ao retrocesso.

e) O empreendedor tem o direito adquirido de manter a sua indústria no local, uma vez que a implantação do complexo industrial já foi concluída.

Questão 52: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto:

Caso os estados do Piauí e do Ceará pretendam construir 250 km de rodovia pavimentada que venha a cortar uma área de proteção ambiental (APA) instituída pela União e incluída no território de ambos os estados, mas com a maior área localizada no Piauí, a competência para o licenciamento ambiental será

a) dos dois estados, que deverão atuar de forma conjunta.

b) da União, de acordo com o critério do ente federativo instituidor da unidade de conservação.

c) do estado do Piauí, que contém a maior área ocupada pela APA.

d) da União, uma vez que o empreendimento será localizado em mais de um estado.

e) dos municípios em cujos territórios esteja localizada a APA, uma vez que o licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos potencialmente causadores de danos ambientais está incluído entre as competências municipais.

Questão 53: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto:

A respeito de licença ambiental, assinale a opção correta.

a) A licença ambiental possui natureza jurídica de licença, de forma que, depois de concedida, não pode ser revista pela administração.

b) A licença ambiental é conferida por prazo determinado ou indeterminado, submetendo-se, no primeiro caso, à possibilidade de renovação.

c) Nos casos de licenciamento para uso sustentável de unidade de manejo não é exigida a licença de instalação.

d) Embora o EIA seja obrigatório em todos os processos de licenciamento, o RIMA poderá ser dispensado quando o órgão ambiental competente verificar que a atividade não causará impactos significativos ao ambiente.

e) A licença ambiental possui natureza jurídica de autorização, de sorte que a edição de lei nova incide automaticamente nas licenças já expedidas, modificando as condicionantes dessas licenças, para adequá-las aos novos padrões ambientais.

Questão 54: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto:

Acerca das áreas de proteção permanente (APPs), assinale a opção correta.

- a) Nos casos de regularização fundiária de interesse social em APP cujo licenciamento ambiental seja de competência do Estado, este também é competente para promover o licenciamento urbanístico do empreendimento.
- b) A incidência de limitações administrativas sobre áreas localizadas em APPs ensejam, via de regra, indenização por desapropriação indireta.
- c) Nas APPs, são proibidos a realização de qualquer atividade humana e o acesso de animais.
- d) As matas ciliares existentes em APAs estão excluídas das APPs.
- e) De acordo com o novo Código Florestal, são consideradas APPs as áreas protegidas, previstas na lei, cobertas ou não por vegetação nativa.

Gabarito

1) Certo	2) Certo	3) Certo	4) Errado	5) Errado	6) Errado
7) Certo	8) Errado	9) Certo	10) Errado	11) Errado	12) Errado
13) Certo	14) Certo	15) Certo	16) Certo	17) Certo	18) Certo
19) Certo	20) A	21) Certo	22) Errado	23) Errado	24) Certo
25) Certo	26) Certo	27) Certo	28) Errado	29) Certo	30) Certo
31) Errado	32) Certo	33) Errado	34) Certo	35) Certo	36) Errado
37) Certo	38) Errado	39) Certo	40) Errado	41) Errado	42) Errado
43) Errado	44) Certo	45) Errado	46) Errado	47) Certo	48) Errado
49) Errado	50) A	51) C	52) D	53) C	54) E

DIREITO CIVIL

Questão 1: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Interpretação das normas jurídicas

De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), assinale a opção correta.

- a) Há direito adquirido quando já tiverem sido praticados todos os atos ou realizados todos os fatos exigidos pela lei para a obtenção do direito pretendido. Nesse contexto, é correto afirmar que nem todo direito adquirido surge de uma relação jurídica, a exemplo do direito de apropriar-se de coisa sem dono.
- b) O sistema jurídico brasileiro admite que, devido ao desuso, uma lei possa deixar de ser aplicada.
- c) Na situação em que uma lei anterior e especial esteja em confronto com outra lei geral posterior, tem-se uma antinomia de primeiro grau, perfeitamente solucionável com as regras previstas na LINDB.
- d) A proibição de desconhecimento da lei imposta pela LINDB é absoluta.
- e) A lacuna ontológica ocorre quando existe texto legal que soluciona uma situação concreta, mas que contraria os princípios e os axiomas norteadores da própria ideia de justiça.

Questão 2: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Da personalidade e da capacidade (arts. 1º a 10)

A respeito da pessoa natural, da pessoa jurídica e dos bens, assinale a opção correta.

- a) A vontade humana não constitui elemento da personificação da pessoa jurídica.
- b) O atual Código Civil adotou a teoria ultra vires como regra; assim, a pessoa jurídica sempre responde pelos atos que seus administradores praticarem com excesso dos poderes conferidos a eles pelos atos constitutivos.
- c) O direito à sucessão aberta é bem móvel por determinação legal.

d) Atento ao princípio da dignidade da pessoa, o Código Civil em vigor exige, para a aquisição da personalidade, que o sujeito tenha vida viável, forma humana e condição social.

e) Comoriência corresponde à simultaneidade do falecimento de duas ou mais pessoas, sendo impossível determinar-se qual delas morreu primeiro. Nesse contexto, é dispensável que as mortes decorram do mesmo evento fático, sendo essencial apenas o momento dos óbitos.

Questão 3: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Das Pessoas Jurídicas (arts. 40 a 78)

A respeito da desconsideração da personalidade jurídica e do domicílio da pessoa natural, julgue o item.

No entendimento do STJ, não é cabível a desconsideração da personalidade jurídica denominada inversa para alcançar bens de sócio que se tenha valido da pessoa jurídica para ocultar ou desviar bens pessoais, com prejuízo a terceiros.

() Certo

() Errado

Questão 4: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Domicílio das Pessoas Naturais e Jurídicas (arts. 70 a 78)

A respeito da desconsideração da personalidade jurídica e do domicílio da pessoa natural, julgue o item.

O domicílio do representante comercial que não possua residência fixa e habitual em nenhum local e costume se hospedar em diversos hotéis nas cidades por onde transita será a capital do estado em que ele tiver nascido.

() Certo

() Errado

Questão 5: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Negócio Jurídico (arts. 104 a 184)

Julgue o item abaixo, relativo ao direito das obrigações.

Ainda que prevista no Código Civil, é abusiva cláusula contratual que atribua exclusivamente ao consumidor em mora a obrigação de arcar com os honorários advocatícios referentes à cobrança extrajudicial da dívida, sem exigir do fornecedor a demonstração de que a contratação de advogado seja efetivamente necessária e de que os serviços prestados pelo profissional contratado sejam privativos da advocacia.

- () Certo
() Errado

Questão 6: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Negócio Jurídico (arts. 104 a 184)

Assinale a opção correta acerca dos atos e fatos jurídicos e da decadência.

- a) Na representação, em nenhuma hipótese pode o representante utilizar seus poderes para celebrar negócio em que o destinatário da declaração de vontade do representado seja o próprio representante.
- b) A reserva mental não tornará o negócio inválido, salvo se a outra parte tiver conhecimento dessa reserva.
- c) O negócio nulo gera efeitos até o momento em que houver pronunciamento judicial a seu respeito, por meio de sentença desconstitutiva, ou pelo seu desfazimento voluntário pelas partes.
- d) O prazo inicial para a contagem do prazo decadencial se dá com a violação do direito.
- e) Considere a seguinte situação hipotética: “Duas pessoas celebraram contrato de locação de uma residência na qual o locatário tinha a real intenção de residir; Entretanto, locador e o locatário, de comum acordo, fizeram constar no instrumento do negócio que se tratava de locação comercial.” Nessa situação, se, depois de algum tempo, o locador quiser rescindir o contrato, ele poderá valer-se das normas referentes à locação comercial, mais favoráveis ao proprietário, pois o Código Civil dispõe que, nas declarações de vontade, se atenderá mais ao sentido literal da linguagem do que à intenção nelas consubstanciada.

Questão 7: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Disposições Gerais do Negócio Jurídico (arts. 104 a 114)

Acerca dos negócios jurídicos, julgue o item a seguir.

No negócio jurídico unilateral, está presente apenas uma declaração de vontade, sendo desnecessária a aceitação de outrem para que produza efeitos.

- () Certo
() Errado

Questão 8: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Disposições Gerais do Negócio Jurídico (arts. 104 a 114)

Acerca dos negócios jurídicos, julgue o item a seguir.

O silêncio de uma das partes pode, excepcionalmente, representar anuência, se as circunstâncias ou os usos o autorizarem e não for necessária a declaração expressa de vontade.

- Certo
 Errado

Questão 9: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Defeitos ou vícios do negócio jurídico (arts. 138 a 165)

Acerca dos negócios jurídicos, julgue o item a seguir.

Ocorre a lesão quando uma pessoa, em premente necessidade ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta, exigindo-se, para a sua configuração, ainda, o dolo de aproveitamento, conforme a doutrina majoritária.

- Certo
 Errado

Questão 10: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Invalidade do negócio jurídico (arts. 166 a 184)

Acerca dos negócios jurídicos, julgue o item a seguir.

É anulável o negócio jurídico se a lei proibir a sua prática, sem cominar sanção.

- Certo
 Errado

Questão 11: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Dos atos ilícitos (arts. 186 a 188)

Acerca dos negócios jurídicos, julgue o item a seguir.

A compra e venda de merenda escolar por pessoa absolutamente incapaz constitui o que a doutrina denomina ato-fato jurídico real ou material.

- Certo
 Errado

Questão 12: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Dos atos ilícitos (arts. 186 a 188)

Com relação ao direito das obrigações, julgue o item que se segue.

A teoria do adimplemento substancial impõe limites ao exercício do direito potestativo de resolução de um contrato.

- () Certo
() Errado

Questão 13: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Prazos de prescrição no Novo Código Civil (arts. 205 e 206)

Acerca da responsabilidade civil, julgue o item subsequente, à luz da jurisprudência dominante do STJ.

Na hipótese de indenização por danos morais ou materiais decorrentes do falecimento de ente querido, o termo inicial da contagem do prazo prescricional é a data do óbito, independentemente da data da ação ou da omissão.

- () Certo
() Errado

Questão 14: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Prova do negócio jurídico (arts. 212 a 232)

Acerca de direitos da personalidade, responsabilidade civil objetiva e prova de fato jurídico, julgue o item seguinte.

A confissão como instrumento de prova de fato jurídico pode ser firmada pela parte ou por seu representante ou pode, ainda, ser obtida por intermédio de testemunha.

- () Certo
() Errado

Questão 15: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Da Cessão de Crédito (arts. 286 a 298)

Acerca de obrigações e contratos, assinale a opção correta.

- a) O princípio da função social dos contratos elimina a autonomia contratual.
- b) À luz da personalização e constitucionalização do direito civil, a real função do contrato não é tão somente a segurança jurídica, mas, também, o atendimento aos interesses da pessoa humana.
- c) Caso um indivíduo compre um apartamento por R\$ 100.000,00 mediante a entrega, ao vendedor, de R\$ 60.000,00 em espécie e um automóvel avaliado em R\$ 40.000,00, a

oferta do automóvel como parte do pagamento descaracterizará o contrato de compra e venda, configurando, em verdade, uma permuta.

d) Considere a seguinte situação hipotética.

Aldo, Bruno e César assumiram dívida de obrigação relativa à entrega de um automóvel. Na vigência dessa obrigação, César faleceu, tendo deixado os herdeiros Elmo e Fausto. Após tais fatos, este último foi demandado sozinho para entregar o objeto.

Nessa situação, por inferência da indivisibilidade da coisa, o credor deveria ter manejado a demanda conjuntamente em face de Elmo e Fausto, pois este não possui a obrigação de entregá-la por inteiro ao credor.

e) Na cessão de crédito pro solvendo, o cedente se desonera inteiramente em relação ao cessionário apenas com a própria cessão, ou seja, independentemente do recebimento do crédito.

Questão 16: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Do Pagamento (arts. 304 a 333)

Com relação ao direito das obrigações, julgue o item que se segue.

Em regra, as obrigações pecuniárias somente podem ser quitadas em moeda nacional e pelo seu valor nominal.

() Certo

() Errado

Questão 17: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Do Inadimplemento das Obrigações (arts. 389 a 420)

Julgue o item a seguir, referente aos contratos.

Quando as partes fixarem o momento para o cumprimento das obrigações, mas as condutas praticadas por uma delas revelarem que não será adimplente ao tempo convencionado, entender-se-á viável o exercício do direito resolutório de forma antecipada.

() Certo

() Errado

Questão 18: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Do Inadimplemento das Obrigações (arts. 389 a 420)

No que se refere à locação de imóveis urbanos, julgue o item que se segue.

Os juros de mora decorrentes do inadimplemento em contrato de locação fluem a partir do vencimento de cada parcela em atraso, inclusive para o fiador.

- Certo
 Errado

Questão 19: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Das Arras ou Sinal (arts. 417 a 420)

Com relação ao direito das obrigações, julgue o item que se segue.

De acordo com o entendimento do STJ, havendo cláusula de arrependimento em compromisso de compra e venda, a devolução do sinal, por quem o deu, ou a sua restituição em dobro, por quem o recebeu, exclui indenização maior a título de perdas e danos, salvo os juros moratórios e os encargos do processo.

- Certo
 Errado

Questão 20: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Dos Contratos Aleatórios (arts. 458 a 461)

Julgue o item a seguir, referente aos contratos.

É possível a revisão ou a resolução dos contratos aleatórios por sua onerosidade excessiva, desde que o evento gerador da revisão ou resolução, superveniente, extraordinário e imprevisível, não se relacione com a própria álea assumida no contrato.

- Certo
 Errado

Questão 21: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Da Locação de Coisas (arts. 565 a 578)

Acerca da locação de imóveis urbanos, julgue o próximo item.

Celebrado contrato de locação de imóvel, violará o princípio da boa-fé objetiva o locatário que, após exercer a posse direta do imóvel, alegar que o locador, por não ser o proprietário do imóvel, não tem legitimidade para o ajuizamento de eventual ação de despejo nas hipóteses em que a lei não exija essa condição do demandante.

- Certo
 Errado

Questão 22: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Da Responsabilidade Civil (arts. 927 a 954)

A respeito da desconsideração da personalidade jurídica e do domicílio da pessoa natural, julgue o item.

Não ensejará reparação por danos morais o uso não autorizado da imagem de atleta em cartaz de propaganda de evento esportivo, sem finalidade lucrativa ou comercial, salvo se houver comprovação, pelo atleta, da ocorrência de prejuízo a ele.

() Certo

() Errado

Questão 23: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Da Responsabilidade Civil (arts. 927 a 954)

Acerca da responsabilidade civil, julgue o item subsequente, à luz da jurisprudência dominante do STJ.

O espólio tem legitimidade para postular indenização pelos danos materiais e morais supostamente experimentados pelos herdeiros.

() Certo

() Errado

Questão 24: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Da Responsabilidade Civil (arts. 927 a 954)

Acerca de direitos da personalidade, responsabilidade civil objetiva e prova de fato jurídico, julgue o item seguinte.

A teoria da responsabilidade civil objetiva aplica-se a atos ilícitos praticados por agentes de autarquias estaduais.

() Certo

() Errado

Questão 25: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Conceito e teorias justificadoras da posse

Acerca dos institutos da posse, da propriedade e dos direitos reais, assinale a opção correta.

- a) A composses se dá quando incidem posses de naturezas diversas sobre a mesma coisa, a exemplo do desdobramento da posse em direta e indireta.
- b) A aquisição da propriedade imobiliária em decorrência do direito hereditário se dá com o registro do título na serventia extrajudicial competente.
- c) A servidão predial é considerada um ônus real imposto por lei.
- d) Em relação ao direito de superfície, o Código Civil não contempla a possibilidade da sobrelevação ou da superfície em segundo grau, que consiste na concessão feita a terceiro, pelo superficiário, do direito de construir sobre a sua propriedade superficiária.
- e) A posse ad interdicta é aquela que conduz à usucapião e que, quando molestada, pode ser defendida pelas ações possessórias.

Questão 26: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Da Propriedade (arts. 1.228 a 1.276)

Julgue o seguinte item, referente aos direitos reais.

A hipoteca judicial que tenha gravado o bem imóvel prevalecerá sobre decisão futura que reconheça a aquisição da propriedade do referido bem por usucapião.

- () Certo
- () Errado

Questão 27: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Do Usufruto (arts. 1.390 a 1.411)

Julgue o seguinte item, referente aos direitos reais.

Se estiver pendente usufruto sobre bem imóvel, a nua propriedade desse bem poderá ser objeto de penhora e alienação em hasta pública, ficando ressalvado o direito real de usufruto, inclusive após a arrematação ou a adjudicação, até que haja a extinção desse direito.

- () Certo
- () Errado

Questão 28: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Legislação diversa

À luz da Lei n.º 11.795/2008, que dispõe sobre o sistema de consórcio, assinale a opção correta.

a) Um grupo de consórcio deve ser necessariamente administrado por sociedade limitada ou sociedade anônima, pessoa jurídica que deverá ser responsabilizada por qualquer conduta irregular do grupo.

b) Um grupo de consórcio não se constitui como sociedade, mas sim como contrato coletivo de participação, no qual os consorciados e a administradora do consórcio são partes contrapostas.

c) Um grupo de consórcio se constitui como sociedade simples, a qual representa os sócios em contrato coletivo de participação com a sociedade empresária que administra o consórcio.

d) Um grupo de consórcio só funcionará se for autorizado pelo Banco Central do Brasil, e a sua administração poderá ser feita pelos próprios consorciados ou por pessoa jurídica contratada para esse fim.

e) Se, na atuação da administração do consórcio, houver indícios da prática de atos falimentares, a lei em questão autoriza que qualquer consorciado requeira a falência desse grupo de consórcio, que deve ser representado por seu administrador.

Questão 29: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Lei nº 8.245/1991 - Locação de Imóveis Urbanos

Acerca da locação de imóveis urbanos, julgue o próximo item.

Nos contratos de locação, não é válida a cláusula de renúncia à indenização das benfeitorias e ao direito de retenção, uma vez que tais garantias são fixadas no Código Civil e na Lei de Locações, respectivamente.

() Certo

() Errado

Questão 30: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Lei nº 8.245/1991 - Locação de Imóveis Urbanos

Acerca da locação de imóveis urbanos, julgue o próximo item.

Em contrato de locação ajustado por prazo determinado antes da vigência da nova Lei de Locação, o fiador somente responderá pelos débitos locatícios contraídos no período da prorrogação por prazo indeterminado caso tenha previamente anuído no contrato, em fazê-lo.

() Certo

() Errado

Questão 31: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Acerca da posse e da propriedade, julgue o item a seguir.

O terceiro, que não o proprietário ou possuidor, responsável por benfeitorias em um imóvel deve ter assegurado seu direito de retenção.

() Certo

() Errado

Questão 32: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Acerca da posse e da propriedade, julgue o item a seguir.

Se o poder público conceder permissão de uso de um bem público a uma pessoa física ou jurídica e, posteriormente, ajuizar uma ação de reintegração de posse, revogando portanto unilateralmente a avença, então, deve o juiz assegurar ao réu o direito de retenção pelas benfeitorias necessárias realizadas no imóvel, caso a ação seja julgada procedente e desde que o réu tenha requerido.

() Certo

() Errado

Questão 33: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Acerca da posse e da propriedade, julgue o item a seguir.

Um condomínio composto de lotes e casas não se enquadra na figura do condomínio edilício regulado pelo Código Civil.

() Certo

() Errado

Questão 34: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Acerca da posse e da propriedade, julgue o item a seguir.

Um estado da Federação pode tomar posse de imóveis rurais desocupados e, transcorrido o interregno de três anos, pode confiscá-los, assumindo a condição de proprietário.

() Certo

() Errado

Questão 35: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

A respeito das obrigações, julgue o item seguinte.

Em caso de inadimplemento de obrigação propter rem, a ação deve ser proposta contra o devedor, que sempre será o proprietário, não importando se conhecia ou não da onerosidade do bem ao tempo em que o adquiriu.

- Certo
 Errado

Questão 36: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

A respeito das obrigações, julgue o item seguinte.

No caso de obrigação de não fazer, cujo devedor realiza ato que se comprometeu a não fazer, não se pode considerar ter havido mora, mas sim inadimplemento absoluto, ainda que os efeitos de ambos se confundam no caso concreto.

- Certo
 Errado

Questão 37: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

A respeito das obrigações, julgue o item seguinte.

Estipulada a cláusula penal compensatória para o caso de haver descumprimento culposos da própria obrigação, o credor não poderá exigir a aplicação de tal cláusula e pleitear a indenização cumulativamente.

- Certo
 Errado

Questão 38: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Com relação a contratos, julgue o item que se segue.

Os contratantes não podem criar situações jurídicas que afrontem direitos de terceiros, nem podem terceiros agir, frente ao contrato, de modo a dolosamente lesar o direito subjetivo do contratante.

- Certo
 Errado

Questão 39: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Com relação a contratos, julgue o item que se segue.

Considere a seguinte situação hipotética.

Carmem adquiriu um quadro que julgava ser um original de um famoso pintor. Descobriu, após efetuados o pagamento e a entrega do quadro, que se tratava de uma cópia.

Nessa situação, Carmem pode, alegando a ocorrência do vício redibitório, propor contra o vendedor ação redibitória, objetivando a rescisão do contrato com a devolução do objeto, ou ação estimatória pedindo o abatimento do preço.

() Certo

() Errado

Questão 40: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Com referência à responsabilidade civil, julgue o item a seguir.

No campo da responsabilidade civil do Estado, a regra é a responsabilidade objetiva, cujo corolário é a teoria do risco administrativo. No entanto, se o prejuízo em questão tiver sido causado por uma omissão do Estado, ou seja, pelo não funcionamento do serviço, ou seu funcionamento tardio, deficiente ou insuficiente, invoca-se a teoria da responsabilidade subjetiva.

() Certo

() Errado

Questão 41: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Com referência à responsabilidade civil, julgue o item a seguir.

Na responsabilidade subsidiária, uma das pessoas tem o débito originário e a outra tem apenas a responsabilidade por esse débito. Por isso, existe uma preferência na ordem de excussão: primeiro são demandados os bens do devedor; não tendo sido encontrados ou sendo eles insuficientes, inicia-se a excussão por toda a dívida de bens do responsável em caráter subsidiário.

() Certo

() Errado

Questão 42: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

No item a seguir, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Vilma celebrou contrato de financiamento com uma instituição financeira antes da entrada em vigor do atual Código Civil. Por força desse contrato, ficou obrigada a pagar, mensalmente, prestações pecuniárias à instituição pelo prazo de 10 anos. Nessa situação, o referido contrato deve subordinar-se integralmente aos preceitos do código revogado, pois não pode a lei nova atingir a validade dos negócios jurídicos já constituídos, nem

interferir nos efeitos do contrato de execução de trato sucessivo, salvo se houver sido assim previsto pelas partes.

() Certo

() Errado

Questão 43: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

No item a seguir, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Sabendo que os parentes colaterais, até o quarto grau, são herdeiros legítimos, mas não necessários, um testador pretende excluir esses parentes da sucessão. Nessa situação, basta que o testador disponha, em favor de terceiros, da totalidade do seu patrimônio.

() Certo

() Errado

Questão 44: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

No item a seguir, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Um herdeiro preterido no processo de inventário deseja postular o seu quinhão hereditário. Nessa situação, o prazo prescricional é de um ano.

() Certo

() Errado

Questão 45: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Acerca de direitos da personalidade, responsabilidade civil objetiva e prova de fato jurídico, julgue o item seguinte.

Uma pessoa poderá firmar contrato que limite seus direitos da personalidade caso o acordo seja-lhe economicamente vantajoso.

() Certo

() Errado

Questão 46: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Com relação a pessoas jurídicas de direito privado e bens públicos, julgue o item a seguir.

Consideram-se bens públicos dominicais aqueles que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público como objeto de direito pessoal ou real, tais como os edifícios destinados a sediar a administração pública.

- Certo
 Errado

Questão 47: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Com relação a pessoas jurídicas de direito privado e bens públicos, julgue o item a seguir.

As fundações privadas são de livre criação, organização e estruturação, cabendo aos seus instituidores definir os seus fins, que podem consistir na exploração de entidades com fins lucrativos nas áreas de saúde, educação ou pesquisa tecnológica, e outras de cunho social.

- Certo
 Errado

Questão 48: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Julgue o item subsequente, relativo a atos jurídicos e negócios jurídicos.

Situação hipotética: Para se eximir de obrigações contraídas com o poder público, Aroldo alienou todos os seus bens, tendo ficado insolvente. Assertiva: Nesse caso, o poder público terá o prazo decadencial de quatro anos, contados da data em que Aroldo realizou os negócios jurídicos, para requerer a anulação destes.

- Certo
 Errado

Questão 49: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Julgue o item subsequente, relativo a atos jurídicos e negócios jurídicos.

Constitui ato lícito a ação de destruir o vidro lateral de veículo alheio, de alto valor comercial, a fim de removê-lo das proximidades de local onde se alastrem chamas de incêndio.

- Certo
 Errado

Questão 50: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

A respeito de prescrição e obrigações, julgue o item subsecutivo.

Situação hipotética: Isabel firmou com Davi contrato em que se comprometia a dar-lhe coisa certa em data aprazada. Em função da mora no recebimento, ocasionada por Davi, a coisa estragou-se, sem que Isabel tenha concorrido para tal. Assertiva: Nesse caso, Davi poderá exigir indenização equivalente à metade do dano suportado.

Certo

Errado

Questão 51: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

A respeito de prescrição e obrigações, julgue o item subsecutivo.

Será nula de pleno direito cláusula de contrato de seguro firmado entre pessoa física e determinada empresa que preveja prazo prescricional de um ano, contado do infortúnio, para o beneficiário reclamar da seguradora o valor de eventuais danos sofridos.

Certo

Errado

Questão 52: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

No próximo item, é apresentada uma situação hipotética a respeito de extinção dos contratos, direito de posse e aquisição da propriedade, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Determinada empresa adquiriu de Paulo a posse de um imóvel urbano particular que, havia alguns anos, ele ocupava de forma mansa, pacífica e com justo título. Nessa situação, para efeito de tempo exigido para a aquisição por usucapião, a empresa poderá contar com o tempo da posse exercida por Paulo.

Certo

Errado

Questão 53: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

No próximo item, é apresentada uma situação hipotética a respeito de extinção dos contratos, direito de posse e aquisição da propriedade, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Mauro firmou contrato com determinada empresa, por meio do qual assumiu obrigações futuras a serem cumpridas mediante prestações periódicas. No decurso do contrato, em virtude de acontecimento extraordinário e imprevisível, as prestações se tornaram excessivamente onerosas para Mauro e extremamente vantajosas para a referida

empresa. Nessa situação, Mauro poderá pedir a resolução do contrato, a redução da prestação ou a alteração do modo de executá-lo.

Certo

Errado

Questão 54: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

No próximo item, é apresentada uma situação hipotética a respeito de extinção dos contratos, direito de posse e aquisição da propriedade, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Por meio de esbulho, Ronaldo obteve a posse de lote urbano pertencente ao estado do Amazonas. Nesse lote, ele construiu sua residência, na qual edificou uma série de benfeitorias, tais como piscina e churrasqueira. O estado do Amazonas, por intermédio de sua procuradoria, ingressou em juízo para reaver o imóvel. Nessa situação, Ronaldo poderá exigir indenização por todas as benfeitorias realizadas e exercer o direito de retenção enquanto não for pago o valor da indenização.

Certo

Errado

Questão 55: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Acerca de contrato de penhor, direito de herança e registros públicos, julgue o seguinte item.

O herdeiro excluído da herança poderá, a qualquer tempo, demandar o reconhecimento do seu direito sucessório por intermédio da ação de petição de herança.

Certo

Errado

Questão 56: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Acerca de contrato de penhor, direito de herança e registros públicos, julgue o seguinte item.

Qualquer pessoa pode requerer certidão de registros públicos firmados pelos serviços notariais concernentes a registro de imóveis, casamento, nascimento, óbito e outros que sejam de responsabilidade da serventia, não havendo a necessidade de se informar o motivo ou o interesse do pedido.

Certo

() Errado

GABARITO

1) A	2) E	3) Errado	4) Errado
5) Certo	6) B	7) Certo	8) Certo
9) Errado	10) Errado	11) Certo	12) Certo
13) Certo	14) Errado	15) B	16) Certo
17) Certo	18) Certo	19) Certo	20) Certo
21) Certo	22) Errado	23) Errado	24) Certo
25) D	26) Errado	27) Certo	28) A
29) Errado	30) Certo	31) Errado	32) Errado
33) Errado	34) Errado	35) Certo	36) Certo
37) Certo	38) Certo	39) Errado	40) Certo
41) Certo	42) Errado	43) Certo	44) Errado
45) Errado	46) Errado	47) Errado	48) Certo
49) Certo	50) Errado	51) Certo	52) Certo
53) Certo	54) Errado	55) Errado	56) Certo

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 1: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Histórico das Constituições no Brasil

Considerando a evolução constitucional do Brasil, julgue o item a seguir.

A Assembleia Nacional Constituinte de 1946 contou com a participação de representantes comunistas.

() Certo

() Errado

Questão 2: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Histórico das Constituições no Brasil

Considerando a evolução constitucional do Brasil, julgue o item a seguir.

Coerente com os processos decorrentes da Revolução de 1930, a Constituição de 1934 contemplou a eleição, pelo voto direto e secreto, de todos os integrantes das casas legislativas.

() Certo

() Errado

Questão 3: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Histórico das Constituições no Brasil

Considerando a evolução constitucional do Brasil, julgue o item a seguir.

A primeira Constituição brasileira, datada de 1824, foi regularmente aprovada e democraticamente promulgada por assembleia nacional constituinte.

() Certo

() Errado

Questão 4: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Histórico das Constituições no Brasil

Considerando a evolução constitucional do Brasil, julgue o item a seguir.

A Constituição de 1937 dissolveu a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, as assembleias legislativas e as câmaras municipais.

() Certo

() Errado

Questão 5: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Eficácia das Normas Constitucionais

Julgue o item seguinte, relativo à aplicabilidade de normas constitucionais e à interação destas com outras fontes do direito.

Embora o preâmbulo da CF não tenha força normativa, podem os estados, ao elaborar as suas próprias leis fundamentais, reproduzi-lo, adaptando os seus termos naquilo que for cabível.

() Certo

() Errado

Questão 6: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Poder Constituinte

Assinale a opção correta em relação à disciplina constitucional do poder constituinte no Brasil.

a) Não existe direito adquirido a regime jurídico, mesmo em face do poder constituinte estadual de reforma.

b) Emenda constitucional pode determinar que o poder constituinte de revisão se realize a cada cinco anos.

c) O poder constituinte originário estadual sujeita-se aos mesmos condicionamentos do poder constituinte reformador federal.

d) A CF não poderá ser emendada na constância do emprego da Força Nacional de Segurança.

e) A matéria constante de proposta de emenda constitucional rejeitada ou havida por prejudicada somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposição da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.

Questão 7: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Métodos e princípios de interpretação das normas constitucionais

Acerca da interpretação das normas constitucionais, assinale a opção correta.

a) Em razão do caráter aberto e indeterminado de muitas de suas normas, a CF admite o fenômeno da construção jurídica, sem que isso configure necessariamente usurpação de poder constituinte.

b) Lacunas constitucionais devem ser preenchidas por meio dos processos formais de mudança constitucional, não se admitindo a via interpretativa como mecanismo de solução dessas deficiências.

c) A existência de métodos específicos de interpretação constitucional exclui a incidência dos métodos tradicionais.

d) A normatividade constitucional não é compatível com as chamadas normas implícitas.

e) Interpretação extensiva e analogia são procedimentos estranhos ao direito constitucional.

Questão 8: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Características (Direitos Fundamentais)

Com referência à implementação de direitos fundamentais na República Federativa do Brasil, assinale a opção correta.

a) É de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo projeto de lei que vise à implementação de direitos fundamentais com incremento de despesa.

b) Os direitos e garantias fundamentais expressos na CF constituem normas de reprodução obrigatória para os estados, ou seja, caso não transcritos para a constituição estadual, levam o constituinte estadual a cometer inconstitucionalidade por omissão.

c) Por suas características organizatórias, os entes federados podem apresentar, na prática, diferentes níveis materiais de asseguramento dos direitos fundamentais formalmente reconhecidos.

d) Como forma de homogeneizar a sua defesa e garantir um mínimo existencial em todas as regiões do país, a CF assegura à União a competência exclusiva para regulamentar direitos fundamentais.

e) Lei orgânica municipal não pode assegurar mais direitos do que aqueles já previstos na CF e na respectiva constituição estadual.

Questão 9: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º)

Em relação aos direitos dos trabalhadores, julgue o item seguinte, com base no disposto na CF, na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e na jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

O salário mínimo deve ser fixado em lei estadual, consideradas as peculiaridades locais, com vistas ao atendimento das necessidades básicas do trabalhador e de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes semestrais que lhe preservem o poder aquisitivo, vedada a vinculação salarial para qualquer fim.

() Certo

() Errado

Questão 10: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º)

Em relação aos direitos constitucionais dos trabalhadores, à remuneração, à equiparação salarial e à jornada de trabalho, julgue o item a seguir.

Embora a CF garanta aos empregados o adicional de remuneração para atividades penosas, não há norma infraconstitucional que regulamente o respectivo adicional. Tal norma constitucional classifica-se como norma de eficácia limitada, cuja aplicação depende de regulamentação.

() Certo

() Errado

Questão 11: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Direitos Políticos (arts. 14 a 16 da CF/1988)

Acerca dos direitos políticos, julgue o item a seguir.

As ações de impugnação de mandato eletivo tramitam necessariamente em segredo de justiça.

() Certo

() Errado

Questão 12: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Direitos Políticos (arts. 14 a 16 da CF/1988)

Acerca dos direitos políticos, julgue o item a seguir.

Os direitos políticos passivos consagram as normas que impedem a participação no processo político eleitoral.

() Certo

() Errado

Questão 13: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Capacidade eleitoral ativa e passiva

Acerca dos direitos políticos, julgue o item a seguir.

Não são alistáveis como eleitores nem os estrangeiros nem os militares.

() Certo

() Errado

Questão 14: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Da União (arts. 20 a 24 da CF/1988)

No que concerne ao estatuto constitucional da União, dos estados, dos municípios, do Distrito Federal (DF) e dos territórios, julgue o item seguinte.

Compete exclusivamente à União legislar sobre direito financeiro.

() Certo

() Errado

Questão 15: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Da União (arts. 20 a 24 da CF/1988)

No que concerne ao estatuto constitucional da União, dos estados, dos municípios, do Distrito Federal (DF) e dos territórios, julgue o item seguinte.

Cabe aos municípios explorar os serviços locais de gás canalizado.

() Certo

() Errado

Questão 16: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Da União (arts. 20 a 24 da CF/1988)

Acerca do regime constitucional de distribuição de competências normativas, julgue o item subsequente.

A competência dos estados para suplementar a legislação federal sobre normas gerais é indelegável. As competências oriundas do seu poder remanescente, por sua vez, são delegáveis, conforme disposição na Constituição estadual.

() Certo

() Errado

Questão 17: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Da União (arts. 20 a 24 da CF/1988)

Acerca do regime constitucional de distribuição de competências normativas, julgue o item subsequente.

A incidência de lei emanada da União é determinada na própria lei, independentemente das regras constitucionais federais sobre repartição de competências: é a previsão na própria lei, quando de sua edição, que determinará se ela se aplicará aos demais entes federativos (lei nacional, portanto) ou apenas à União (lei federal, por conseguinte).

() Certo

() Errado

Questão 18: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Dos Estados Federados (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Conforme a jurisprudência do STF, as constituições estaduais podem dispor validamente a respeito

a) do poder da assembleia legislativa de solicitar o depoimento de qualquer autoridade ou cidadão sujeito à sua esfera de fiscalização e do poder investigatório de comissão parlamentar de inquérito estadual.

b) dos direitos dos empregados de empresas públicas e das garantias da magistratura estadual.

c) dos números de secretarias e de comarcas dos respectivos Poderes Executivo e Judiciário.

d) da previsão de crimes de responsabilidade para agentes políticos e do estabelecimento de direitos básicos do funcionalismo público estadual.

e) da ordem de sucessão e substituição de prefeitos municipais e de normas básicas do processo legislativo estadual.

Questão 19: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Dos Estados Federados (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Julgue o item que se segue, acerca do poder de auto-organização atribuído aos estados-membros no âmbito da Federação brasileira.

São de observância obrigatória para os estados, devendo ser reproduzidas nas Constituições estaduais, as normas constitucionais federais relativas às imunidades parlamentares, ao processo legislativo e ao regime dos crimes de responsabilidade e às garantias processuais penais do chefe do Poder Executivo federal.

() Certo

() Errado

Questão 20: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Dos Municípios (arts. 29 a 31 da CF/1988)

No que concerne ao estatuto constitucional da União, dos estados, dos municípios, do Distrito Federal (DF) e dos territórios, julgue o item seguinte.

Os estados têm competência para criar, organizar e suprimir distritos.

() Certo

() Errado

Questão 21: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Dos Municípios (arts. 29 a 31 da CF/1988)

Acerca do regime constitucional de distribuição de competências normativas, julgue o item subsequente.

Embora, conforme a CF, a lei orgânica municipal esteja subordinada aos termos da Constituição estadual correspondente, esta última Carta não pode estabelecer condicionamentos ao poder de auto-organização dos municípios.

() Certo

() Errado

Questão 22: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Dos Municípios (arts. 29 a 31 da CF/1988)

Acerca do regime constitucional de distribuição de competências normativas, julgue o item subsequente.

No âmbito das competências concorrentes, lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia de lei estadual superveniente, no que esta lhe for contrária.

() Certo

() Errado

Questão 23: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Do Distrito Federal e dos Territórios (arts. 32 e 33 da CF/1988)

No que concerne ao estatuto constitucional da União, dos estados, dos municípios, do Distrito Federal (DF) e dos territórios, julgue o item seguinte.

A CF autoriza a divisão de territórios em municípios.

() Certo

() Errado

Questão 24: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Intervenção Federal e Estadual (arts. 34 a 36 da CF/1988)

Segundo a jurisprudência do STF, é possível a intervenção estadual em município para assegurar a

- a) observância do regime democrático e do sistema representativo.
- b) prestação de contas da administração pública e afastar a prática de atos de corrupção.
- c) observância dos direitos da pessoa humana e inibir a prática de atos de improbidade.
- d) observância da autonomia municipal e afastar a prática de atos de corrupção.
- e) observância da forma republicana e restabelecer o pagamento de débitos previdenciários.

Questão 25: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Intervenção Federal e Estadual (arts. 34 a 36 da CF/1988)

Com relação aos mecanismos de defesa da CF e das Constituições estaduais, julgue o item a seguir.

No caso de representação com vistas à intervenção estadual em município para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição estadual, o provimento do pedido pelo tribunal de justiça não pode consistir na suspensão da execução do ato normativo impugnado, mesmo que essa medida baste ao restabelecimento da normalidade.

() Certo

() Errado

Questão 26: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Das Comissões Parlamentares - permanentes e temporárias (art. 58 da CF/1988)

Julgue o item que se segue, acerca do poder de auto-organização atribuído aos estados-membros no âmbito da Federação brasileira.

Dado o princípio majoritário adotado pela CF, pode a Constituição estadual prever que o pedido de criação de comissão parlamentar de inquérito efetuado por um terço dos deputados estaduais no âmbito da assembleia legislativa fique condicionado à vontade da maioria do plenário, que, se assim deliberar, poderá impedir a instalação da respectiva comissão.

() Certo

() Errado

Questão 27: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Tribunais de Contas estaduais, distrital e municipais

Julgue o item que se segue, acerca do poder de auto-organização atribuído aos estados-membros no âmbito da Federação brasileira.

A despeito do seu papel auxiliar em relação a algumas competências das assembleias legislativas, os tribunais de contas dos estados têm igualmente a atribuição de fiscalizá-las, não podendo as Constituições estaduais vedar-lhes tal incumbência.

() Certo

() Errado

Questão 28: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Das atribuições do Presidente da República (art. 84 da CF/1988)

De acordo com previsão constitucional, é possível a delegação, por parte do respectivo titular, de

a) poderes remanescentes dos estados.

b) competência municipal para assuntos de interesse local.

c) competências privativas do Senado Federal.

- d) iniciativa reservada de projetos de lei do Poder Executivo.
- e) competência do chefe do Poder Executivo para expedição de decretos autônomos.

Questão 29: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Do Conselho Nacional de Justiça - CNJ (art. 103-B da CF/1988)

No que se refere ao Poder Judiciário, julgue o item seguinte, considerando que STJ se refere ao Superior Tribunal de Justiça.

A função de ministro-corregedor do Conselho Nacional de Justiça deve ser exercida por ministro do STJ.

- () Certo
- () Errado

Questão 30: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Do Superior Tribunal de Justiça - STJ (arts. 104 e 105 da CF/1988)

Julgue o item que se segue, à luz das disposições constitucionais sobre a repartição de competências, o processo legislativo e a questão federativa.

Compete ao TJDF julgar o governador do DF nos crimes comuns.

- () Certo
- () Errado

Questão 31: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Do Superior Tribunal de Justiça - STJ (arts. 104 e 105 da CF/1988)

No que se refere ao Poder Judiciário, julgue o item seguinte, considerando que STJ se refere ao Superior Tribunal de Justiça.

Compete ao STJ processar e julgar, originariamente, o conflito de competência instaurado entre juiz federal e juiz do trabalho.

- () Certo
- () Errado

Questão 32: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Dos Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais (arts. 106 a 110 da CF/1988)

No que se refere ao Poder Judiciário, julgue o item seguinte, considerando que STJ se refere ao Superior Tribunal de Justiça.

Os tribunais regionais federais não podem funcionar de forma descentralizada, ressalvada a justiça itinerante.

() Certo

() Errado

Questão 33: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Dos Tribunais e Juízes Eleitorais (arts. 118 a 121 da CF/1988)

No que se refere ao Poder Judiciário, julgue o item seguinte, considerando que STJ se refere ao Superior Tribunal de Justiça.

O tribunal regional eleitoral deve eleger seu vice-presidente entre os juízes federais.

() Certo

() Errado

Questão 34: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Da Emenda à Constituição (art. 60 da CF/1988)

Julgue o item seguinte, relativo à aplicabilidade de normas constitucionais e à interação destas com outras fontes do direito.

Em razão do princípio da autonomia política dos entes federativos, estados e municípios não podem ser submetidos a disposições implícitas da CF, devendo obediência, tão somente, às suas disposições expressas.

() Certo

() Errado

Questão 35: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Da Emenda à Constituição (art. 60 da CF/1988)

Julgue o item seguinte, relativo à aplicabilidade de normas constitucionais e à interação destas com outras fontes do direito.

Por serem normas de observância obrigatória para os estados, os municípios e o DF, as chamadas cláusulas pétreas da CF devem ser reproduzidas nas respectivas leis fundamentais desses entes e constituem os únicos limites materiais a serem observados quando de suas reformas.

() Certo

() Errado

Questão 36: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Das Leis (processo legislativo, arts. 61 a 69 da CF/1988)

Acerca das fontes normativas integrantes do ordenamento jurídico do Estado brasileiro, assinale a opção correta.

- a) Conflitos entre leis ordinárias e leis complementares têm de ser resolvidos necessariamente em favor das leis complementares.
- b) Embora as leis orgânicas municipais estejam sujeitas às constituições dos respectivos estados-membros, estas últimas não têm o poder de disciplinar assunto considerado de interesse local.
- c) Decreto autônomo do governador de um estado federado deve ater-se aos limites do poder regulamentar.
- d) Conflitos entre leis estaduais e leis municipais têm de ser sanados necessariamente em favor das leis estaduais.
- e) Todas as normas da CF são de observância obrigatória para estados e municípios, devendo ser necessariamente observadas pelas respectivas leis fundamentais.

Questão 37: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Fases do processo legislativo (iniciativa, discussão, voto, veto, sanção, promulgação e publicação)

Julgue o item que se segue, à luz das disposições constitucionais sobre a repartição de competências, o processo legislativo e a questão federativa.

Será considerado formalmente inconstitucional projeto de lei distrital de iniciativa parlamentar que confira aumento de remuneração aos servidores do governo do DF.

() Certo

() Errado

Questão 38: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Fases do processo legislativo (iniciativa, discussão, voto, veto, sanção, promulgação e publicação)

Com relação aos mecanismos de defesa da CF e das Constituições estaduais, julgue o item a seguir.

No exercício da competência para o chamado veto jurídico no âmbito dos correspondentes processos legislativos, governadores e prefeitos podem invocar tão

somente violações às respectivas leis fundamentais (Constituições estaduais e leis orgânicas municipais), sendo-lhes vedado vetar projetos de lei com base na sua incompatibilidade com a CF.

() Certo

() Errado

Questão 39: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Da Educação, da Cultura e do Desporto (arts. 205 a 217 da CF/1988)

Acerca do patrimônio cultural e da proteção ambiental das terras indígenas, julgue o item que segue.

Em rol taxativo, a CF elenca os bens que constituem o patrimônio cultural brasileiro, como os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

() Certo

() Errado

Questão 40: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Da Educação, da Cultura e do Desporto (arts. 205 a 217 da CF/1988)

Considerando o disposto na Constituição Federal de 1988 (CF) a respeito dos índios, dos idosos e da cultura, julgue o item a seguir.

Aplica-se ao Sistema Nacional de Cultura o princípio da complementaridade nos papéis dos agentes culturais.

() Certo

() Errado

Questão 41: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Da Educação, da Cultura e do Desporto (arts. 205 a 217 da CF/1988)

Com relação a meio ambiente cultural e ao Estatuto da Cidade (Lei n.º 10.257/2001), julgue o próximo item.

Na CF, constam bens do patrimônio cultural brasileiro e alguns instrumentos para sua proteção, tais como o inventário e a desapropriação.

() Certo

() Errado

Questão 42: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso (arts. 226 a 230 da CF/1988)

Considerando o disposto na Constituição Federal de 1988 (CF) a respeito dos índios, dos idosos e da cultura, julgue o item a seguir.

A CF assegura a gratuidade dos transportes coletivos urbanos aos maiores de sessenta e cinco anos.

() Certo

() Errado

Questão 43: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Dos Índios (arts. 231 e 232 da CF/1988)

Considerando o disposto na Constituição Federal de 1988 (CF) a respeito dos índios, dos idosos e da cultura, julgue o item a seguir.

Os índios detêm o usufruto exclusivo das riquezas do solo, do subsolo, dos rios e dos lagos existentes nas terras por eles tradicionalmente ocupadas.

() Certo

() Errado

Questão 44: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT

Em relação ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), julgue o item seguinte.

No ADCT, não há previsão expressa para que o Brasil envide esforços para a formação de um tribunal internacional dos direitos humanos.

() Certo

() Errado

Questão 45: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT

Em relação ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), julgue o item seguinte.

O ADCT concedeu anistia àqueles que foram atingidos por atos de exceção, institucionais ou complementares, em decorrência de motivação exclusivamente política.

() Certo

() Errado

Questão 46: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT

Em relação ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), julgue o item seguinte.

Segundo o ADCT, a revisão constitucional será feita a cada cinco anos, em sessão bicameral do Congresso Nacional.

() Certo

() Errado

Questão 47: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Controle Concentrado exercido pelo Poder Judiciário

Assinale a opção correta acerca do controle abstrato de constitucionalidade estadual e seu delineamento pela jurisprudência do STF.

a) Declarada no todo ou em parte a inconstitucionalidade em abstrato de lei ou ato normativo estadual ou municipal, o Poder Legislativo responsável pela sua emissão terá de ser comunicado com vistas à suspensão da execução dos textos invalidados.

b) Por constituir a ação direta de inconstitucionalidade estadual processo de índole político-administrativa, não cabe recurso extraordinário contra decisão final nela proferida.

c) É dever dos estados seguir com simetria o modelo de propositura da ação estabelecido para o controle abstrato de constitucionalidade federal, fazendo, para tanto, as devidas adaptações dos entes legitimados.

d) Tribunal de justiça, por seu plenário ou órgão especial, pode declarar a inconstitucionalidade de leis e atos normativos tanto estaduais quanto municipais; nesse último caso, poderá fazê-lo em face da constituição estadual ou da respectiva lei orgânica municipal, excluindo-se, em qualquer hipótese, a declaração de inconstitucionalidade em face da CF.

e) Ao julgar ação direta de inconstitucionalidade estadual, o respectivo tribunal de justiça poderá analisar, incidentalmente, eventual inconstitucionalidade do próprio parâmetro de controle estadual invocado na inicial.

Questão 48: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Controle Concentrado exercido pelo Poder Judiciário

Com relação aos mecanismos de defesa da CF e das Constituições estaduais, julgue o item a seguir.

Ante a constatação de que determinada lei municipal contraria princípio de intervenção (princípio sensível) presente tanto na CF como na Constituição estadual, o governador do estado poderá ajuizar ação de controle abstrato de normas tanto em relação à CF, perante o STF, como em relação à Constituição estadual, perante o respectivo tribunal de justiça.

() Certo

() Errado

Questão 49: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Controle Concentrado exercido pelo Poder Judiciário

Com relação aos mecanismos de defesa da CF e das Constituições estaduais, julgue o item a seguir.

Decreto legislativo editado pelo Poder Legislativo para sustar ato normativo do Poder Executivo por exorbitância do poder regulamentar pode ser apreciado em controle abstrato de normas, oportunidade em que o tribunal competente deverá analisar se tal ato normativo efetivamente extrapolou a lei objeto de regulamentação para, somente depois disso, decidir sobre a constitucionalidade do referido decreto legislativo.

() Certo

() Errado

Questão 50: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Controle de Constitucionalidade pelos Tribunais de Justiça dos Estados

Julgue o item que se segue, acerca do poder de auto-organização atribuído aos estados-membros no âmbito da Federação brasileira.

Ao instituir sistema estadual de controle abstrato de normas, o estado não estará obrigado a prever em sua Constituição um rol de legitimados para a ação necessariamente equivalente àquele previsto para o controle abstrato de normas no STF.

() Certo

() Errado

Questão 51: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Controle de Constitucionalidade pelos Tribunais de Justiça dos Estados

Julgue o item seguinte, relativo à aplicabilidade de normas constitucionais e à interação destas com outras fontes do direito.

Ao afirmar que o estado do Amazonas, nos limites de sua competência, assegura, em seu território, a brasileiros e estrangeiros, a inviolabilidade dos direitos e garantias fundamentais declarados na CF, o constituinte estadual incorporou, na ordem constitucional do estado, os direitos e as garantias fundamentais constantes da CF, fazendo uso, para tanto, da chamada técnica de remissão normativa.

() Certo

() Errado

Questão 52: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Constituições dos Estados e Leis Orgânicas (DF e Municípios)

Julgue o item que se segue, à luz das disposições constitucionais sobre a repartição de competências, o processo legislativo e a questão federativa.

À CLDF cabe, mediante lei complementar, dispor sobre o plano diretor de ordenamento territorial.

() Certo

() Errado

Questão 53: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Constituições dos Estados e Leis Orgânicas (DF e Municípios)

Julgue o item que se segue, à luz das disposições constitucionais sobre a repartição de competências, o processo legislativo e a questão federativa.

A lei que disciplina a organização do Poder Judiciário do DF é de iniciativa privativa do governador distrital.

() Certo

() Errado

Questão 54: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Constituições dos Estados e Leis Orgânicas (DF e Municípios)

Julgue o item que se segue, à luz das disposições constitucionais sobre a repartição de competências, o processo legislativo e a questão federativa.

A CLDF abarca tão somente as competências das assembleias legislativas estaduais.

() Certo

Errado

Questão 55: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Constituições dos Estados e Leis Orgânicas (DF e Municípios)

Acerca da disciplina constitucional e legal referente à composição dos cargos públicos, julgue o seguinte item.

O governador do DF é inelegível para quaisquer outros cargos, a não ser que renuncie a seu mandato com uma antecedência mínima de seis meses em relação à data do pleito.

Certo

Errado

Questão 56: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Constituições dos Estados e Leis Orgânicas (DF e Municípios)

Julgue o item subsequente a respeito das funções essenciais à justiça no DF, com base na disciplina constitucional e legal.

A PGDF é competente para representar judicialmente a CLDF no que respeita à cobrança judicial de dívida.

Certo

Errado

Questão 57: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Constituições dos Estados e Leis Orgânicas (DF e Municípios)

Julgue o item subsequente a respeito das funções essenciais à justiça no DF, com base na disciplina constitucional e legal.

A destituição do defensor público geral do DF depende de deliberação da CLDF.

Certo

Errado

Questão 58: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Constituições dos Estados e Leis Orgânicas (DF e Municípios)

Julgue o item subsequente a respeito das funções essenciais à justiça no DF, com base na disciplina constitucional e legal.

Compete ao governador distrital nomear o procurador-geral do DF, cuja destituição cabe exclusivamente à CLDF.

() Certo

() Errado

Questão 59: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Constituições dos Estados e Leis Orgânicas (DF e Municípios)

A respeito do sistema de controle de constitucionalidade de leis no âmbito da União e do DF, julgue o seguinte item.

A declaração de inconstitucionalidade de lei distrital em face da LODF cabe a qualquer turma do TJDF.

() Certo

() Errado

Questão 60: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Constituições dos Estados e Leis Orgânicas (DF e Municípios)

Julgue o item que se segue, com base nas disposições da Constituição do Estado da Bahia.

O procedimento de emenda constitucional previsto no texto da Constituição baiana obedece ao princípio da simetria.

() Certo

() Errado

Questão 61: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Constituições dos Estados e Leis Orgânicas (DF e Municípios)

Julgue o item que se segue, com base nas disposições da Constituição do Estado da Bahia.

O governador do estado da Bahia está autorizado a editar medidas provisórias, desde que atendidos os requisitos da relevância e da urgência e observadas as vedações constitucionais de natureza formal e material.

() Certo

() Errado

Questão 62: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Acerca da disciplina constitucional e legal referente à composição dos cargos públicos, julgue o seguinte item.

Em razão do princípio da simetria, a Constituição estadual deve reproduzir a CF em relação à norma que rege a composição do Tribunal de Contas da União.

() Certo

() Errado

Questão 63: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Acerca da disciplina constitucional e legal referente à composição dos cargos públicos, julgue o seguinte item.

Caso já ocupe o cargo de deputado distrital, filho de governador do estado torna-se elegível para o mesmo cargo na eleição subsequente.

() Certo

() Errado

Questão 64: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Acerca da disciplina constitucional e legal referente à composição dos cargos públicos, julgue o seguinte item.

Filho de governador de estado é inelegível para qualquer cargo eletivo em âmbito nacional.

() Certo

() Errado

Questão 65: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Julgue o item subsequente a respeito das funções essenciais à justiça no DF, com base na disciplina constitucional e legal.

Aplicam-se aos procuradores da CLDF as garantias e os impedimentos dos procuradores do DF.

() Certo

() Errado

Questão 66: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

A respeito do sistema de controle de constitucionalidade de leis no âmbito da União e do DF, julgue o seguinte item.

O PGDF tem competência para propor ação direta de inconstitucionalidade, em face da LODF, contra lei distrital.

() Certo

() Errado

Questão 67: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

A respeito do sistema de controle de constitucionalidade de leis no âmbito da União e do DF, julgue o seguinte item.

O TJDF pode realizar controle de constitucionalidade de lei federal.

() Certo

() Errado

Questão 68: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

A respeito do sistema de controle de constitucionalidade de leis no âmbito da União e do DF, julgue o seguinte item.

A aferição de inconstitucionalidade de lei distrital em face da CF, em controle concentrado, compete ao STF.

() Certo

() Errado

Questão 69: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Com relação ao estatuto jurídico dos tratados internacionais no direito brasileiro, julgue o próximo item.

Ao Congresso Nacional é vedado rejeitar tratado internacional que, firmado pelo presidente da República, verse sobre direitos humanos.

() Certo

() Errado

Questão 70: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Com relação ao estatuto jurídico dos tratados internacionais no direito brasileiro, julgue o próximo item.

Os tratados internacionais se incorporam ao ordenamento jurídico brasileiro com o status de emenda constitucional.

() Certo

() Errado

Questão 71: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Com relação ao estatuto jurídico dos tratados internacionais no direito brasileiro, julgue o próximo item.

Os tratados sobre direitos humanos incorporados ao direito pátrio e em conformidade com a CF revogam as leis ordinárias conflitantes.

() Certo

() Errado

Questão 72: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

No que tange à classificação das constituições, às normas constitucionais de eficácia plena, contida e limitada e ao poder constituinte, julgue o item subsequente.

Entre as espécies de constituições classificadas pela doutrina, a categoria das constituições dogmáticas corresponde àquelas resultantes da elaboração realizada por um corpo político convocado para tal finalidade, razão pela qual elas são documentos escritos.

() Certo

() Errado

Questão 73: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

No que tange à classificação das constituições, às normas constitucionais de eficácia plena, contida e limitada e ao poder constituinte, julgue o item subsequente.

É conhecida na doutrina a classificação quanto à eficácia das normas constitucionais, em que uma das categorias é a das normas de eficácia plena. Essas normas se caracterizam por ter aplicabilidade imediata e direta, independentemente da chamada *interpositio legislatoris*, embora isso não impeça a existência de leis que tratem da matéria por elas disciplinada.

() Certo

Errado

Questão 74: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

No que tange à classificação das constituições, às normas constitucionais de eficácia plena, contida e limitada e ao poder constituinte, julgue o item subsequente.

Considerando que a revolução não reconhece legitimidade à ordem constitucional preexistente, a doutrina não a considera, juridicamente, espécie de poder constituinte.

Certo

Errado

Questão 75: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Relativamente aos direitos e garantias fundamentais, à tutela constitucional das liberdades, aos direitos sociais, aos direitos de nacionalidade e ao direito de cidadania, julgue o item que se segue.

O princípio da igualdade não impede que o direito estabeleça tratamentos desiguais, desde que, entre outras condições, o elemento discriminador esteja direcionado ao atingimento de alguma finalidade juridicamente legítima, seja de maneira expressa, seja implícita.

Certo

Errado

Questão 76: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Relativamente aos direitos e garantias fundamentais, à tutela constitucional das liberdades, aos direitos sociais, aos direitos de nacionalidade e ao direito de cidadania, julgue o item que se segue.

A ação popular busca proteger, essencialmente, o patrimônio público, ou seja, o que comumente se denomina erário; por conseguinte, bens jurídicos do poder público alheios a essa dimensão patrimonial, econômica, não são passíveis de proteção por meio desse remédio processual.

Certo

Errado

Questão 77: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Relativamente aos direitos e garantias fundamentais, à tutela constitucional das liberdades, aos direitos sociais, aos direitos de nacionalidade e ao direito de cidadania, julgue o item que se segue.

Os direitos sociais, segundo a doutrina, integram os chamados direitos fundamentais de segunda geração (ou dimensão) e têm como destinação precípua realizar o princípio da igualdade; como tal, implicam a adoção de prestações positivas por parte do Estado.

() Certo

() Errado

Questão 78: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Relativamente aos direitos e garantias fundamentais, à tutela constitucional das liberdades, aos direitos sociais, aos direitos de nacionalidade e ao direito de cidadania, julgue o item que se segue.

Se um brasileiro residir em outro país e neste, por força do direito local, for obrigado a adquirir a cidadania dali para poder lá permanecer, a aquisição da nova cidadania implicará a perda da nacionalidade brasileira, desde que declarada por sentença no Brasil e observado o devido processo legal.

() Certo

() Errado

Questão 79: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Relativamente aos direitos e garantias fundamentais, à tutela constitucional das liberdades, aos direitos sociais, aos direitos de nacionalidade e ao direito de cidadania, julgue o item que se segue.

A liberdade que os partidos políticos têm de transformar-se, de extinguir-se e de definir sua estrutura interna e sua organização consiste em manifestação da chamada liberdade partidária subjetiva..

() Certo

() Errado

Questão 80: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

A respeito da organização político-administrativa do Estado, da organização dos poderes, das funções essenciais à justiça e do controle de constitucionalidade, julgue o item seguinte.

A despeito de os estados-membros gozarem de autonomia, em virtude do princípio federativo, ela não é ilimitada. Uma dessas limitações manifesta-se na exigência de que o Poder Legislativo dos estados-membros seja necessariamente unicameral.

() Certo

() Errado

Questão 81: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

A respeito da organização político-administrativa do Estado, da organização dos poderes, das funções essenciais à justiça e do controle de constitucionalidade, julgue o item seguinte.

Se um senador, no exercício de seu mandato, proferir discurso no Senado Federal, e esse pronunciamento contiver ofensas à honra de um cidadão, o parlamentar não poderá ser preso em flagrante por esse motivo; o fundamento jurídico dessa garantia é o fato de que os crimes contra a honra, no direito penal brasileiro, são afiançáveis, e a prisão de parlamentar federal somente pode ocorrer nos crimes inafiançáveis.

() Certo

() Errado

Questão 82: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

A respeito da organização político-administrativa do Estado, da organização dos poderes, das funções essenciais à justiça e do controle de constitucionalidade, julgue o item seguinte.

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) firmou o entendimento de que o Ministério Público (MP) junto aos tribunais de contas deve ser representado por membros do MP da respectiva unidade da Federação.

() Certo

() Errado

Questão 83: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

A respeito da organização político-administrativa do Estado, da organização dos poderes, das funções essenciais à justiça e do controle de constitucionalidade, julgue o item seguinte.

As leis e os demais atos normativos municipais podem ser apreciados pelo STF, no controle de constitucionalidade.

() Certo

() Errado

Questão 84: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Com referência às finanças públicas, aos tribunais de contas e à defesa do Estado e das instituições democráticas, julgue o item a seguir.

O início da execução de um programa de governo pode ocorrer se ele não estiver previsto na lei orçamentária anual, desde que haja alusão ao programa no plano plurianual.

() Certo

() Errado

Questão 85: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Com referência às finanças públicas, aos tribunais de contas e à defesa do Estado e das instituições democráticas, julgue o item a seguir.

Não obstante a autonomia dos estados-membros, prevalece na doutrina e na jurisprudência o entendimento de que eles devem observar o modelo da Constituição da República na organização e na composição de seus tribunais de contas, inclusive no que tange à proporcionalidade na escolha dos membros.

() Certo

() Errado

GABARITO

1) Certo	2) Errado	3) Errado	4) Certo	5) Certo
6) A	7) A	8) C	9) Errado	10) Certo
11) Certo	12) Errado	13) Errado	14) Errado	15) Errado
16) Errado	17) Errado	18) A	19) Errado	20) Errado
21) Certo	22) Errado	23) Certo	24) A	25) Errado
26) Errado	27) Certo	28) E	29) Certo	30) Errado
31) Certo	32) Errado	33) Errado	34) Errado	35) Errado
36) B	37) Certo	38) Errado	39) Errado	40) Certo
41) Certo	42) Certo	43) Errado	44) Errado	45) Certo
46) Errado	47) E	48) Certo	49) Certo	50) Certo
51) Certo	52) Certo	53) Errado	54) Errado	55) Certo
56) Certo	57) Certo	58) Errado	59) Errado	60) Certo
61) Errado	62) Certo	63) Certo	64) Errado	65) Certo
66) Errado	67) Certo	68) Certo	69) Errado	70) Errado
71) Certo	72) Certo	73) Certo	74) Errado	75) Certo
76) Errado	77) Certo	78) Errado	79) Errado	80) Certo
81) Errado	82) Errado	83) Certo	84) Errado	85) Certo

DIREITO EMPRESARIAL

Questão 1: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Conceitos de Empresa e Empresário

Julgue o seguinte item, referente à teoria da empresa.

Para Ronald Coase, jurista norte-americano cujo pensamento doutrinário tem sido bastante estudado pelos juristas brasileiros, a empresa se revelaria, estruturalmente, como um “feixe de contratos” que, oferecendo segurança institucional ao empresário, permite a organização dos fatores de produção e a redução dos custos de transação. Nesse aspecto, a proposta de Coase coincide com o perfil institucional proposto por Asquini.

() Certo

() Errado

Questão 2: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: Conceitos de Empresa e Empresário

Julgue o item a seguir, acerca do direito de empresa.

Se um arquiteto recém-formado resolver constituir sociedade e, para isso, alugar uma sala e contratar uma secretária, um contador e um advogado, nessa situação, a atividade desenvolvida pelo arquiteto constituirá atividade empresarial, pois destina-se à prestação de serviços de arquitetura.

() Certo

() Errado

Questão 3: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: Conceitos de Empresa e Empresário

Julgue o item a seguir, acerca do direito de empresa.

Considere que Pedro, jornalista canadense, com residência fixa no Brasil desde o ano de 1979, pretenda contratar sociedade para exploração de atividade jornalística e de radiodifusão sonora. Nessa situação, Pedro estará legalmente impedido de exercer essa atividade econômica.

() Certo

() Errado

Questão 4: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: Estabelecimento

Julgue o item a seguir, acerca do direito de empresa.

Considere a seguinte situação hipotética.

Anastácio alienou a Francisco o estabelecimento empresarial de determinada pessoa jurídica.

Nessa situação, Anastácio continuará solidariamente responsável pelo pagamento de débitos da sociedade, anteriores à transferência, pelo período de 2 anos, mesmo que as dívidas da pessoa jurídica se encontrem regularmente contabilizadas.

() Certo

() Errado

Questão 5: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: Registro

Julgue o item a seguir, acerca do direito de empresa.

Considere a seguinte situação hipotética.

Os dois sócios da sociedade empresária Bela Forma Divisórias Ltda. decidiram promover a dissolução societária, por não mais se verificar a chamada affectio societatis, ou seja, a vontade de cooperação conjunta. Para tanto, contrataram um advogado para confeccionar respectiva minuta de dissolução.

Nessa situação, a minuta deve ser autenticada perante a junta comercial competente, no prazo máximo e improrrogável de 30 dias, contados da data da respectiva assinatura.

() Certo

() Errado

Questão 6: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: Registro

No item que se segue, referente ao direito societário, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada.

Os atos constitutivos de determinada sociedade empresária foram inscritos no competente cartório de registro de títulos e documentos e registro civil das pessoas jurídicas. Apresentavam, porém, vícios insanáveis. Nessa situação, um terceiro interessado dispõe do prazo decadencial de 3 anos para promover a anulação do referido ato constitutivo.

() Certo

() Errado

Questão 7: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Desconsideração da personalidade jurídica

No que se refere ao direito societário, julgue o item que se segue.

A desconsideração inversa da personalidade jurídica implica o afastamento do princípio de autonomia patrimonial da sociedade, o que a torna responsável por dívida do sócio.

() Certo

Errado

Questão 8: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Sociedades (Direito Comercial)

Por dez anos consecutivos a empresa SQCB Ltda. deixou de arquivar qualquer documento no Registro Público de Empresas Mercantis da Junta Comercial do DF (JC/DF), onde estava registrada. A JC/DF, então, cancelou o registro da referida empresa, intimou-a, em seguida, de sua decisão e comunicou o cancelamento às autoridades fiscais.

Com referência a essa situação hipotética, julgue o item que se segue.

O procedimento foi correto, uma vez que, no caso de inexistência de arquivamento pelo período de dez anos consecutivos, considera-se a empresa inativa, devendo seu registro ser imediatamente cancelado pela junta comercial, com subsequente intimação da sociedade empresária para que tome conhecimento da decisão.

() Certo

() Errado

Questão 9: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Sociedade Limitada (Direito Comercial)

No que se refere ao direito societário, julgue o item que se segue.

Os administradores da sociedade limitada respondem com seu patrimônio por créditos decorrentes de obrigações tributárias, por fatos que praticarem com excesso de poder, infração à lei, contrato ou estatutos.

Certo

Errado

Questão 10: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Sociedade Limitada (Direito Comercial)

No que se refere ao direito societário, julgue o item que se segue.

A administração de sociedade limitada atribuída no contrato a todos os sócios estende-se, de pleno direito, aos que posteriormente adquiram essa qualidade.

Certo

Errado

Questão 11: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: Sociedade Limitada (Direito Comercial)

No item que se segue, referente ao direito societário, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada.

O ato constitutivo de determinada sociedade limitada previu que a administração fosse levada a efeito por pessoa estranha ao quadro de sócios. Nessa situação, enquanto não houver a total integralização do capital social, a designação desse administrador dependerá de aprovação da maioria absoluta dos sócios.

Certo

Errado

Questão 12: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Sociedade por Ações

No que se refere ao direito societário, julgue o item que se segue.

A sociedade por ações é sempre mercantil; por isso, está sujeita a falência, fazendo jus à recuperação judicial, ainda que o seu objeto seja civil.

() Certo

() Errado

Questão 13: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: Acionistas

No item que se segue, referente ao direito societário, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada.

Sandro, sócio remisso de determinada sociedade anônima, permaneceu inadimplente mesmo após ação promovida pela respectiva sociedade para integralização de suas ações. Nessa situação, as ações de Sandro podem ser alienadas, e ele pode ter suspenso o exercício dos direitos de acionista, como o direito ao voto em assembléia.

() Certo

() Errado

Questão 14: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: Sociedade Cooperativa

Julgue o item a seguir, acerca do direito de empresa.

Determinada sociedade cooperativa, que atue no ramo de prestação de serviços de informática, estará sujeita ao registro civil das pessoas jurídicas. Contudo, não obstante a sociedade ser de natureza simples, a lei determina que seus constitutivos sejam arquivados no registro público de empresas mercantis e atividades afins.

() Certo

() Errado

Questão 15: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: Operações Societárias

No item que se segue, referente ao direito societário, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada.

Duas sociedades decidiram explorar empreendimento comum e, para tanto, contrataram a formação de um consórcio. Nessa situação, esse consórcio não possui personalidade jurídica própria, mas a responsabilidade entre as contratantes é presumida, solidária e ilimitada, principalmente no que se refere às obrigações advindas das relações de consumo.

() Certo

() Errado

Questão 16: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: Operações Societárias

No item que se segue, referente ao direito societário, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada.

Manoel, Joaquim e Frederico são sócios de determinada sociedade empresária cujo objeto social é a exploração de atividade de fabricação de móveis para escritório. Enquanto Manoel estava na Europa, passando férias de final de ano, Joaquim e Frederico promoveram transformação do tipo societário, sem a deliberação de Manoel, apoiados no fato de que havia previsão para tanto no ato constitutivo dessa pessoa jurídica. Nessa situação, Joaquim e Frederico não poderiam promover a transformação da sociedade sem a oitiva de Manoel, pois é imprescindível a deliberação de todos os sócios.

() Certo

() Errado

Questão 17: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Operações Societárias

Texto para a questão

A Universidade Estadual do Alto Sertão (UEAS), ente público educacional, realiza programa de estímulo ao empreendedorismo no qual recebe e apoia no próprio campus universitário pequenas empresas criadas por alunos, com o propósito de desenvolver e comercializar produtos e serviços inovadores. A atividade empresarial é apoiada mediante a contrapartida de cotas do capital social à UEAS, que detém 15% do capital social de cada sociedade limitada, aplicando-se subsidiariamente a elas as regras atinentes à sociedade simples. Entretanto, uma pessoa jurídica assim apoiada, Novos Ventos do Alto Sertão Ltda., que é titular da marca registrada Aeroturbo e que desenvolveu e patenteou uma turbina eólica de alto valor no mercado, para cuja forma ornamental requereu proteção por desenho industrial, recebeu a proposta de ser incorporada por Energia Sustentável S.A., processo no qual se prevê que as quotas de capital social da UEAS sejam convertidas em debêntures.

Considerando a hipótese apresentada no texto, assinale a opção correta acerca do negócio societário proposto.

a) A UEAS poderá impedir a conversão de suas quotas em debêntures, se formalmente se opuser à incorporação quando ocorrer a respectiva deliberação societária.

b) A incorporação deverá ser aprovada em assembleia geral conjunta entre as duas sociedades e dependerá do expresso consentimento da UEAS.

c) A incorporação poderá ser aprovada contra a vontade manifesta da UEAS na proporção de suas quotas, impondo à Universidade a conversão em debêntures proposta pelas sociedades.

d) A conversão das quotas em debêntures concederá à UEAS a condição de acionista sem direito a voto, mas com preferência na distribuição de dividendos por Energia Sustentável S.A.

e) O negócio de incorporação acarretará necessariamente o trespasse do estabelecimento da sociedade incorporadora à incorporada.

Questão 18: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: Dissolução e Liquidação de Sociedades

No item que se segue, referente ao direito societário, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada.

Maria, Paula e Laura contrataram sociedade para a prestação de serviços de beleza e estética. Passados dois anos, Paula decidiu retirar-se do quadro social e, após seis meses, Laura veio a óbito em um acidente de avião. Nessa situação, diante da ausência de pluralidade de sócios, considera-se, desde então, dissolvida de pleno direito a sociedade formada por Maria, Paula e Laura.

() Certo

() Errado

Questão 19: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Títulos de Crédito

Julgue o item a seguir, a respeito de fatos históricos relacionados à evolução do direito empresarial.

Os títulos de créditos originaram-se, na Idade Média, em virtude de os comerciantes italianos não desejarem levar grandes quantidades de moeda em suas viagens e ao fato de que cada cidade podia cunhar a sua própria. Esses comerciantes, então, depositavam o valor de que necessitavam em um banco e este emitia documentos que consubstanciavam promessa ou ordem de pagamento e que, apresentados ao seu correspondente, autorizavam o recebimento da quantia neles mencionada, na moeda corrente no lugar da apresentação.

() Certo

() Errado

Questão 20: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Títulos de Crédito

Em relação aos títulos de crédito, julgue o item subsequente.

As normas do Código Civil sobre títulos de crédito aplicam-se supletivamente em relação às letras de câmbio, notas promissórias, cheques e duplicatas.

() Certo

() Errado

Questão 21: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Títulos de Crédito

Em relação aos títulos de crédito, julgue o item subsequente.

A duplicata é um título causal, emitido exclusivamente com vínculo a um processo de compra e venda mercantil ou a um contrato de prestação de serviços e, por isso, é considerada um título cambiforme, ao qual não se aplica o princípio da abstração.

() Certo

() Errado

Questão 22: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Endosso

Em relação aos títulos de crédito, julgue o item subsequente.

O endosso posterior ao protesto por falta de pagamento produz apenas os efeitos de cessão ordinária de créditos.

() Certo

() Errado

Questão 23: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: Recuperação Judicial

No item seguinte, é apresentada uma situação hipotética acerca do instituto falimentar, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Solar Transportes Ltda. impetrou concordata e, após regular procedimento judicial, seu pleito foi deferido. Nessa situação, desde que não haja prejuízos a terceiros interessados, pode essa pessoa jurídica, a qualquer momento, desistir da concordata impetrada.

() Certo

() Errado

Questão 24: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Recuperação Judicial

A sociedade Delta é devedora de R\$ 9.000,00, crédito representado por duplicata na qual um dos seus sócios lançou aval. A credora, sociedade Alfa, negociou a cessão fiduciária desse título para garantir contrato de mútuo firmado com o Banco Gama. Após esse fato, a sociedade Delta obteve recuperação judicial, cujo plano de recuperação, já aprovado, prevê o pagamento de R\$ 5.000,00, parceladamente, para extinguir o crédito objeto da referida duplicata.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- a) A credora não poderia realizar a cessão fiduciária da duplicata, uma vez que a circulação de título de crédito exige o endosso como forma específica de movimentação.
- b) A cessão fiduciária colocará o Banco Gama em posição privilegiada diante dos demais credores, já que a recuperação judicial não atingirá o direito cedido fiduciariamente.
- c) A cessão fiduciária do crédito está eivada de nulidade, uma vez que o direito de crédito não pode ser objeto de normas que regulem propriedade fiduciária.
- d) A aprovação do plano de recuperação judicial acarretará a suspensão das ações e execuções contra a sociedade Delta por cento e oitenta dias, o que obstará, nesse prazo, a cobrança da duplicata pela via judicial.
- e) A aprovação do plano de recuperação judicial acarreta a novação do crédito representado pela duplicata, o que impede a cobrança, ao avalista, do valor original registrado no título.

Questão 25: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Falência

A falência da empresa Brinquedos Feliz Ltda. (BFL) foi decretada em julho de 2013. Antes disso, já havia duas execuções fiscais propostas pelo DF contra ela, cobrando, além do principal, juros e multa em decorrência do inadimplemento em suas obrigações tributárias. A primeira delas, com bens penhorados antes da falência. A outra, não. O juiz autorizou o prosseguimento das atividades da BFL, levando em conta estar se aproximando a época do Natal e o fato de a empresa ter ainda grande estoque de brinquedos, grande quantidade, já paga, que fora objeto de importação. Para guardar os brinquedos importados, o administrador, em razão de incêndio em depósito próprio da BFL, teve de alugar, com autorização judicial, um galpão, por R\$ 1.000,00 mensais de aluguel. A venda dos brinquedos gerou novos créditos tributários.

Considerando essa situação hipotética, julgue o seguinte item.

O valor das multas moratórias decorrentes do não pagamento dos créditos tributários anteriores à falência não poderá ser incluído no quadro geral de credores.

() Certo

() Errado

Questão 26: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Falência

A falência da empresa Brinquedos Feliz Ltda. (BFL) foi decretada em julho de 2013. Antes disso, já havia duas execuções fiscais propostas pelo DF contra ela, cobrando, além do principal, juros e multa em decorrência do inadimplemento em suas obrigações tributárias. A primeira delas, com bens penhorados antes da falência. A outra, não. O juiz autorizou o prosseguimento das atividades da BFL, levando em conta estar se aproximando a época do Natal e o fato de a empresa ter ainda grande estoque de brinquedos, grande quantidade, já paga, que fora objeto de importação. Para guardar os brinquedos importados, o administrador, em razão de incêndio em depósito próprio da BFL, teve de alugar, com autorização judicial, um galpão, por R\$ 1.000,00 mensais de aluguel. A venda dos brinquedos gerou novos créditos tributários.

Considerando essa situação hipotética, julgue o seguinte item.

A execução fiscal com bens penhorados deve prosseguir, com a alienação dos bens penhorados e a posterior entrega à massa falida do respectivo produto, para rateio entre os credores.

() Certo

() Errado

Questão 27: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Falência

A falência da empresa Brinquedos Feliz Ltda. (BFL) foi decretada em julho de 2013. Antes disso, já havia duas execuções fiscais propostas pelo DF contra ela, cobrando, além do principal, juros e multa em decorrência do inadimplemento em suas obrigações tributárias. A primeira delas, com bens penhorados antes da falência. A outra, não. O juiz autorizou o prosseguimento das atividades da BFL, levando em conta estar se aproximando a época do Natal e o fato de a empresa ter ainda grande estoque de brinquedos, grande quantidade, já paga, que fora objeto de importação. Para guardar os brinquedos importados, o administrador, em razão de incêndio em depósito próprio da BFL, teve de alugar, com autorização judicial, um galpão, por R\$ 1.000,00 mensais de aluguel. A venda dos brinquedos gerou novos créditos tributários.

Considerando essa situação hipotética, julgue o seguinte item.

Com relação à execução como não conta com bens penhorados, o DF deve proceder à penhora no rosto dos autos da falência.

() Certo

() Errado

Questão 28: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Falência

A falência da empresa Brinquedos Feliz Ltda. (BFL) foi decretada em julho de 2013. Antes disso, já havia duas execuções fiscais propostas pelo DF contra ela, cobrando, além do principal, juros e multa em decorrência do inadimplemento em suas obrigações tributárias. A primeira delas, com bens penhorados antes da falência. A outra, não. O juiz autorizou o prosseguimento das atividades da BFL, levando em conta estar se aproximando a época do Natal e o fato de a empresa ter ainda grande estoque de brinquedos, grande quantidade, já paga, que fora objeto de importação. Para guardar os brinquedos importados, o administrador, em razão de incêndio em depósito próprio da BFL, teve de alugar, com autorização judicial, um galpão, por R\$ 1.000,00 mensais de aluguel. A venda dos brinquedos gerou novos créditos tributários.

Considerando essa situação hipotética, julgue o seguinte item.

Os créditos tributários originados do prosseguimento da atividade da BFL terão preferência em relação aos créditos decorrentes do aluguel do galpão utilizado para o depósito de brinquedos.

() Certo

() Errado

Questão 29: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Falência

No que se refere ao direito falimentar, julgue o item a seguir.

O contrato de concessão para a exploração de serviço público não se rescinde pela falência do concessionário, mas pela reversão que a sucede, pois só então se observa o princípio da continuidade do serviço público.

() Certo

() Errado

Questão 30: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Falência

No que se refere ao direito falimentar, julgue o item a seguir.

A lei exclui total e absolutamente do direito falimentar as sociedades de economia mista, as empresas públicas e as câmaras de compensação.

() Certo

() Errado

Questão 31: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Falência

No que se refere ao direito falimentar, julgue o item a seguir.

As execuções tributárias não são atraídas pelo juízo universal da falência, ao contrário dos créditos não tributários inscritos na dívida ativa.

() Certo

() Errado

Questão 32: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: Falência

No item seguinte, é apresentada uma situação hipotética acerca do instituto falimentar, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Américo, empresário individual, domiciliado no Brasil, mas com estabelecimento empresarial em Moçambique, teve contra si sentença declaratória de falência naquele país africano. Nessa situação, a sentença declaratória de falência não é exeqüível no Brasil.

() Certo

() Errado

Questão 33: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: Falência

No item seguinte, é apresentada uma situação hipotética acerca do instituto falimentar, seguida de uma assertiva a ser julgada.

No curso de regular procedimento falimentar, foram arrestados os bens sociais. Posteriormente, verificou-se que a sociedade se encontrava em dívida ativa, razão pela qual fora promovida competente execução fiscal. Nessa situação, é incabível penhora desse mesmo patrimônio, por determinação judicial, em face de execução por créditos tributários.

() Certo

() Errado

Questão 34: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Propriedade Industrial

Texto para a questão

A Universidade Estadual do Alto Sertão (UEAS), ente público educacional, realiza programa de estímulo ao empreendedorismo no qual recebe e apoia no próprio campus universitário pequenas empresas criadas por alunos, com o propósito de desenvolver e comercializar produtos e serviços inovadores. A atividade empresarial é apoiada mediante a contrapartida de cotas do capital social à UEAS, que detém 15% do capital social de cada sociedade limitada, aplicando-se subsidiariamente a elas as regras atinentes à sociedade simples. Entretanto, uma pessoa jurídica assim apoiada, Novos Ventos do Alto Sertão Ltda., que é titular da marca registrada Aeroturbo e que desenvolveu e patenteou uma turbina eólica de alto valor no mercado, para cuja forma ornamental requereu proteção por desenho industrial, recebeu a proposta de ser incorporada por Energia Sustentável S.A., processo no qual se prevê que as quotas de capital social da UEAS sejam convertidas em debêntures.

Em relação aos direitos de propriedade industrial de titularidade da sociedade limitada, ao se concluir a incorporação objeto da hipótese tratada no texto,

- a) a patente de propriedade da sociedade incorporada será transferida à sociedade incorporadora, condicionada à prévia anuência do inventor.
- b) o pedido de registro de desenho industrial feito pela sociedade incorporada deverá ser indeferido, visto que a proteção da forma do produto só pode ocorrer por modelo de utilidade.
- c) o nome comercial da sociedade incorporada será transferido ao patrimônio da sociedade incorporadora.
- d) serão de propriedade da incorporadora os segredos empresariais mantidos pela sociedade incorporada.
- e) a marca Aeroturbo, que integrava o estabelecimento da sociedade incorporada, será de titularidade da sociedade incorporadora.

Questão 35: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Contratos Mercantis

A respeito da concessão e representação comercial, assinale a opção correta.

- a) O representante está impedido de efetuar atos de execução do negócio principal que auxilia, enquanto o concessionário aperfeiçoa a concessão justamente realizando-os.
- b) O representante atua em nome próprio e gere interesse alheio, enquanto o concessionário atua em nome alheio e gere interesse próprio.

- c) O concessionário deve atuar em uma área operacional exclusiva, restrição esta que não se aplica ao representante.
- d) O representante deve mediar negócios de outrem sem obrigatoriamente exercer mandato, enquanto o concessionário efetivamente realiza mercancia.
- e) O concessionário exerce atividade empresarial, enquanto o representante não pode ser empresário, uma vez que deve ser registrado em conselho profissional como auxiliar do comércio.

Questão 36: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Contratos Mercantis

Negócios Eletrônicos S.A., sociedade com sede no Brasil, presta serviços mediante a publicação de páginas na rede mundial de computadores, a Internet. Os usuários acessam essas páginas mediante o uso de senha própria composta por onze números e por ela podem comunicar-se, fazendo ofertas e celebrando contratos de compra e venda de bens em geral. Para operacionalizar o baixo custo do funcionamento desse sistema, os programas de computador e os dados relativos a essas páginas estão gravados em um computador de outro empresário, prestador de serviços de Internet situado na Finlândia.

Com referência a essa situação hipotética, assinale a opção correta com base na legislação em vigor.

- a) As partes contratantes poderão eleger livremente o domicílio do contrato de compra e venda celebrado por meio virtual, o qual será, no caso de omissão, o do domicílio do proponente.
- b) Se um usuário das referidas páginas ali publicar, sem prévia autorização, a marca registrada presente no produto anunciado, o titular do sinal marcário poderá exigir a remoção desse sinal do anúncio.
- c) Por corresponder a sinal sigiloso que identifica o titular, a senha de acesso constitui sua assinatura eletrônica, com valor legal equiparado à assinatura autógrafa do usuário.
- d) Os dados e programas de computador utilizados no funcionamento das páginas em questão pertencem ao estabelecimento virtual da sociedade anônima, assim localizado na Finlândia.
- e) As páginas publicadas na Internet constituem documentos eletrônicos e são equiparados a documentos públicos se assinados digitalmente.

Questão 37: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

No que concerne ao direito empresarial em sentido amplo, julgue o item a seguir.

A promoção prévia de protesto válido do título é condição para que o credor de título de crédito válido mova uma ação de execução contra o devedor principal.

() Certo

() Errado

Questão 38: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

No que concerne ao direito empresarial em sentido amplo, julgue o item a seguir.

Pessoa física pode exercer a atividade como empresário individual, que é a figura jurídica normatizada como sociedade individual de responsabilidade limitada.

() Certo

() Errado

Questão 39: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

No que concerne ao direito empresarial em sentido amplo, julgue o item a seguir.

Dado o princípio constitucional de livre iniciativa, é permitido ao empresário iniciar suas atividades comerciais concomitantemente com o pedido de sua inscrição no registro público de empresas mercantis.

() Certo

() Errado

Questão 40: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

No que concerne ao direito empresarial em sentido amplo, julgue o item a seguir.

A doutrina relativa ao direito cambiário trata do princípio da abstração, um subprincípio derivado do princípio da autonomia, que destaca a ligação entre o título de crédito e o fato jurídico que deu origem à obrigação que ele representa.

() Certo

() Errado

Questão 41: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

No que concerne ao direito empresarial em sentido amplo, julgue o item a seguir.

Se um título com prazo de vencimento definido não for tempestivamente pago, o credor poderá mover ação de execução; todavia, verificada alguma nulidade, o juiz pronunciará nula, de ofício ou a requerimento da parte, a execução.

() Certo

() Errado

Questão 42: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Com relação ao direito empresarial em sentido amplo, julgue o item que se segue.

Se a falência for decretada por sentença em processo de falência, todos os bens do falido tornar-se-ão indisponíveis, mesmo aqueles que façam parte das atividades normais do devedor, se autorizada a continuação provisória destas.

() Certo

() Errado

Questão 43: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Com relação ao direito empresarial em sentido amplo, julgue o item que se segue.

Aberto um processo de falência, as ações em que se demande quantia ilíquida contra o falido permanecerão sendo processadas no juízo original da ação.

() Certo

() Errado

Questão 44: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Com relação ao direito empresarial em sentido amplo, julgue o item que se segue.

Caso, em decisão com trânsito em julgado, o réu tenha sido condenado ao pagamento de determinado valor ao autor, a sentença poderá ser objeto de protesto, se, no prazo legal, o réu não realizar o pagamento.

() Certo

() Errado

Questão 45: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Com relação ao direito empresarial em sentido amplo, julgue o item que se segue.

Sociedade empresária poderá ser registrada tanto nos órgãos de registro de comércio quanto nos cartórios de títulos, devendo a sociedade simples ser obrigatoriamente registrada em cartório de registro de pessoas jurídicas.

() Certo

() Errado

GABARITO

1) Errado	2) Errado	3) Certo	4) Errado	5) Errado
6) Certo	7) Certo	8) Errado	9) Certo	10) Errado
11) Errado	12) Certo	13) Certo	14) Certo	15) Errado
16) Errado	17) A	18) Errado	19) Certo	20) Certo
21) Errado	22) Certo	23) Certo	24) B	25) Errado
26) Certo	27) Certo	28) Errado	29) Errado	30) Certo
31) Errado	32) Certo	33) Certo	34) E	35) D
36) A	37) Errado	38) Errado	39) Errado	40) Certo
41) Certo	42) Errado	43) Certo	44) Certo	45) Errado

DIREITO FINANCEIRO

Questão 1: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Normas Gerais de Direito Financeiro

A respeito das normas que regem o direito financeiro e orçamentário, julgue o item a seguir.

O DF tem competência exclusiva para dispor sobre normas gerais de direito financeiro apenas por lei complementar distrital.

() Certo

() Errado

Questão 2: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Normas Gerais de Direito Financeiro

Julgue o item a seguir, referente ao controle do endividamento e a operações de crédito.

O Senado Federal estabeleceu o limite global de endividamento para os estados, o DF e os municípios.

() Certo

() Errado

Questão 3: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Normas Gerais de Direito Financeiro

No que se refere ao direito financeiro, julgue o próximo item.

O instrumento legislativo exigido pela CF, na esfera federal, para dispor sobre normas de finanças públicas é sempre a lei complementar.

() Certo

() Errado

Questão 4: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Normas Gerais de Direito Financeiro

No que se refere ao direito financeiro, julgue o próximo item.

De acordo com a CF, os municípios podem legislar sobre direito financeiro, de forma concorrente com os demais entes da Federação.

() Certo

() Errado

Questão 5: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Normas Gerais de Direito Financeiro

No que se refere ao direito financeiro, julgue o próximo item.

Os estados podem legislar sobre direito financeiro e, sempre que o fizerem, estarão revogando qualquer norma preexistente, ainda que editada pela União.

() Certo

() Errado

Questão 6: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Normas Gerais de Direito Financeiro

A respeito do direito financeiro brasileiro, assinale a opção correta.

a) A CF atribui competência privativa à União para legislar sobre direito financeiro e fixa a competência concorrente da União, dos estados e do DF para legislar sobre orçamento.

b) Ao tratar da competência concorrente para legislar sobre orçamento, a CF não se referiu aos municípios, estando a doutrina majoritária posicionada no sentido de que o constituinte silenciou-se, razão pela qual os municípios não podem reivindicar tal competência.

c) Se um tribunal de justiça ou o MP não encaminharem as respectivas propostas orçamentárias dentro do prazo estabelecido na LDO, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, a média dos valores aprovados nas

últimas duas leis orçamentárias, ajustados de acordo com os limites estipulados pela LDO vigente.

d) A Lei n.º 4.320/1964, apesar de ser lei ordinária, foi recepcionada pela CF com status de lei complementar, só podendo, hoje, ser alterada por lei dessa estatura.

e) A LRF dispõe, entre outras matérias, sobre finanças públicas, concessão de garantias pelas entidades públicas, operações de câmbio realizadas pelos entes federados e fiscalização das instituições financeiras estatais.

Questão 7: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Normas Gerais de Direito Financeiro

Considerando as disposições constitucionais pertinentes a finanças e orçamento, julgue o seguinte item.

Ao tratar do direito financeiro, o constituinte de 1988 nominou de Sistema Financeiro Nacional o capítulo que reúne as normas que regem o que a doutrina denomina sistema financeiro público.

() Certo

() Errado

Questão 8: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Normas Gerais de Direito Financeiro

Considerando as disposições constitucionais pertinentes a finanças e orçamento, julgue o seguinte item.

A competência legislativa municipal suplementar não se estende ao direito financeiro, uma vez que o constituinte, ao tratar da competência concorrente para legislar sobre tal matéria, não contemplou os municípios.

() Certo

() Errado

Questão 9: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Normas Gerais de Direito Financeiro

À luz da legislação e da doutrina em matéria de responsabilidade fiscal, julgue o item a seguir.

Salvo disposição de lei estadual em contrário, o estado deve depositar as suas disponibilidades de caixa em instituições financeiras oficiais.

() Certo

() Errado

Questão 10: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Instrumentos Orçamentários (PPA, LDO e LOA)

Considerando as disposições constitucionais pertinentes a finanças e orçamento, julgue o seguinte item.

De acordo com a CF, o presidente da República não pode propor alterações ao projeto de lei orçamentária em relação a matéria cuja votação já tenha se iniciado na comissão mista permanente competente para emitir parecer no âmbito do Congresso Nacional.

() Certo

() Errado

Questão 11: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: PPA - Plano Plurianual (CF/1988 e Lei nº 4.320/1964)

Acerca do PPA, assinale a opção correta.

a) No âmbito estadual, o prazo de vigência do PPA deve coincidir integralmente com o do mandato de governador, ou seja, quatro anos.

b) A LOA não encontra, no PPA, limitação quanto a dotações e execução orçamentária de investimentos com duração superior a um exercício financeiro, mas há, na esfera estadual, limitações para investimentos cuja execução ultrapasse o período do mandato do governador.

c) No âmbito da União, o projeto de lei do PPA é de iniciativa do Poder Executivo e a sua apreciação limita-se ao do Senado Federal.

d) A CF delegou aos diversos entes federados, em suas esferas de competência, a elaboração de normas sobre a vigência, os prazos, a elaboração e a organização de seus PPAs.

e) Não existe, atualmente, dispositivo de lei complementar nacional que disponha acerca de vigência, prazos, elaboração e organização dos PPAs.

Questão 12: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias (CF/1988 e Lei nº 4.320/1964)

Assinale a opção correta com referência à LDO.

a) Nos territórios, o projeto de LDO é de iniciativa exclusiva do Senado Federal; nos estados, a iniciativa é do governador ou de três quintos dos deputados estaduais.

b) A LDO deve dispor sobre metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, as orientações para a elaboração da LOA e as previsões de alteração na legislação tributária, não podendo, entretanto, interferir na política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

c) A concessão de vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou a alteração de estruturas de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, incluindo fundações e empresas estatais, só poderão ser concretizadas se houver autorização específica na LDO.

d) No curso do exercício financeiro, em caso de extrema urgência e relevância, a LDO da União poderá ser alterada por meio de medida provisória, ficando, porém, trancada a pauta do Congresso Nacional para a votação de outras matérias enquanto não for votado o projeto de conversão da medida provisória em lei.

e) O projeto de LDO deve ser encaminhado ao Poder Legislativo até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa.

Questão 13: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: LOA - Lei Orçamentária Anual (CF/1988 e Lei nº 4.320/1964)

A respeito da LOA, assinale a opção correta.

a) Prescindem de previsão na LOA despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão.

b) Tamanha é a relevância das normas orçamentárias que a CF prevê que todo ato do presidente da República que atente contra a LOA será considerado crime de responsabilidade.

c) No âmbito estadual, a LOA compreenderá o orçamento fiscal referente aos poderes do estado, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, bem como o orçamento de investimentos das empresas em que o estado, direta ou indiretamente, detenha algum capital social.

d) A LOA não conterà dispositivo estranho à previsão da receita nem à fixação da despesa, como, por exemplo, autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

e) O projeto de LOA terá de ser encaminhado pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o trigésimo dia anterior ao encerramento da sessão legislativa.

Questão 14: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Elaboração, Discussão e Aprovação do Ciclo Orçamentário

Suponha que, em decorrência da apresentação de emendas ao projeto de lei orçamentária anual, alguns recursos tenham ficado sem as respectivas despesas. Em face dessa situação hipotética, julgue o item subsequente.

Admite-se a aprovação de emendas ao projeto de lei orçamentária anual relacionadas à correção desse erro.

() Certo

() Errado

Questão 15: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Elaboração, Discussão e Aprovação do Ciclo Orçamentário

No que concerne ao projeto de lei orçamentária anual, julgue o próximo item.

Para ser aprovada, a emenda ao projeto de lei orçamentária anual deve ser também compatível com o plano plurianual.

() Certo

() Errado

Questão 16: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Elaboração, Discussão e Aprovação do Ciclo Orçamentário

No que concerne ao projeto de lei orçamentária anual, julgue o próximo item.

Somente é possível a apresentação de emendas sobre projetos que nunca tenham tramitado pelo parlamento.

() Certo

() Errado

Questão 17: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Elaboração, Discussão e Aprovação do Ciclo Orçamentário

No que concerne ao projeto de lei orçamentária anual, julgue o próximo item.

Admite-se a apresentação de emenda ao projeto de lei orçamentária anual, com a indicação de recursos necessários, mediante a anulação de despesa referente a dotações para pessoal e seus encargos.

() Certo

() Errado

Questão 18: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Propriedades e Espécies de Créditos Adicionais (suplementares, especiais e extraordinários)

Tendo em vista que as operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital poderão ser autorizadas, desde que tenham finalidade precisa e sejam autorizadas por lei, julgue o item que se segue, relativo a crédito orçamentário e operações de crédito.

Os créditos extraordinários são espécie de créditos especiais e, por isso, sua criação independe de autorização legal.

() Certo

() Errado

Questão 19: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Propriedades e Espécies de Créditos Adicionais (suplementares, especiais e extraordinários)

Tendo em vista que as operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital poderão ser autorizadas, desde que tenham finalidade precisa e sejam autorizadas por lei, julgue o item que se segue, relativo a crédito orçamentário e operações de crédito.

Os créditos suplementares são os destinados a reforçar dotações orçamentárias e que constam da LOA.

() Certo

() Errado

Questão 20: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: Propriedades e Espécies de Créditos Adicionais (suplementares, especiais e extraordinários)

A lei de diretrizes orçamentárias (LDO) para o exercício de 2004 de determinado estado-membro da Federação estabeleceu, entre outras vedações, que não poderiam ser destinados recursos para atender a despesas com aquisição de veículos de representação, ressalvadas aquelas referentes a automóveis de uso do governador de estado e dos presidentes da assembléia legislativa, do tribunal de justiça e do tribunal de contas do estado.

A lei orçamentária anual (LOA) daquela unidade da Federação, para o mesmo exercício, incluiu, entre outras, as seguintes receitas e despesas:

I) receitas decorrentes da locação para particulares e da ocupação e do uso, por servidores públicos estaduais, de imóveis de propriedade do estado;

II) receitas oriundas da cobrança da denominada taxa de segurança pública, decorrente da prestação de serviço e atividade policial militar, inclusive policiamento preventivo, a ser cobrada dos organizadores de eventos abertos ao público;

III) despesas para a reforma e a ampliação de vinte escolas estaduais;

IV) despesas para a construção de um sambódromo;

V) despesas para a aquisição de veículos de representação de uso dos secretários de estado.

A referida LOA consignou que o orçamento dos entes da administração indireta daquele estado-membro constaria de lei específica.

No início de 2004, foi editada lei ordinária específica (lei estadual n.º X/2004), por meio da qual os candidatos carentes ficaram isentos do pagamento de taxa de inscrição ao exame vestibular da universidade estadual.

No decorrer do exercício de 2004, foi aberto crédito orçamentário adicional, para despesas com reforma e ampliação das vinte escolas estaduais referidas na LOA, já que o crédito inicial foi considerado insuficiente.

Na execução do orçamento, verificou-se que o secretário de obras públicas, sem prévia autorização legislativa, utilizou recursos do crédito adicional mencionado no parágrafo anterior para a ampliação e reforma de um hospital público estadual. Na mesma obra, o aludido secretário aplicou, também, recursos transferidos pela União, a título de subvenção social.

Com relação à situação hipotética descrita, julgue o item seguinte.

O crédito adicional mencionado no texto tem natureza de crédito suplementar, pois destina-se a reforço de dotação orçamentária, sendo proibida a sua abertura sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes, conforme disposição contida na Constituição da República.

() Certo

() Errado

Questão 21: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Propriedades e Espécies de Créditos Adicionais (suplementares, especiais e extraordinários)

Acerca dos créditos adicionais no direito financeiro, assinale a opção correta de acordo com a Lei n.º 4.320/1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do DF.

a) Os créditos suplementares destinam-se a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.

b) Os créditos especiais destinam-se ao reforço de dotação orçamentária insuficiente; os extraordinários, a cobrir despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

c) Os créditos suplementares serão autorizados por decreto do Poder Executivo e dependerão da existência de recursos disponíveis para se atender à despesa.

d) Recursos disponíveis para legitimar a abertura de créditos suplementares são apenas o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior e os recursos provenientes de excesso de arrecadação.

e) Os créditos adicionais, que incluem as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na LOA, terão vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos, salvo expressa disposição legal em contrário quanto aos especiais e extraordinários.

Questão 22: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Fontes para a Abertura de Créditos Adicionais

Tendo em vista que as operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital poderão ser autorizadas, desde que tenham finalidade precisa e sejam autorizadas por lei, julgue o item que se segue, relativo a crédito orçamentário e operações de crédito.

Segundo a Lei n.º 4.320/1964, não há necessidade da indicação de recursos quando os créditos adicionais servirem para adicionar valor à dotação anterior.

() Certo

() Errado

Questão 23: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Fontes para a Abertura de Créditos Adicionais

Suponha que, em decorrência da apresentação de emendas ao projeto de lei orçamentária anual, alguns recursos tenham ficado sem as respectivas despesas. Em face dessa situação hipotética, julgue o item subsequente.

Os recursos sem despesas correspondentes podem ser utilizados desde que haja prévia e específica autorização legislativa.

() Certo

() Errado

Questão 24: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Fontes para a Abertura de Créditos Adicionais

Suponha que, em decorrência da apresentação de emendas ao projeto de lei orçamentária anual, alguns recursos tenham ficado sem as respectivas despesas. Em face dessa situação hipotética, julgue o item subsequente.

Os recursos sem as correspondentes despesas podem ser utilizados mediante créditos extraordinários.

() Certo

() Errado

Questão 25: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: Princípios Orçamentários

A lei de diretrizes orçamentárias (LDO) para o exercício de 2004 de determinado estado-membro da Federação estabeleceu, entre outras vedações, que não poderiam ser destinados recursos para atender a despesas com aquisição de veículos de representação, ressalvadas aquelas referentes a automóveis de uso do governador de estado e dos presidentes da assembleia legislativa, do tribunal de justiça e do tribunal de contas do estado.

A lei orçamentária anual (LOA) daquela unidade da Federação, para o mesmo exercício, incluiu, entre outras, as seguintes receitas e despesas:

I) receitas decorrentes da locação para particulares e da ocupação e do uso, por servidores públicos estaduais, de imóveis de propriedade do estado;

II) receitas oriundas da cobrança da denominada taxa de segurança pública, decorrente da prestação de serviço e atividade policial militar, inclusive policiamento preventivo, a ser cobrada dos organizadores de eventos abertos ao público;

III) despesas para a reforma e a ampliação de vinte escolas estaduais;

IV) despesas para a construção de um sambódromo;

V) despesas para a aquisição de veículos de representação de uso dos secretários de estado.

A referida LOA consignou que o orçamento dos entes da administração indireta daquele estado-membro constaria de lei específica.

No início de 2004, foi editada lei ordinária específica (lei estadual n.º X/2004), por meio da qual os candidatos carentes ficaram isentos do pagamento de taxa de inscrição ao exame vestibular da universidade estadual.

No decorrer do exercício de 2004, foi aberto crédito orçamentário adicional, para despesas com reforma e ampliação das vinte escolas estaduais referidas na LOA, já que o crédito inicial foi considerado insuficiente.

Na execução do orçamento, verificou-se que o secretário de obras públicas, sem prévia autorização legislativa, utilizou recursos do crédito adicional mencionado no parágrafo anterior para a ampliação e reforma de um hospital público estadual. Na mesma obra, o

aludido secretário aplicou, também, recursos transferidos pela União, a título de subvenção social.

Com relação à situação hipotética descrita, julgue o item seguinte.

A previsão de inclusão do orçamento dos entes da administração indireta daquele estado-membro em lei específica está em contradição com o princípio da unidade do orçamento, que, do ponto de vista formal, estabelece que a peça orçamentária deve ser única e abrangente.

() Certo

() Errado

Questão 26: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: Princípios Orçamentários

A lei de diretrizes orçamentárias (LDO) para o exercício de 2004 de determinado estado-membro da Federação estabeleceu, entre outras vedações, que não poderiam ser destinados recursos para atender a despesas com aquisição de veículos de representação, ressalvadas aquelas referentes a automóveis de uso do governador de estado e dos presidentes da assembleia legislativa, do tribunal de justiça e do tribunal de contas do estado.

A lei orçamentária anual (LOA) daquela unidade da Federação, para o mesmo exercício, incluiu, entre outras, as seguintes receitas e despesas:

I) receitas decorrentes da locação para particulares e da ocupação e do uso, por servidores públicos estaduais, de imóveis de propriedade do estado;

II) receitas oriundas da cobrança da denominada taxa de segurança pública, decorrente da prestação de serviço e atividade policial militar, inclusive policiamento preventivo, a ser cobrada dos organizadores de eventos abertos ao público;

III) despesas para a reforma e a ampliação de vinte escolas estaduais;

IV) despesas para a construção de um sambódromo;

V) despesas para a aquisição de veículos de representação de uso dos secretários de estado.

A referida LOA consignou que o orçamento dos entes da administração indireta daquele estado-membro constaria de lei específica.

No início de 2004, foi editada lei ordinária específica (lei estadual n.º X/2004), por meio da qual os candidatos carentes ficaram isentos do pagamento de taxa de inscrição ao exame vestibular da universidade estadual.

No decorrer do exercício de 2004, foi aberto crédito orçamentário adicional, para despesas com reforma e ampliação das vinte escolas estaduais referidas na LOA, já que o crédito inicial foi considerado insuficiente.

Na execução do orçamento, verificou-se que o secretário de obras públicas, sem prévia autorização legislativa, utilizou recursos do crédito adicional mencionado no parágrafo anterior para a ampliação e reforma de um hospital público estadual. Na mesma obra, o aludido secretário aplicou, também, recursos transferidos pela União, a título de subvenção social.

Com relação à situação hipotética descrita, julgue o item seguinte.

A vedação constante da LDO, proibindo a destinação de recursos para atender a despesas com aquisição de veículos de representação, salvo as exceções que estabelece, contraria o princípio da exclusividade do orçamento, segundo o qual as leis de natureza orçamentária não podem conter dispositivo estranho à previsão de receita e fixação de despesa.

() Certo

() Errado

Questão 27: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Princípios Orçamentários

Considerando as disposições constitucionais pertinentes a finanças e orçamento, julgue o seguinte item.

Dado o modo como está constitucionalmente enunciado, o princípio da exclusividade não impede que a lei orçamentária anual do Estado contenha autorização para que o Poder Executivo realize operações de crédito.

() Certo

() Errado

Questão 28: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: Vedações Constitucionais em Matéria Orçamentária

A lei de diretrizes orçamentárias (LDO) para o exercício de 2004 de determinado estado-membro da Federação estabeleceu, entre outras vedações, que não poderiam ser destinados recursos para atender a despesas com aquisição de veículos de representação, ressalvadas aquelas referentes a automóveis de uso do governador de estado e dos presidentes da assembléia legislativa, do tribunal de justiça e do tribunal de contas do estado.

A lei orçamentária anual (LOA) daquela unidade da Federação, para o mesmo exercício, incluiu, entre outras, as seguintes receitas e despesas:

l) receitas decorrentes da locação para particulares e da ocupação e do uso, por servidores públicos estaduais, de imóveis de propriedade do estado;

II) receitas oriundas da cobrança da denominada taxa de segurança pública, decorrente da prestação de serviço e atividade policial militar, inclusive policiamento preventivo, a ser cobrada dos organizadores de eventos abertos ao público;

III) despesas para a reforma e a ampliação de vinte escolas estaduais;

IV) despesas para a construção de um sambódromo;

V) despesas para a aquisição de veículos de representação de uso dos secretários de estado.

A referida LOA consignou que o orçamento dos entes da administração indireta daquele estado-membro constaria de lei específica.

No início de 2004, foi editada lei ordinária específica (lei estadual n.º X/2004), por meio da qual os candidatos carentes ficaram isentos do pagamento de taxa de inscrição ao exame vestibular da universidade estadual.

No decorrer do exercício de 2004, foi aberto crédito orçamentário adicional, para despesas com reforma e ampliação das vinte escolas estaduais referidas na LOA, já que o crédito inicial foi considerado insuficiente.

Na execução do orçamento, verificou-se que o secretário de obras públicas, sem prévia autorização legislativa, utilizou recursos do crédito adicional mencionado no parágrafo anterior para a ampliação e reforma de um hospital público estadual. Na mesma obra, o aludido secretário aplicou, também, recursos transferidos pela União, a título de subvenção social.

Com relação à situação hipotética descrita, julgue o item seguinte.

A utilização, pelo secretário de obras públicas, do crédito adicional referido no texto para ampliação e reforma de hospital público estadual encontra-se irregular, por conflitar com dispositivo da Constituição da República que veda expressamente a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, sem prévia autorização legislativa.

() Certo

() Errado

Questão 29: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: Classificação por Coercitividade (Originária ou Derivada)

A lei de diretrizes orçamentárias (LDO) para o exercício de 2004 de determinado estado-membro da Federação estabeleceu, entre outras vedações, que não poderiam ser destinados recursos para atender a despesas com aquisição de veículos de representação, ressalvadas aquelas referentes a automóveis de uso do governador de estado e dos presidentes da assembléia legislativa, do tribunal de justiça e do tribunal de contas do estado.

A lei orçamentária anual (LOA) daquela unidade da Federação, para o mesmo exercício, incluiu, entre outras, as seguintes receitas e despesas:

I) receitas decorrentes da locação para particulares e da ocupação e do uso, por servidores públicos estaduais, de imóveis de propriedade do estado;

II) receitas oriundas da cobrança da denominada taxa de segurança pública, decorrente da prestação de serviço e atividade policial militar, inclusive policiamento preventivo, a ser cobrada dos organizadores de eventos abertos ao público;

III) despesas para a reforma e a ampliação de vinte escolas estaduais;

IV) despesas para a construção de um sambódromo;

V) despesas para a aquisição de veículos de representação de uso dos secretários de estado.

A referida LOA consignou que o orçamento dos entes da administração indireta daquele estado-membro constaria de lei específica.

No início de 2004, foi editada lei ordinária específica (Lei estadual n.º X/2004), por meio da qual os candidatos carentes ficaram isentos do pagamento de taxa de inscrição ao exame vestibular da universidade estadual.

No decorrer do exercício de 2004, foi aberto crédito orçamentário adicional, para despesas com reforma e ampliação das vinte escolas estaduais referidas na LOA, já que o crédito inicial foi considerado insuficiente.

Na execução do orçamento, verificou-se que o secretário de obras públicas, sem prévia autorização legislativa, utilizou recursos do crédito adicional mencionado no parágrafo anterior para a ampliação e reforma de um hospital público estadual. Na mesma obra, o aludido secretário aplicou, também, recursos transferidos pela União, a título de subvenção social.

Com relação à situação hipotética descrita, julgue o item seguinte.

As receitas decorrentes da locação para particulares e da ocupação e do uso por servidores públicos estaduais de imóveis de propriedade do estado são classificadas como receitas originárias, por serem decorrentes da exploração do acervo de bens patrimoniais de propriedade do estado-membro, não podendo tais receitas ser utilizadas para o financiamento de despesas correntes.

() Certo

() Errado

Questão 30: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: Classificação por Coercitividade (Originária ou Derivada)

A lei de diretrizes orçamentárias (LDO) para o exercício de 2004 de determinado estado-membro da Federação estabeleceu, entre outras vedações, que não poderiam ser destinados recursos para atender a despesas com aquisição de veículos de representação,

ressalvadas aquelas referentes a automóveis de uso do governador de estado e dos presidentes da assembleia legislativa, do tribunal de justiça e do tribunal de contas do estado.

A lei orçamentária anual (LOA) daquela unidade da Federação, para o mesmo exercício, incluiu, entre outras, as seguintes receitas e despesas:

I) receitas decorrentes da locação para particulares e da ocupação e do uso, por servidores públicos estaduais, de imóveis de propriedade do estado;

II) receitas oriundas da cobrança da denominada taxa de segurança pública, decorrente da prestação de serviço e atividade policial militar, inclusive policiamento preventivo, a ser cobrada dos organizadores de eventos abertos ao público;

III) despesas para a reforma e a ampliação de vinte escolas estaduais;

IV) despesas para a construção de um sambódromo;

V) despesas para a aquisição de veículos de representação de uso dos secretários de estado.

A referida LOA consignou que o orçamento dos entes da administração indireta daquele estado-membro constaria de lei específica.

No início de 2004, foi editada lei ordinária específica (Lei estadual n.º X/2004), por meio da qual os candidatos carentes ficaram isentos do pagamento de taxa de inscrição ao exame vestibular da universidade estadual.

No decorrer do exercício de 2004, foi aberto crédito orçamentário adicional, para despesas com reforma e ampliação das vinte escolas estaduais referidas na LOA, já que o crédito inicial foi considerado insuficiente.

Na execução do orçamento, verificou-se que o secretário de obras públicas, sem prévia autorização legislativa, utilizou recursos do crédito adicional mencionado no parágrafo anterior para a ampliação e reforma de um hospital público estadual. Na mesma obra, o aludido secretário aplicou, também, recursos transferidos pela União, a título de subvenção social.

Com relação à situação hipotética descrita, julgue o item seguinte.

A composição das receitas mencionadas em II, apesar da denominação, não possui a natureza de taxas, mas sim de preços públicos, uma vez que, consoante determina a Constituição da República, as taxas devem decorrer do exercício do poder de polícia ou da utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e indivisíveis, prestados genericamente aos contribuintes, ou postos à sua disposição, o que não é o caso.

() Certo

() Errado

Questão 31: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: Classificação por Natureza da Despesa

A lei de diretrizes orçamentárias (LDO) para o exercício de 2004 de determinado estado-membro da Federação estabeleceu, entre outras vedações, que não poderiam ser destinados recursos para atender a despesas com aquisição de veículos de representação, ressalvadas aquelas referentes a automóveis de uso do governador de estado e dos presidentes da assembléia legislativa, do tribunal de justiça e do tribunal de contas do estado.

A lei orçamentária anual (LOA) daquela unidade da Federação, para o mesmo exercício, incluiu, entre outras, as seguintes receitas e despesas:

I) receitas decorrentes da locação para particulares e da ocupação e do uso, por servidores públicos estaduais, de imóveis de propriedade do estado;

II) receitas oriundas da cobrança da denominada taxa de segurança pública, decorrente da prestação de serviço e atividade policial militar, inclusive policiamento preventivo, a ser cobrada dos organizadores de eventos abertos ao público;

III) despesas para a reforma e a ampliação de vinte escolas estaduais;

IV) despesas para a construção de um sambódromo;

V) despesas para a aquisição de veículos de representação de uso dos secretários de estado.

A referida LOA consignou que o orçamento dos entes da administração indireta daquele estado-membro constaria de lei específica.

No início de 2004, foi editada lei ordinária específica (lei estadual n.º X/2004), por meio da qual os candidatos carentes ficaram isentos do pagamento de taxa de inscrição ao exame vestibular da universidade estadual.

No decorrer do exercício de 2004, foi aberto crédito orçamentário adicional, para despesas com reforma e ampliação das vinte escolas estaduais referidas na LOA, já que o crédito inicial foi considerado insuficiente.

Na execução do orçamento, verificou-se que o secretário de obras públicas, sem prévia autorização legislativa, utilizou recursos do crédito adicional mencionado no parágrafo anterior para a ampliação e reforma de um hospital público estadual. Na mesma obra, o aludido secretário aplicou, também, recursos transferidos pela União, a título de subvenção social.

Com relação à situação hipotética descrita, julgue o item seguinte.

As despesas para a reforma e a ampliação das vinte escolas estaduais mencionadas no texto são despesas de capital classificadas como inversões financeiras, uma vez que não produzem acréscimo ao produto interno bruto do país. Atendem, portanto, a critério de classificação meramente econômico, estabelecido em lei para essa modalidade de despesa.

() Certo

() Errado

Questão 32: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Suprimento de Fundos

Acerca de receita e despesa públicas no direito financeiro brasileiro, julgue o próximo item.

Ao servidor público que já figure como responsável por um adiantamento é vedada a realização de novo suprimento de fundos.

() Certo

() Errado

]

Questão 33: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Dívida Pública e Operações de Crédito na Lei nº 4.320/1964 e Decreto nº 93.872/1986

Tendo em vista que as operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital poderão ser autorizadas, desde que tenham finalidade precisa e sejam autorizadas por lei, julgue o item que se segue, relativo a crédito orçamentário e operações de crédito.

As operações de crédito não podem ser confundidas com a abertura de créditos adicionais nem com operação de crédito por antecipação de receita, uma vez que esta tem a finalidade de cobrir déficit orçamentário.

() Certo

() Errado

Questão 34: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Precatórios

Acerca de receita e despesa públicas no direito financeiro brasileiro, julgue o próximo item.

Não tem natureza jurisdicional, mas sim administrativa, o ato do presidente de tribunal de justiça que solicita ao Poder Executivo a realização de despesa com obrigação decorrente de sentença judicial condenatória proferida contra o Estado.

() Certo

() Errado

Questão 35: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Disposições Preliminares da LRF (arts. 1º e 2º)

A respeito das normas que regem o direito financeiro e orçamentário, julgue o item a seguir.

O cumprimento de condições e limites para a concessão de renúncia de receita é um postulado da LRF inserido no conceito de gestão fiscal responsável.

() Certo

() Errado

Questão 36: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Disposições Preliminares da LRF (arts. 1º e 2º)

A respeito das normas que regem o direito financeiro e orçamentário, julgue o item a seguir.

Diferentemente da Lei n.º 4.320/1964, que tem hoje status de lei complementar, a LRF procura estabelecer normas gerais sobre orçamento e balanços.

() Certo

() Errado

Questão 37: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Planejamento e Orçamento Público na LRF (arts. 3º a 10)

Com relação aos indicadores da saúde financeira dos entes públicos para a gestão financeira equilibrada, julgue o item seguinte.

O resultado primário é item que deve constar obrigatoriamente da LOA, conforme prevê a LRF.

() Certo

() Errado

Questão 38: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Planejamento e Orçamento Público na LRF (arts. 3º a 10)

Com relação aos indicadores da saúde financeira dos entes públicos para a gestão financeira equilibrada, julgue o item seguinte.

O anexo de metas fiscais que integra a LDO deve estabelecer metas anuais para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

() Certo

() Errado

Questão 39: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: Planejamento e Orçamento Público na LRF (arts. 3º a 10)

A lei de diretrizes orçamentárias (LDO) para o exercício de 2004 de determinado estado-membro da Federação estabeleceu, entre outras vedações, que não poderiam ser destinados recursos para atender a despesas com aquisição de veículos de representação, ressalvadas aquelas referentes a automóveis de uso do governador de estado e dos presidentes da assembléia legislativa, do tribunal de justiça e do tribunal de contas do estado.

A lei orçamentária anual (LOA) daquela unidade da Federação, para o mesmo exercício, incluiu, entre outras, as seguintes receitas e despesas:

I) receitas decorrentes da locação para particulares e da ocupação e do uso, por servidores públicos estaduais, de imóveis de propriedade do estado;

II) receitas oriundas da cobrança da denominada taxa de segurança pública, decorrente da prestação de serviço e atividade policial militar, inclusive policiamento preventivo, a ser cobrada dos organizadores de eventos abertos ao público;

III) despesas para a reforma e a ampliação de vinte escolas estaduais;

IV) despesas para a construção de um sambódromo;

V) despesas para a aquisição de veículos de representação de uso dos secretários de estado.

A referida LOA consignou que o orçamento dos entes da administração indireta daquele estado-membro constaria de lei específica.

No início de 2004, foi editada lei ordinária específica (Lei estadual n.º X/2004), por meio da qual os candidatos carentes ficaram isentos do pagamento de taxa de inscrição ao exame vestibular da universidade estadual.

No decorrer do exercício de 2004, foi aberto crédito orçamentário adicional, para despesas com reforma e ampliação das vinte escolas estaduais referidas na LOA, já que o crédito inicial foi considerado insuficiente.

Na execução do orçamento, verificou-se que o secretário de obras públicas, sem prévia autorização legislativa, utilizou recursos do crédito adicional mencionado no parágrafo anterior para a ampliação e reforma de um hospital público estadual. Na mesma obra, o aludido secretário aplicou, também, recursos transferidos pela União, a título de subvenção social.

Com relação à situação hipotética descrita, julgue o item seguinte.

A inclusão na LOA de despesas para aquisição de veículos de representação de uso dos secretários de estado contraria disposição expressa da Lei de Responsabilidade Fiscal

(LRF), segundo a qual a LOA deve ser elaborada de forma compatível com a LDO; além disso, a referida LOA carece de validade por incompatibilidade vertical, visto que conflita com norma de hierarquia superior, pois, por imposição da Constituição da República, a LDO, apesar de ser lei ordinária, tem status de lei complementar.

() Certo

() Errado

Questão 40: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: Planejamento e Orçamento Público na LRF (arts. 3º a 10)

A lei de diretrizes orçamentárias (LDO) para o exercício de 2004 de determinado estado-membro da Federação estabeleceu, entre outras vedações, que não poderiam ser destinados recursos para atender a despesas com aquisição de veículos de representação, ressalvadas aquelas referentes a automóveis de uso do governador de estado e dos presidentes da assembléia legislativa, do tribunal de justiça e do tribunal de contas do estado.

A lei orçamentária anual (LOA) daquela unidade da Federação, para o mesmo exercício, incluiu, entre outras, as seguintes receitas e despesas:

I) receitas decorrentes da locação para particulares e da ocupação e do uso, por servidores públicos estaduais, de imóveis de propriedade do estado;

II) receitas oriundas da cobrança da denominada taxa de segurança pública, decorrente da prestação de serviço e atividade policial militar, inclusive policiamento preventivo, a ser cobrada dos organizadores de eventos abertos ao público;

III) despesas para a reforma e a ampliação de vinte escolas estaduais;

IV) despesas para a construção de um sambódromo;

V) despesas para a aquisição de veículos de representação de uso dos secretários de estado.

A referida LOA consignou que o orçamento dos entes da administração indireta daquele estado-membro constaria de lei específica.

No início de 2004, foi editada lei ordinária específica (lei estadual n.º X/2004), por meio da qual os candidatos carentes ficaram isentos do pagamento de taxa de inscrição ao exame vestibular da universidade estadual.

No decorrer do exercício de 2004, foi aberto crédito orçamentário adicional, para despesas com reforma e ampliação das vinte escolas estaduais referidas na LOA, já que o crédito inicial foi considerado insuficiente.

Na execução do orçamento, verificou-se que o secretário de obras públicas, sem prévia autorização legislativa, utilizou recursos do crédito adicional mencionado no parágrafo anterior para a ampliação e reforma de um hospital público estadual. Na mesma obra, o

aludido secretário aplicou, também, recursos transferidos pela União, a título de subvenção social.

Com relação à situação hipotética descrita, julgue o item seguinte.

As despesas incluídas na LOA para a construção de um sambódromo são classificadas como investimento, não sendo permitido, segundo a LRF, consignar a respectiva dotação na LOA caso o investimento tenha duração superior a um exercício financeiro, a menos que es seja previsto no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão.

() Certo

() Errado

Questão 41: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Da Receita Pública na LRF (arts. 11 a 14)

Considerando que lei editada no DF tenha concedido crédito presumido para os contribuintes do ICMS, de acordo com convênio aprovado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária, julgue o próximo item.

A necessidade de adequação orçamentária com a LDO e a LOA, ou, se isso não ocorrer, a adoção de medidas de compensação com aumento de tributos, por exemplo, somente se aplica para renúncias de receita referentes ao tributo de ICMS.

() Certo

() Errado

Questão 42: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Da Receita Pública na LRF (arts. 11 a 14)

Considerando que lei editada no DF tenha concedido crédito presumido para os contribuintes do ICMS, de acordo com convênio aprovado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária, julgue o próximo item.

O benefício concedido por lei entrará em vigor na data de sua publicação, em caso de alteração de alíquota do ICMS, mesmo que não esteja previsto na LOA e não promova a compensação.

() Certo

() Errado

Questão 43: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Da Receita Pública na LRF (arts. 11 a 14)

Considerando que lei editada no DF tenha concedido crédito presumido para os contribuintes do ICMS, de acordo com convênio aprovado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária, julgue o próximo item.

Aos cancelamentos de débitos cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança não se aplicam as regras exigidas para a renúncia de receita prevista na LRF.

() Certo

() Errado

Questão 44: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Da Receita Pública na LRF (arts. 11 a 14)

Considerando que lei editada no DF tenha concedido crédito presumido para os contribuintes do ICMS, de acordo com convênio aprovado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária, julgue o próximo item.

A concessão desse crédito presumido é uma das modalidades de renúncia de receita.

() Certo

() Errado

Questão 45: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Da Receita Pública na LRF (arts. 11 a 14)

Considerando que lei editada no DF tenha concedido crédito presumido para os contribuintes do ICMS, de acordo com convênio aprovado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária, julgue o próximo item.

Caso sejam necessárias medidas de compensação para a validade da renúncia de receita, o benefício somente entrará em vigor após a efetiva implementação dessas medidas.

() Certo

() Errado

Questão 46: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Da Receita Pública na LRF (arts. 11 a 14)

Com base no disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue o seguinte item.

Suponha que determinado ente da Federação aja com negligência no dever de arrecadar os impostos de sua competência devidamente instituídos e previstos. Nesse caso, fica vedada a realização de transferências voluntárias ao referido ente, no que se refere aos referidos impostos.

Certo

Errado

Questão 47: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Da Receita Pública na LRF (arts. 11 a 14)

Com base no disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue o seguinte item.

A previsão da receita pública deve ser acompanhada de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos e de projeção para os dois seguintes àquele a que se refira.

Certo

Errado

Questão 48: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Da Receita Pública na LRF (arts. 11 a 14)

Com base no disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue o seguinte item.

Os requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal incluem a instituição, a previsão e a efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.

Certo

Errado

Questão 49: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Da Receita Pública na LRF (arts. 11 a 14)

Com base no disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue o seguinte item.

Admite-se a reestimativa da previsão da receita pública, desde que promovida pelo Poder Legislativo, mediante aprovação de lei ordinária, por quaisquer motivos.

Certo

Errado

Questão 50: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Da Receita Pública na LRF (arts. 11 a 14)

Com base no disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue o seguinte item.

Para a renúncia de receitas concedidas na modalidade de anistia a contribuintes que tenham suprimido tributo até o valor de R\$ 10.000, 00, não se exige que o valor esteja compatível com a lei de diretrizes orçamentárias ou que a renúncia de receitas seja objeto de compensação.

() Certo

() Errado

Questão 51: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: Da Receita Pública na LRF (arts. 11 a 14)

A lei de diretrizes orçamentárias (LDO) para o exercício de 2004 de determinado estado-membro da Federação estabeleceu, entre outras vedações, que não poderiam ser destinados recursos para atender a despesas com aquisição de veículos de representação, ressalvadas aquelas referentes a automóveis de uso do governador de estado e dos presidentes da assembléia legislativa, do tribunal de justiça e do tribunal de contas do estado.

A lei orçamentária anual (LOA) daquela unidade da Federação, para o mesmo exercício, incluiu, entre outras, as seguintes receitas e despesas:

I) receitas decorrentes da locação para particulares e da ocupação e do uso, por servidores públicos estaduais, de imóveis de propriedade do estado;

II) receitas oriundas da cobrança da denominada taxa de segurança pública, decorrente da prestação de serviço e atividade policial militar, inclusive policiamento preventivo, a ser cobrada dos organizadores de eventos abertos ao público;

III) despesas para a reforma e a ampliação de vinte escolas estaduais;

IV) despesas para a construção de um sambódromo;

V) despesas para a aquisição de veículos de representação de uso dos secretários de estado.

A referida LOA consignou que o orçamento dos entes da administração indireta daquele estado-membro constaria de lei específica.

No início de 2004, foi editada lei ordinária específica (lei estadual n.º X/2004), por meio da qual os candidatos carentes ficaram isentos do pagamento de taxa de inscrição ao exame vestibular da universidade estadual.

No decorrer do exercício de 2004, foi aberto crédito orçamentário adicional, para despesas com reforma e ampliação das vinte escolas estaduais referidas na LOA, já que o crédito inicial foi considerado insuficiente.

Na execução do orçamento, verificou-se que o secretário de obras públicas, sem prévia autorização legislativa, utilizou recursos do crédito adicional mencionado no parágrafo anterior para a ampliação e reforma de um hospital público estadual. Na mesma obra, o

aludido secretário aplicou, também, recursos transferidos pela União, a título de subvenção social.

Com relação à situação hipotética descrita, julgue o item seguinte.

A lei estadual n.º X/2004 concedeu isenção tributária de caráter não geral, sendo que, nesse caso, a LRF exige que, entre outros requisitos, a renúncia de receita esteja acompanhada de estimativa do seu impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência.

() Certo

() Errado

Questão 52: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Geração de Despesa e Despesa Obrigatória de Caráter Continuado na LRF (arts. 15 a 17)

À luz da LRF, assinale a opção correta relativamente aos limites para a realização de despesas públicas.

a) É obrigatória e de caráter continuado despesa corrente derivada de lei ou de ato normativo que fixe obrigação legal para a sua execução por período superior a dois exercícios; não se considera aumento desse tipo de despesa a prorrogação daquela anteriormente criada por prazo determinado.

b) É nulo de pleno direito ato de governador que resulte em aumento de despesa em geral expedido nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato.

c) É vedado ao chefe do Poder Executivo, no último quadrimestre do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro desse quadrimestre, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para esse efeito.

d) Embora os atos que criarem ou majorarem despesas obrigatórias de caráter continuado devam ser instruídos com as estimativas de impacto previstas na LRF e com a demonstração da origem dos recursos para seu custeio, isso não se aplica a despesas destinadas ao serviço da dívida nem ao reajuste de servidores previsto na CF.

e) Ato de criação de ação governamental que gere aumento da despesa de caráter continuado terá de ser acompanhado ou de estimativa do impacto orçamentário-financeiro nos dois exercícios subsequentes à sua entrada em vigor, ou de declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a LOA e compatibilidade com o PPA e com a LDO.

Questão 53: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Despesas com Pessoal e Seguridade Social na LRF (arts. 18 a 24)

Acerca de receita e despesa públicas no direito financeiro brasileiro, julgue o próximo item.

O Poder Executivo do estado-membro se submete legalmente ao limite prudencial para despesas com pessoal, que é de 95% da soma das receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.

() Certo

() Errado

Questão 54: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Da Destinação de Recursos para o Setor Privado na LRF (arts. 26 a 28)

À luz da legislação e da doutrina em matéria de responsabilidade fiscal, julgue o item a seguir.

Ainda que não haja vedação na LDO, é proibida a abertura de crédito adicional para destinar recursos à cobertura, direta ou indireta, de necessidades de pessoas físicas, ainda que por meio de lei específica.

() Certo

() Errado

Questão 55: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Dívida Pública e Endividamento na LRF (arts. 29 a 42)

À luz da legislação e da doutrina em matéria de responsabilidade fiscal, julgue o item a seguir.

O fato de o estado-membro não poder celebrar operação de crédito com a União não obsta que ele aplique suas disponibilidades em títulos da dívida federal.

() Certo

() Errado

Questão 56: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Dívida Pública e Endividamento na LRF (arts. 29 a 42)

À luz da legislação e da doutrina em matéria de responsabilidade fiscal, julgue o item a seguir.

Em operação de crédito firmada por um estado da Federação junto a banco estrangeiro com a garantia da União, esta pode exigir do ente mutuário, a título de contragarantia, a vinculação de receitas provenientes de transferências constitucionais, mas não de

receitas tributárias diretamente arrecadadas, porquanto elas são indispensáveis ao funcionamento da administração estadual.

() Certo

() Errado

Questão 57: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Definições, Limites e Recondução da Dívida na LRF (arts. 29 a 31)

Julgue o item a seguir, referente ao controle do endividamento e a operações de crédito.

Um conceito fundamental no que se refere a endividamento é o de dívida consolidada líquida, que é o montante total das obrigações financeiras do estado deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros.

() Certo

() Errado

Questão 58: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Operações de Crédito na LRF (arts. 32 a 39)

Julgue o item a seguir, referente ao controle do endividamento e a operações de crédito.

É vedada a captação de recursos a título de antecipação de receita de contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido.

() Certo

() Errado

Questão 59: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Operações de Crédito na LRF (arts. 32 a 39)

Julgue o item a seguir, referente ao controle do endividamento e a operações de crédito.

É considerado operação de crédito o recebimento antecipado de lucros e dividendos de empresa cujo capital social com direito a voto esteja, direta ou indiretamente, sob o domínio do poder público.

() Certo

() Errado

Questão 60: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Operações de Crédito na LRF (arts. 32 a 39)

Julgue o item a seguir, referente ao controle do endividamento e a operações de crédito.

É vedada operação de crédito entre entes da Federação, bem como em relação a quaisquer instituições a eles vinculadas.

() Certo

() Errado

Questão 61: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Gestão Patrimonial na LRF (arts. 43 a 47)

À luz da legislação e da doutrina em matéria de responsabilidade fiscal, julgue o item a seguir.

É vedada a aplicação das disponibilidades de caixa do regime próprio de previdência dos servidores públicos estaduais em ações e outros papéis relativos às empresas controladas pelo estado, mas não em títulos da dívida pública estadual.

() Certo

() Errado

Questão 62: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Gestão Patrimonial na LRF (arts. 43 a 47)

Acerca de receita e despesa públicas no direito financeiro brasileiro, julgue o próximo item.

A receita oriunda da privatização de empresa pública estadual não pode ser utilizada em obras de conservação de imóveis pertencentes ao estado-membro, mas não há óbice à sua utilização para a aquisição de imóvel necessário à realização de obra pública.

() Certo

() Errado

Questão 63: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Transparência, Controle e Fiscalização na LRF (arts. 48 a 59)

À luz da legislação e da doutrina em matéria de responsabilidade fiscal, julgue o item a seguir.

A LDO, tal como o parecer prévio do tribunal de contas estadual sobre as contas do governador, são instrumentos de transparência da gestão fiscal.

() Certo

() Errado

Questão 64: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

A lei de diretrizes orçamentárias (LDO) para o exercício de 2004 de determinado estado-membro da Federação estabeleceu, entre outras vedações, que não poderiam ser destinados recursos para atender a despesas com aquisição de veículos de representação, ressalvadas aquelas referentes a automóveis de uso do governador de estado e dos presidentes da assembléia legislativa, do tribunal de justiça e do tribunal de contas do estado.

A lei orçamentária anual (LOA) daquela unidade da Federação, para o mesmo exercício, incluiu, entre outras, as seguintes receitas e despesas:

- I) receitas decorrentes da locação para particulares e da ocupação e do uso, por servidores públicos estaduais, de imóveis de propriedade do estado;
- II) receitas oriundas da cobrança da denominada taxa de segurança pública, decorrente da prestação de serviço e atividade policial militar, inclusive policiamento preventivo, a ser cobrada dos organizadores de eventos abertos ao público;
- III) despesas para a reforma e a ampliação de vinte escolas estaduais;
- IV) despesas para a construção de um sambódromo;
- V) despesas para a aquisição de veículos de representação de uso dos secretários de estado.

A referida LOA consignou que o orçamento dos entes da administração indireta daquele estado-membro constaria de lei específica.

No início de 2004, foi editada lei ordinária específica (lei estadual n.º X/2004), por meio da qual os candidatos carentes ficaram isentos do pagamento de taxa de inscrição ao exame vestibular da universidade estadual.

No decorrer do exercício de 2004, foi aberto crédito orçamentário adicional, para despesas com reforma e ampliação das vinte escolas estaduais referidas na LOA, já que o crédito inicial foi considerado insuficiente.

Na execução do orçamento, verificou-se que o secretário de obras públicas, sem prévia autorização legislativa, utilizou recursos do crédito adicional mencionado no parágrafo anterior para a ampliação e reforma de um hospital público estadual. Na mesma obra, o aludido secretário aplicou, também, recursos transferidos pela União, a título de subvenção social.

Com relação à situação hipotética descrita, julgue o item seguinte.

Não há irregularidade na aplicação, pelo secretário de obras públicas, de recursos transferidos pela União, a título de subvenção social, para ampliação e reforma de hospital público, visto que o procedimento está em perfeita harmonia com dispositivo legal que estabelece que a subvenção social tem por objetivo a prestação de serviços essenciais de assistência social, médica e educacional.

() Certo

() Errado

GABARITO

1) Errado	2) Certo	3) Certo	4) Certo
5) Errado	6) D	7) Errado	8) Errado
9) Errado	10) Certo	11) E	12) E
13) B	14) Certo	15) Certo	16) Errado
17) Errado	18) Errado	19) Certo	20) Certo
21) E	22) Errado	23) Certo	24) Errado
25) Certo	26) Errado	27) Certo	28) Certo
29) Errado	30) Errado	31) Errado	32) Errado
33) Errado	34) Certo	35) Certo	36) Errado
37) Errado	38) Certo	39) Errado	40) Certo
41) Errado	42) Errado	43) Certo	44) Certo
45) Certo	46) Certo	47) Certo	48) Certo
49) Errado	50) Errado	51) Certo	52) D
53) Errado	54) Errado	55) Certo	56) Errado
57) Certo	58) Certo	59) Errado	60) Errado

61) Errado	62) Certo	63) Certo	64) Errado
------------	-----------	-----------	------------

DIREITO PENAL

Questão 1: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Princípios Modernos de Direito Penal

À luz das fontes do direito penal e considerando os princípios a ele aplicáveis, julgue o item abaixo.

Segundo a jurisprudência do STF e do STJ, a aplicação do princípio da insignificância no direito penal está condicionada ao atendimento, concomitante, dos seguintes requisitos: primariedade do agente, valor do objeto material da infração inferior a um salário mínimo, não contribuição da vítima para a deflagração da ação criminosa, ausência de violência ou grave ameaça à pessoa.

Certo

Errado

Questão 2: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Conflitos de Leis Penais no Tempo

Jonas, de vinte e cinco anos de idade, foi condenado, em janeiro de 2005, pelo sequestro de Márcio. A vítima, que, à época do sequestro, contava com sessenta e dois anos de idade, ficou em cativeiro de 8/9/2003 a 13/10/2003 e foi solta após o pagamento de cem mil reais exigidos pelo agente.

Com base nessa situação hipotética e considerando que o Estatuto do Idoso (Lei n.º 10.741, de 1.º/10/2003) inseriu, no § 1.º do art. 159 do CP, a expressão “ou maior de 60 anos”, estabelecendo, para esse caso, pena entre doze e vinte anos de reclusão, muito superior à prevista no caput do referido artigo (de oito a quinze anos) e que, por isso, a conduta de Jonas amoldou-se a essa nova qualificação, julgue o item a seguir.

Em razão do princípio da irretroatividade da lei penal mais gravosa, Jonas não poderia ser condenado na forma qualificada decorrente do fator etário da vítima, pois a circunstância qualificadora foi introduzida no CP depois do sequestro por ele realizado.

Certo

Errado

Questão 3: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Conflitos de Leis Penais no Tempo

No que diz respeito aos diversos institutos previstos na parte geral do Código Penal, julgue o item seguinte.

Em se tratando de *abolitio criminis*, serão atingidas pela lei penal as ações típicas anteriores à sua vigência, mas não os efeitos civis decorrentes dessas ações.

Certo

Errado

Questão 4: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Conflito Aparente de Normas Penais

Julgue o item que se segue, referente aos diversos tipos penais.

Aquele que utilizar laudo médico falso para, sob a alegação de possuir doença de natureza grave, furtar-se ao pagamento de tributo, deverá ser condenado apenas pela prática do

delito de sonegação fiscal se a falsidade ideológica for cometida com o exclusivo objetivo de fraudar o fisco, em virtude da aplicação do princípio da subsidiariedade.

Certo

Errado

Questão 5: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Desistência Voluntária

Marcos, imbuído de animus necandi, disparou tiros de revólver em Ricardo por não ter recebido deste pagamento referente a fornecimento de maconha. Apesar de ferido gravemente, Ricardo sobreviveu. Marcos, para chegar ao local onde Ricardo se encontrava, foi conduzido em motocicleta por Rômulo, que sabia da intenção homicida do amigo, embora desconhecesse o motivo, e concordava em ajudá-lo. Ricardo foi atingido pelas costas enquanto caminhava em via pública, e Marcos e Rômulo, ao verem a vítima tombar, fugiram, supondo tê-la matado.

Com base nessa situação hipotética, julgue o próximo item.

Houve desistência voluntária, pois os agentes fugiram do local ao perceberem a vítima tombar no chão, sem disparar o tiro de misericórdia.

Certo

Errado

Questão 6: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Potencial Consciência da ilicitude (Erro de proibição e Discriminantes Putativas)

No que diz respeito aos diversos institutos previstos na parte geral do Código Penal, julgue o item seguinte.

Em direito penal, conforme a teoria limitada da culpabilidade, as discriminantes putativas consistem em erro de tipo, ao passo que, de acordo com a teoria extremada da culpabilidade, elas consistem em erro de proibição.

Certo

Errado

Questão 7: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Das Medidas de Segurança e da Reabilitação

Julgue o item subsequente, relativo a crime e medidas de segurança.

Predomina no STF e no STJ o entendimento de que a duração máxima da medida de segurança, internação ou tratamento ambulatorial é limitada pelo tempo máximo da pena abstratamente cominada ao delito, não podendo jamais exceder a trinta anos, já que o ordenamento jurídico não prevê a existência de penas perpétuas.

Certo

Errado

Questão 8: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Da Extinção da Punibilidade

No que diz respeito aos diversos institutos previstos na parte geral do Código Penal, julgue o item seguinte.

Considere que determinado indivíduo condenado definitivamente pela prática de determinado delito tenha obtido a extinção da punibilidade por meio de anistia e que, um ano depois do trânsito em julgado da sentença condenatória, tenha cometido novo delito. Nessa situação, esse indivíduo é considerado reincidente, estando, pois, sujeito aos efeitos da reincidência.

Certo

Errado

Questão 9: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Dos crimes contra a vida

Marcos, imbuído de animus necandi, disparou tiros de revólver em Ricardo por não ter recebido deste pagamento referente a fornecimento de maconha. Apesar de ferido

gravemente, Ricardo sobreviveu. Marcos, para chegar ao local onde Ricardo se encontrava, foi conduzido em motocicleta por Rômulo, que sabia da intenção homicida do amigo, embora desconhecesse o motivo, e concordava em ajudá-lo. Ricardo foi atingido pelas costas enquanto caminhava em via pública, e Marcos e Rômulo, ao verem a vítima tombar, fugiram, supondo tê-la matado.

Com base nessa situação hipotética, julgue o próximo item.

Rômulo agiu em coautoria e deve responder pelo mesmo crime cometido por Marcos, não se aplicando a ele, entretanto, a qualificadora baseada no motivo do crime (torpeza), já que ignorava o motivo por que o seu comparsa queria a morte de Ricardo.

Certo

Errado

Questão 10: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Do Estelionato e das Outras Fraudes (arts. 171 a 179 do CP)

No que diz respeito aos diversos institutos previstos na parte geral do Código Penal, julgue o item seguinte.

Conforme o STF, o crime de estelionato previdenciário praticado por terceiro não beneficiário tem natureza de crime instantâneo de efeitos permanentes, razão por que seu prazo prescricional começa a fluir da percepção da primeira parcela do benefício.

Certo

Errado

Questão 11: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Dos Crimes contra a Paz Pública

Julgue o item que se segue, referente aos diversos tipos penais.

A associação, de três ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes, configura quadrilha ou bando, devendo a pena imposta ao condenado com base nesse tipo penal ser aumentada até a metade quando tomarem parte da associação criança, adolescente, idoso ou pessoas com deficiência.

Certo

Errado

Questão 12: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Dos Crimes Praticados por Funcionário Público Contra a Administração em Geral

Julgue o item que se segue, referente aos diversos tipos penais.

Considere que Paulo, servidor público lotado no INSS, tenha inserido nos bancos de dados dessa autarquia informações falsas a respeito de Carlos, o que possibilitou a este receber quantia indevida a título de aposentadoria. Nessa situação hipotética, Paulo cometeu o crime de falsidade ideológica.

Certo

Errado

Questão 13: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Dos Crimes Praticados por Funcionário Público Contra a Administração em Geral

Julgue o item que se segue, referente aos diversos tipos penais.

Caso o denunciado por peculato culposo opte, antes do pronunciamento da sentença, por reparar o dano a que deu causa, sua punibilidade será extinta.

Certo

Errado

Gabarito

1) Errado	2) Certo	3) Certo	4) Errado	5) Errado	6) Errado
7) Certo	8) Errado	9) Certo	10) Certo	11) Errado	12) Errado
13) Certo					

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Questão 1: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Origem e Evolução Legislativa no Brasil e no Mundo (Seguridade Social)

A respeito do surgimento e da evolução da seguridade social, julgue o item a seguir.

No Brasil, iniciou-se o regime próprio de previdência dos servidores públicos com o advento da Lei Eloy Chaves, em 1923, que determinou a criação das caixas de aposentadorias e pensões para os ferroviários.

() Certo

() Errado

Questão 2: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Origem e Evolução Legislativa no Brasil e no Mundo (Seguridade Social)

A respeito do surgimento e da evolução da seguridade social, julgue o item a seguir.

A Constituição Mexicana de 1917 e a Constituição de Weimar de 1919, ao constitucionalizar um conjunto de direitos sociais, colocando-os no mesmo plano dos direitos civis, marcaram o início da fase de consolidação da seguridade social.

() Certo

() Errado

Questão 3: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Do Financiamento da Seguridade Social

Acerca do custeio da seguridade social, julgue o item que se segue.

O fato gerador das contribuições destinadas ao custeio da seguridade social, calculadas com base na remuneração, ocorre na data do pagamento dessas contribuições.

- () Certo
() Errado

Questão 4: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Parcelas Integrantes e não-Integrantes (salário de contribuição)

Em relação ao salário de contribuição, assinale a opção correta.

- a) Consoante o entendimento do STJ, a verba denominada hora repouso alimentação não tem natureza remuneratória, não compoendo, portanto, o salário de contribuição.
- b) O salário de contribuição de empregado que, vinculado ao RGPS, integre categoria cuja remuneração mensal mínima seja fixada em R\$ 800,00 por acordo coletivo é o salário mínimo.
- c) Compõem o salário de contribuição do empregado vinculado ao RGPS as parcelas remuneratórias decorrentes do seu trabalho, ressalvada a gratificação natalina (décimo terceiro salário), conforme entendimento do STF.
- d) A quantia paga a título de um terço de férias integra o salário de contribuição.
- e) Segundo entendimento do STF, a indenização de transporte paga em dinheiro não integra o salário de contribuição.

Questão 5: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Da Aposentadoria Por Tempo de Contribuição

No tocante às recentes alterações impostas aos benefícios previdenciários, julgue o item seguinte.

O segurado que preencher as condições para a percepção da aposentadoria por tempo de contribuição integral poderá optar pela não incidência do fator previdenciário no cálculo da renda mensal inicial se o total resultante da soma de sua idade e de seu tempo de contribuição alcançar os limites mínimos indicados em lei.

- () Certo
() Errado

Questão 6: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Do Auxílio-Doença

No tocante às recentes alterações impostas aos benefícios previdenciários, julgue o item seguinte.

O auxílio-doença será devido ao segurado empregado a partir do trigésimo dia de seu afastamento da atividade laboral.

- () Certo
() Errado

Questão 7: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Da Pensão por Morte

No tocante às recentes alterações impostas aos benefícios previdenciários, julgue o item seguinte.

Constatada – em processo judicial em que tenham sido assegurados o contraditório e a ampla defesa – simulação ou fraude no casamento ou na união estável com a finalidade de obter benefício previdenciário, o cônjuge, ou o(a) companheiro(a) supérstite, perderá o direito à pensão por morte.

() Certo

() Errado

Questão 8: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Decadência e Prescrição (benefícios)

A respeito do acidente de trabalho e das ações judiciais em matéria previdenciária, julgue o item subsequente.

Nos termos do entendimento do STJ, nas demandas ajuizadas pelo INSS contra o empregador do segurado falecido em acidente laboral nas quais se vise o ressarcimento dos valores decorrentes do pagamento da pensão por morte, o termo a quo da prescrição quinquenal será a data do acidente.

() Certo

() Errado

Questão 9: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: Da Filiação

No item a seguir, é apresentada uma situação hipotética relativa ao regime geral de previdência social (RGPS), seguida de uma assertiva a ser julgada.

Maria trabalha como gerente de uma empresa privada durante o dia e, à noite, é professora em uma instituição privada de ensino. Nessa situação, apesar de Maria possuir dois empregos, terá um único vínculo com o RGPS, sendo seu salário de contribuição a soma das duas remunerações auferidas no mês, respeitando-se o limite máximo previsto em lei.

() Certo

() Errado

Questão 10: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Acidente de Trabalho

Com base na legislação sobre acidentes no trabalho e na jurisprudência acerca da matéria, assinale a opção correta.

a) Segundo o STJ, compete à justiça do trabalho julgar as causas relativas a indenizações por danos morais e materiais decorrentes de acidente de trabalho propostas pelo empregado contra o empregador, excetuadas as ações ajuizadas pelo cônjuge supérstite de empregado falecido em razão de acidente do trabalho.

b) O pagamento do seguro de acidente de trabalho pelo empregador não exclui a possibilidade de reconhecimento de responsabilidade civil da empresa perante a previdência social, em ação regressiva proposta na justiça estadual.

c) De acordo com o entendimento do STF, é constitucional a norma que garante ao empregado, após a cessação do auxílio doença acidentário, a estabilidade provisória no

emprego por, no mínimo, doze meses, independentemente da percepção de auxílio-acidente.

d) Consoante a CF, o acidente de trabalho constitui risco social passível de proteção previdenciária, sendo o seguro de acidente de trabalho encargo exclusivo do empregador, dispensando-o do pagamento de indenização por dolo ou culpa.

e) De acordo com a legislação acidentária, a doença profissional, também conhecida como doença do trabalho, é adquirida ou desencadeada em decorrência de condições especiais de trabalho, estando com elas diretamente relacionada.

Questão 11: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: Normas Gerais e Emendas Constitucionais (RPPS)

Com relação ao RGPS, julgue o item subsequente.

Nos termos da Constituição Federal, os regimes próprios de previdência social instituídos pelos entes da federação terão caráter contributivo e solidário, devendo receber contribuições sociais dos seus servidores ativos, aposentados, pensionistas e ainda do próprio ente da federação.

() Certo

() Errado

Questão 12: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Normas Estaduais e Municipais sobre RPPS

Com base na legislação que rege o Fundo de Previdência Social do Estado do Piauí (FPS/PI), o qual é administrado pelo Instituto de Assistência e Previdência do Estado do Piauí (IAPEP) e tem por finalidade o custeio dos atuais e futuros benefícios dos segurados e dependentes do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Piauí (RPPS/PI), assinale a opção correta.

a) O estado se responsabilizará pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras para o pagamento dos benefícios do RPPS/PI, podendo propor a abertura de créditos orçamentários adicionais, limitados, no entanto, a 50% do valor necessário, em atenção ao princípio da paridade contributiva do custeio previdenciário.

b) O FPS/PI destina-se a beneficiar os servidores públicos civis e militares, ativos e inativos, de qualquer dos poderes do estado do Piauí, excetuados os membros da magistratura, do MP e do Tribunal de Contas, que possuem fundo específico.

c) Para as despesas de gestão e administração do FPS/PI, é facultada a utilização de até 2% do valor total da remuneração, proventos e pensões dos segurados vinculados ao RPPS/PI, relativamente ao exercício financeiro anterior.

d) É vedada a utilização dos recursos do FPS/PI para empréstimos de qualquer natureza aos segurados e seus dependentes, a estados, ao DF ou a municípios, excepcionando-se tal vedação à União, na hipótese de calamidade pública.

e) Destinam-se ao FPS/PI as receitas decorrentes de alienação de imóveis e outros bens do estado e o aporte de capital financeiro anual, até 35% do valor total da despesa com pessoal do estado, no exercício anterior, independentemente de resultados deficitários ou superavitários desse fundo.

Questão 13: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Normas Estaduais e Municipais sobre RPPS

Com relação ao plano de custeio do RPPS/PI, assinale a opção correta de acordo com a legislação vigente.

- a) A contribuição para o RPPS/PI por parte dos servidores do Poder Legislativo, do Poder Executivo, do Poder Judiciário, do MP, do Tribunal de Contas, das autarquias e das fundações será de 22%, incidente sobre a mesma base de cálculo das contribuições dos servidores da administração direta do estado.
- b) O salário de contribuição corresponde à soma dos vencimentos do cargo e das vantagens pecuniárias temporárias e permanentes estabelecidas em lei.
- c) O RPPS/PI poderá custear e conceder benefícios distintos daqueles concedidos pelo RGPS.
- d) O servidor ocupante de cargo efetivo e em exercício de função de confiança poderá optar para que as parcelas percebidas em razão dessa função integrem ou não o seu salário de contribuição para efeitos de percepção de aposentadoria e pensão.
- e) A contribuição de segurado do RPPS/PI será de 11% para remunerações e subsídios de até R\$ 1.200,00, e de 12% para remunerações e subsídios que ultrapassem esse valor, excluindo-se os inativos e pensionistas que já se encontravam em gozo desse benefício na data da publicação da EC n.º41/2003.

Questão 14: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Normas Estaduais e Municipais sobre RPPS

Um policial militar do estado do Piauí percebe soldo de R\$ 5.000,00, gratificação incorporada, abono de permanência, gratificação por condição especial de trabalho, vale-transporte, auxílio-alimentação, diárias em decorrência de viagens semanais a serviço e vantagem de natureza remuneratória decorrente de sentença judicial condenatória contra o estado. Ele ocupa, ainda, um cargo em comissão que o remunera em R\$ 1.000,00. Considerando essa situação hipotética, é correto afirmar que, para fins de aposentadoria, desde que atendidos os requisitos constitucionais, integrarão o salário de contribuição desse policial, além do soldo e da gratificação incorporada,

- a) a vantagem decorrente de sentença judicial e o abono de permanência.
- b) a vantagem de natureza remuneratória decorrente de sentença judicial e a remuneração do cargo em comissão, esta independentemente de opção do segurado.
- c) o vale-transporte, o auxílio alimentação, as diárias em decorrência de viagens semanais a serviço e a remuneração do cargo em comissão, esta por opção expressa do segurado.
- d) a vantagem de natureza remuneratória decorrente de sentença judicial e a remuneração do cargo em comissão, esta mediante opção expressa do segurado.
- e) a vantagem de natureza remuneratória decorrente de sentença judicial, o abono de permanência, a gratificação por condição especial de trabalho, o vale-transporte, o auxílio alimentação e as diárias em decorrência de viagens semanais a serviço.

Questão 15: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Normas Estaduais e Municipais sobre RPPS

Acerca da segregação de massas de segurados do RPPS/PI, assinale a opção correta nos termos da legislação vigente.

- a) A segregação de massas visa equacionar o déficit atuarial existente no plano de benefício e obter, por consequência, o equilíbrio financeiro e atuarial por meio da alteração de regras e de valores dos benefícios previdenciários.
- b) O plano de benefício é o conjunto de benefícios de natureza previdenciária ofertados pelo RPPS/PI, apresentando benefícios próprios e comuns que não se limitam àqueles previstos no RGPS.
- c) A partir da segregação de massas de segurados, foram criados, no âmbito do RPPS/PI, um Plano Previdenciário e um Plano Financeiro, que se distinguem apenas no tocante ao momento de ingresso dos servidores no RPPS/PI.
- d) A segregação de massas busca a equivalência entre receitas obtidas e obrigações existentes no RPPS/PI em cada exercício financeiro, como a equivalência, a valor presente, entre os fluxos das receitas estimadas e das obrigações futuras determinadas atuarialmente, no longo prazo.
- e) Em caso de resultado superavitário no Plano Previdenciário por cinco anos consecutivos e com índice de cobertura superior a 1,50, o plano de custeio deverá ser revisto, permitindo-se, nesse caso, a transferência de recursos do mesmo para o Plano Financeiro.

Questão 16: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Orientações Jurisprudenciais

Acerca da seguridade social no Brasil, assinale a opção correta.

- a) Consoante previsão constitucional, nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio, vedação que se aplica também à previdência privada.
- b) Nos termos da CF, as contribuições para a seguridade social devem ser aplicadas no sistema securitário, excetuando-se 20% do montante arrecadado com contribuições sociais, percentual que será aplicado necessariamente em educação.
- c) Compete privativamente à União legislar sobre previdência social.
- d) O princípio da irredutibilidade do valor dos benefícios previdenciários é extensivo à saúde e à assistência social, sendo obrigatório o reajuste anual.
- e) De acordo com entendimento do STJ, é possível a aplicação de índice inflacionário negativo sobre a correção monetária dos débitos previdenciários, desde que se preserve o valor nominal do montante principal.

Questão 17: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Orientações Jurisprudenciais

A respeito do acidente de trabalho e das ações judiciais em matéria previdenciária, julgue o item subsequente.

De acordo com a jurisprudência do STJ, a posterior reforma de decisão judicial que, tendo antecipado a tutela pleiteada, tiver possibilitado o imediato gozo do benefício previdenciário obrigará o autor da ação a devolver os valores indevidamente recebidos.

() Certo

() Errado

Questão 18: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Orientações Jurisprudenciais

A respeito do acidente de trabalho e das ações judiciais em matéria previdenciária, julgue o item subsequente.

Nos casos de acidente de trabalho, competirá à justiça comum estadual a apreciação das ações regressivas propostas pelo INSS contra as empresas negligentes.

() Certo

() Errado

Questão 19: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Regime de Previdência Complementar

Assinale a opção correta em relação ao regime de previdência público e ao regime de previdência privado ou complementar.

a) Está de acordo com a legislação de previdência complementar a cobrança de contribuição de 52% para participantes do plano previdenciário e 48% para a empresa pública patrocinadora.

b) De acordo com a legislação que rege a previdência complementar, prevalecem o caráter contratual e a vontade das partes na fixação das regras para a concessão do benefício, sendo, portanto, válido o regulamento que estabeleça a proporção de 30% e 70%, respectivamente, para o participante e a empresa pública patrocinadora, para o equacionamento de eventual déficit na EFPC.

c) De acordo com o STJ, é expressamente proibida a contagem, como período de carência para a aposentadoria por idade, do tempo em que o servidor tenha percebido auxílio-acidente.

d) Empregado público segurado do RGPS e participante de plano de benefício definido e administrado por EFPC pode deixar de contribuir para o PIS/PASEP por ser participante do regime de previdência complementar, pois, em caso de perda do vínculo empregatício, perceberá o seguro-desemprego da EFPC.

e) Ao empregado público aposentado pelo RGPS e participante de plano de benefício definido e administrado por EFPC é garantida a concessão dos benefícios de aposentadoria em valores e períodos distintos.

Questão 20: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Julgue o item seguinte, acerca da Constituição Federal de 1988.

São princípios da seguridade social a universalidade, a seletividade e o caráter contributivo.

() Certo

() Errado

Questão 21: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Julgue o item seguinte, acerca da Constituição Federal de 1988.

Considere a seguinte situação hipotética.

João é professor em uma instituição privada de ensino superior e ocupa um cargo público de fiscal de tributos no estado do Amazonas.

Nessa situação, João poderá obter duas aposentadorias, uma do regime geral e outra do regime próprio de previdência do estado do Amazonas.

() Certo

() Errado

Questão 22: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Julgue o item seguinte, acerca da Constituição Federal de 1988.

Considere a seguinte situação hipotética.

Antônio é detentor de cargo efetivo na administração pública direta do estado do Amazonas. Foi eleito e tomou posse como deputado federal.

Nessa situação, Antônio ficará filiado ao regime próprio, como servidor público, e ao regime geral, quanto ao seu cargo eletivo.

() Certo

() Errado

Questão 23: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

No item a seguir, é apresentada uma situação hipotética relativa ao regime geral de previdência social (RGPS), seguida de uma assertiva a ser julgada.

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) lavrou uma notificação fiscal de lançamento de débito (NFLD) contra o estado do Amazonas, em face do não-recolhimento de contribuição social patronal incidente sobre a folha de salários de empregados de uma empresa cedente de mão-de-obra, ante a existência de responsabilidade solidária. Houve impugnação administrativa, no âmbito do próprio INSS, e foi mantida a NFLD. Nessa situação, o estado do Amazonas deverá interpor o recurso administrativo cabível para o Conselho de Recursos da Previdência Social, órgão do Ministério da Previdência Social, conforme dispuser o regulamento.

() Certo

() Errado

Questão 24: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

No item a seguir, é apresentada uma situação hipotética relativa ao regime geral de previdência social (RGPS), seguida de uma assertiva a ser julgada.

O estado do Amazonas instituiu regime próprio de previdência para os seus servidores com base na Constituição Federal de 1988 e na legislação federal atualmente em vigor. Nessa situação, é possível que esse regime próprio contemple outras espécies de benefícios previdenciários, além daqueles contemplados no RGPS.

() Certo

() Errado

Questão 25: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto:

No item a seguir, é apresentada uma situação hipotética relativa ao regime geral de previdência social (RGPS), seguida de uma assertiva a ser julgada.

João aposentou-se voluntariamente no serviço público federal em 1999 e somente veio a preencher o requisito da nova aposentadoria no regime próprio como professor universitário federal em 2000. Nessa situação, será compatível com a Constituição Federal a cumulação dessas duas aposentadorias.

() Certo

() Errado

Questão 26: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

No item a seguir, é apresentada uma situação hipotética relativa ao regime geral de previdência social (RGPS), seguida de uma assertiva a ser julgada.

Maria, segurada obrigatória do RGPS, na condição de empregada, engravidou e pretende receber o benefício de salário-maternidade. Nessa situação, o período de carência, entendido como o número mínimo de contribuições indispensáveis para a concessão do benefício, será de dez prestações mensais.

() Certo

() Errado

Questão 27: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

No item a seguir, é apresentada uma situação hipotética relativa ao regime geral de previdência social (RGPS), seguida de uma assertiva a ser julgada.

José, índio da tribo dos Waiwái, do Amazonas, trabalha com sua família em regime de economia familiar, produzindo farinha de mandioca. Nessa situação, José é segurado obrigatório do RGPS como segurado especial.

() Certo

() Errado

Questão 28: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

No item a seguir, é apresentada uma situação hipotética relativa ao regime geral de previdência social (RGPS), seguida de uma assertiva a ser julgada.

Juliana, menor de idade, encontra-se sob guarda de Pedro, seu avô, que é segurado do RGPS. Nessa situação, conforme a lei de benefícios da previdência social, Juliana será dependente de Pedro, para fins previdenciários.

() Certo

() Errado

Questão 29: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Com relação ao RGPS, julgue o item subsequente.

Para a comprovação do tempo de serviço, conforme a lei de benefícios do RGPS, exige-se o início de prova material, não sendo admitida, em nenhuma hipótese, a prova exclusivamente testemunhal.

() Certo

() Errado

Questão 30: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Com relação ao RGPS, julgue o item subsequente.

A inscrição dos dependentes de segurado do RGPS faz-se por meio de declaração do segurado, sendo vedado o pagamento de benefício a pessoa que não tenha sido inscrita como dependente antes do óbito do segurado.

() Certo

() Errado

Questão 31: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Com relação ao RGPS, julgue o item subsequente.

O salário-de-contribuição deve ser reajustado na mesma época e com os mesmos índices que os do reajustamento dos benefícios de prestação continuada da previdência social.

() Certo

() Errado

Questão 32: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

No que se refere à previdência complementar, julgue o próximo item.

A previdência complementar privada é de caráter facultativo, possui natureza jurídica contratual sui generis e é organizada de forma autônoma relativamente ao regime geral de previdência social.

() Certo

() Errado

GABARITO

1) Errado	2) Certo	3) Errado	4) E
5) Certo	6) Errado	7) Certo	8) Errado
9) Certo	10) C	11) Certo	12) C
13) D	14) D	15) D	16) E
17) Certo	8) Errado	19) A	20) Errado
21) Certo	22) Errado	23) Certo	24) Errado
25) Certo	26) Errado	27) Certo	28) Errado
29) Errado	30) Errado	31) Certo	32) Certo

DIREITO PROCESSUAL CIVIL (NCPC - Lei nº 13.105/2015)

Questão 1: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Da ação (arts. 17 a 20)

A respeito das normas processuais civis pertinentes a jurisdição e ação, julgue o item seguinte.

Segundo as regras contidas no novo CPC, a legitimidade de parte deixou de ser uma condição da ação e passou a ser analisada como questão prejudicial. Sendo assim, tal legitimidade provoca decisão de mérito.

() Certo

() Errado

Questão 2: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Dos Limites da Jurisdição Nacional e da Cooperação Internacional (arts. 21 a 41)

A respeito das normas processuais civis pertinentes a jurisdição e ação, julgue o item seguinte.

O novo CPC reconhece a competência concorrente da jurisdição internacional para processar ação de inventário de bens situados no Brasil, desde que a decisão seja submetida à homologação do STJ.

() Certo

() Errado

Questão 3: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Do Litisconsórcio (arts. 113 a 118)

Pedro, motorista da Secretaria de Saúde do Estado do Amazonas, conduzia um veículo do referido ente público, quando provocou acidente automobilístico que resultou na incapacidade física e mental de Flávio. Após a interdição de Flávio, seu advogado pretende ajuizar ação de reparação de danos materiais e morais.

Com referência a essa situação hipotética, julgue o item que se segue.

A ação de reparação de dano exige a formação de litisconsórcio passivo necessário em que deverão figurar como demandados o motorista Pedro e a Secretaria de Saúde do Estado do Amazonas.

() Certo

() Errado

Questão 4: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Da Intervenção de Terceiros (arts. 119 a 138)

O DF propôs ação de execução, fundada em crédito fiscal, contra a empresa Pedro e Paulo Artigos Esportivos Ltda. (PPAE). Pedro detinha 80% das quotas sociais e Paulo, sócio-gerente, 20%. Não encontrados bens suficientes da sociedade para a garantia do débito, o DF pediu a penhora de bens de Paulo, fundado no fato de que, na qualidade de sócio-gerente, ele não recolhera o valor do tributo que estava sendo cobrado da PPAE. Deferida a penhora, não foram encontrados bens de Paulo, sendo, então, pedida a penhora de bens de Pedro, com fundamento no fato de ele ser o sócio majoritário. O DF pediu, ainda, a penhora de lucros apurados e que seriam cabíveis à PPAE em razão de ela ser sócia da PPM Material Elétrico Ltda. Contra tal pedido, a PPAE apresentou impugnação, sustentando que, embora tivesse sido apurado lucro no balanço anual, a sociedade, antes mesmo de citada na execução, decidira reinvestir os lucros na própria atividade, razão pela qual não seria cabível a penhora requerida. Este último fato foi devidamente provado.

Com base na situação hipotética acima descrita, julgue o item subsequente.

A decisão do juiz de deferir, com fundamento no argumento exposto, a penhora dos bens de Paulo foi correta, configurando a desconsideração da personalidade jurídica da sociedade.

() Certo

() Errado

Questão 5: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Do Ministério Público (arts. 176 a 181)

Pedro, motorista da Secretaria de Saúde do Estado do Amazonas, conduzia um veículo do referido ente público, quando provocou acidente automobilístico que resultou na incapacidade física e mental de Flávio. Após a interdição de Flávio, seu advogado pretende ajuizar ação de reparação de danos materiais e morais.

Com referência a essa situação hipotética, julgue o item que se segue.

Proposta a ação de reparação de dano, o MP do Estado do Amazonas deverá ser intimado para intervir como custos legis na relação processual em apreço.

Certo

Errado

Questão 6: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Da Advocacia Pública (arts. 182 a 184)

Pedro, motorista da Secretaria de Saúde do Estado do Amazonas, conduzia um veículo do referido ente público, quando provocou acidente automobilístico que resultou na incapacidade física e mental de Flávio. Após a interdição de Flávio, seu advogado pretende ajuizar ação de reparação de danos materiais e morais.

Com referência a essa situação hipotética, julgue o item que se segue.

Proposta ação de reparação de dano, a citação deverá ser realizada na Procuradoria do Estado do Amazonas, que terá o prazo em quádruplo para apresentação da sua defesa.

Certo

Errado

Questão 7: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Da Tutela Provisória (arts. 294 a 311)

Acerca de tutela provisória, cumprimento de sentença e processos nos tribunais, julgue o item a seguir.

A tutela provisória antecipada poderá ser concedida em caráter antecedente, liminarmente e incidentalmente a qualquer tempo, ao passo que a tutela provisória cautelar só poderá ser concedida em caráter antecedente.

Certo

Errado

Questão 8: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Da Improcedência Liminar do Pedido (art. 332)

Em relação a análise de petição inicial e julgamento antecipado parcial de mérito, julgue o seguinte item.

Se, ao analisar a petição inicial, o juiz constatar que o pedido funda-se em questão exclusivamente de direito e contraria entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas, ele deverá, sem ouvir o réu, julgar liminarmente improcedente o pedido do autor.

() Certo

() Errado

Questão 9: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Do Julgamento Conforme o Estado do Processo (arts. 354 a 357)

Em relação a análise de petição inicial e julgamento antecipado parcial de mérito, julgue o seguinte item.

Cabe recurso de apelação contra julgamento antecipado parcial de mérito proferido sobre matéria incontroversa.

() Certo

() Errado

Questão 10: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Do Cumprimento da Sentença (arts. 513 a 538)

Acerca de tutela provisória, cumprimento de sentença e processos nos tribunais, julgue o item a seguir.

Situação hipotética: Proposta pelo estado do Amazonas ação de rescisão contratual cumulada com perdas e danos contra uma empreiteira, o juízo acolheu o pedido e fixou honorários sucumbenciais. Depois de transitada em julgado a decisão e liquidada a sentença, a requerimento do ente autor, a referida empreiteira foi intimada para o cumprimento voluntário da obrigação, não tendo, contudo, cumprido tal obrigação e tampouco apresentado impugnação à medida. Assertiva: Nesse caso, devem ser fixados novos honorários advocatícios referentes à fase de cumprimento de sentença.

() Certo

() Errado

Questão 11: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Dos Procedimentos Especiais (arts. 539 a 770)

No que se refere aos procedimentos especiais do CPC, ao mandado de segurança e à Lei da Ação Civil Pública, julgue o item seguinte.

Nas ações possessórias, é lícito ao réu formular em seu favor, na própria contestação, proteção possessória e indenização pelos prejuízos resultantes da turbação ou do esbulho que alegar ter sofrido em razão da conduta do autor.

() Certo

() Errado

Questão 12: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Dos Procedimentos Especiais (arts. 539 a 770)

Juan, de nacionalidade argentina, faleceu em Brasília – DF, deixando dois herdeiros, um residente e domiciliado em Porto Alegre – RS e outro, na Argentina. À época do óbito, Juan, que era residente e domiciliado no município do Rio de Janeiro – RJ, possuía bens no Brasil, todos localizados no município de São Paulo – SP, sobre os quais não havia consenso entre os herdeiros quanto ao modo de divisão.

A partir dessa situação hipotética, julgue o item a seguir.

No procedimento judicial de inventário e partilha, somente poderão ser resolvidas questões de direito e questões de fato em que o convencimento do magistrado possa se formar com base em provas documentais.

() Certo

() Errado

Questão 13: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Dos Procedimentos Especiais (arts. 539 a 770)

Com relação aos procedimentos especiais e ao processo de execução no âmbito do processo civil, julgue o próximo item.

É cabível, segundo o STJ, o ajuizamento de ação monitória contra a fazenda pública, com o objetivo de receber nota promissória prescrita, emitida por ente público e vencida há quatro anos.

() Certo

() Errado

Questão 14: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Disposições Finais e Transitórias (arts. 1.045 a 1.072)

A respeito das normas processuais civis pertinentes a jurisdição e ação, julgue o item seguinte.

O novo CPC aplica-se aos processos que se encontravam em curso na data de início de sua vigência, assim como aos processos iniciados após sua vigência que se referem a fatos pretéritos.

() Certo

() Errado

Questão 15: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Lei nº 12.153/2009 - Juizados Especiais da Fazenda Pública

Paulo ajuizou ação de cobrança no valor de R\$ 3.000,00 contra o DF. A ação foi distribuída a um juizado especial da fazenda pública. Em sua defesa, o DF alegou que já havia pago integralmente a dívida. Realizada a instrução processual, o juiz proferiu sentença acolhendo parcialmente o pedido, no tocante a R\$ 2.000,00, sob o fundamento de que, em relação à outra parte, se verificara o pagamento.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item que se segue.

Se, no julgamento do recurso interposto contra a sentença, a decisão colegiada da turma recursal do juizado especial da fazenda pública contrariar entendimento adotado, na sistemática dos recursos repetitivos (art. 543-C, CPC), pelo STJ, a parte prejudicada poderá ajuizar reclamação nesta corte.

() Certo

() Errado

Questão 16: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Lei nº 12.153/2009 - Juizados Especiais da Fazenda Pública

Paulo ajuizou ação de cobrança no valor de R\$ 3.000,00 contra o DF. A ação foi distribuída a um juizado especial da fazenda pública. Em sua defesa, o DF alegou que já havia pago integralmente a dívida. Realizada a instrução processual, o juiz proferiu sentença acolhendo parcialmente o pedido, no tocante a R\$ 2.000,00, sob o fundamento de que, em relação à outra parte, se verificara o pagamento.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item que se segue.

Para interpor recurso contra a sentença, Paulo não precisará estar representado por advogado.

() Certo

() Errado

Questão 17: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Lei nº 12.153/2009 - Juizados Especiais da Fazenda Pública

Paulo ajuizou ação de cobrança no valor de R\$ 3.000,00 contra o DF. A ação foi distribuída a um juizado especial da fazenda pública. Em sua defesa, o DF alegou que já havia pago integralmente a dívida. Realizada a instrução processual, o juiz proferiu sentença acolhendo parcialmente o pedido, no tocante a R\$ 2.000,00, sob o fundamento de que, em relação à outra parte, se verificara o pagamento.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item que se segue.

Caso somente Paulo recorra, poderá o tribunal reformar a sentença para julgar o pedido totalmente improcedente, se entender, pelas provas constantes dos autos, estar demonstrado o pagamento integral do débito.

() Certo

() Errado

Questão 18: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Do Mandado de Segurança (Lei nº 12.016/2009 e CF/1988)

Com referência à responsabilidade penal por infrações ambientais, ao mandado de segurança em matéria ambiental e à função social da propriedade, julgue o item subsequente.

Na medida em que o conceito de poluidor, em matéria ambiental, abrange toda pessoa responsável por atividade causadora de degradação ambiental, o mandado de segurança na tutela do meio ambiente pode ser impetrado não apenas contra autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público, mas também contra qualquer pessoa, física ou jurídica, de direito público ou privado, que cause dano ambiental.

() Certo

() Errado

Questão 19: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Do Mandado de Segurança (Lei nº 12.016/2009 e CF/1988)

No que se refere aos procedimentos especiais do CPC, ao mandado de segurança e à Lei da Ação Civil Pública, julgue o item seguinte.

No mandado de segurança que tenha como objeto a compensação de créditos tributários, a apelação interposta contra sentença concessiva da segurança será recebida no efeito meramente devolutivo.

() Certo

() Errado

Questão 20: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Do Mandado de Segurança (Lei nº 12.016/2009 e CF/1988)

Com relação a mandado de segurança individual e coletivo, assinale a opção correta de acordo com a doutrina, a legislação de regência e a jurisprudência dos tribunais superiores.

a) No mandado de segurança contra ato ilegal praticado em concorrência pública, devem ser indicados como autoridades coatoras os integrantes da comissão de licitação.

b) Se for denegada a ordem no mandado de segurança coletivo, a coisa julgada atingirá os indivíduos que integrem o grupo, que estarão impedidos de reproduzir a demanda individualmente, produzindo coisa julgada secundum eventum litis.

c) Depois de notificada a autoridade coatora e prestadas as informações, o impetrante só pode desistir do writ se houver concordância do impetrado.

d) Uma entidade de classe tem legitimação para impetrar mandado de segurança coletivo apenas quando a pretensão veiculada for de interesse de toda a respectiva categoria.

e) É cabível mandado de segurança quando o objetivo do impetrante é conseguir declaração do direito à compensação tributária.

Questão 21: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Do Mandado de Segurança (Lei nº 12.016/2009 e CF/1988)

Julgue o item subsequente, relativo a ação civil pública, mandado de segurança e ação de improbidade administrativa.

Conforme o entendimento do STJ, é cabível mandado de segurança para convalidar a compensação tributária realizada, por conta própria, por um contribuinte.

() Certo

() Errado

Questão 22: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Da Ação Popular (Lei nº 4.717/1965 e CF/1988)

Acerca de intervenção de terceiros, litisconsórcio, nulidades processuais e valor da causa, julgue o item subsequente.

Segundo entendimento do STJ, o ingresso de terceiros após o ajuizamento de ação popular fere a garantia constitucional do juiz natural, devendo o pedido de habilitação ser

indeferido liminarmente pelo magistrado, ainda que se trate de litisconsórcio ativo facultativo.

() Certo

() Errado

Questão 23: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Da Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/1985 e CF/1988)

Devido à necessidade de atender às despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública, o DF promulgou lei instituindo empréstimo compulsório incidente sobre a transmissão de bens incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item subsequente.

O MP poderá propor ação civil pública para a defesa de interesses individuais homogêneos dos contribuintes atingidos com a exação, argumentando a inconstitucionalidade incidenter tantum do ato normativo.

() Certo

() Errado

Questão 24: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Da Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/1985 e CF/1988)

No que se refere aos procedimentos especiais do CPC, ao mandado de segurança e à Lei da Ação Civil Pública, julgue o item seguinte.

O DF possui legitimidade ativa para realizar compromisso de ajustamento de conduta com aquele que causar lesão a interesse coletivo. Uma vez celebrado, tal compromisso terá eficácia de título executivo extrajudicial.

() Certo

() Errado

Questão 25: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Da Ação de Improbidade Administrativa (DPC, Lei nº 8.429/1992)

Acerca de intervenção de terceiros, litisconsórcio, nulidades processuais e valor da causa, julgue o item subsequente.

A ausência de citação do município supostamente lesado para integrar ação de improbidade administrativa ajuizada pelo Ministério Público (MP) não gera nulidade, visto que a integração do referido ente federado na relação processual é opcional.

Certo

Errado

Questão 26: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Da Ação de Improbidade Administrativa (DPC, Lei nº 8.429/1992)

Julgue o item subsequente, relativo a ação civil pública, mandado de segurança e ação de improbidade administrativa.

Caso receba provas contundentes da prática de ato de improbidade por agente público, o MP poderá requerer tutela provisória de natureza cautelar determinando o sequestro dos bens do referido agente.

Certo

Errado

Questão 27: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Execução Fiscal (Processo Judicial Tributário)

Com relação aos procedimentos especiais e ao processo de execução no âmbito do processo civil, julgue o próximo item.

Situação hipotética: O INSS e a fazenda pública do estado do Amazonas ingressaram em juízo com ações executivas contra determinada empresa. Na fase de expropriação de bens, os exequentes indicaram à penhora o único bem imóvel penhorável pertencente à executada. Assertiva: Nesse caso, segundo interpretação do STJ, a fazenda estadual tem preferência quanto aos valores arrecadados com a venda do imóvel penhorado.

Certo

Errado

Questão 28: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Lei nº 6.830/1980 - Lei de Execução Fiscal

No que se refere às regras aplicadas aos processos que envolvem a fazenda pública em juízo, à sentença e aos recursos, julgue o item que se segue.

Tratando-se de execuções fiscais, a fazenda pública está dispensada do recolhimento antecipado das custas com a realização do ato citatório.

Certo

Errado

Questão 29: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Lei nº 8.397/1992 - Medida Cautelar Fiscal

Considerando o desenvolvimento da relação jurídica tributária, julgue o próximo item.

A medida cautelar fiscal objetiva a indisponibilidade do patrimônio do sujeito passivo da relação jurídica tributária e tem seu cabimento vinculado à preclusão administrativa da decisão definitiva proferida no processo administrativo fiscal instaurado a requerimento do contribuinte.

() Certo

() Errado

Questão 30: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Demais temas sobre Execução Fiscal

O DF propôs ação de execução, fundada em crédito fiscal, contra a empresa Pedro e Paulo Artigos Esportivos Ltda. (PPAE). Pedro detinha 80% das quotas sociais e Paulo, sócio-gerente, 20%. Não encontrados bens suficientes da sociedade para a garantia do débito, o DF pediu a penhora de bens de Paulo, fundado no fato de que, na qualidade de sócio-gerente, ele não recolhera o valor do tributo que estava sendo cobrado da PPAE. Deferida a penhora, não foram encontrados bens de Paulo, sendo, então, pedida a penhora de bens de Pedro, com fundamento no fato de ele ser o sócio majoritário. O DF pediu, ainda, a penhora de lucros apurados e que seriam cabíveis à PPAE em razão de ela ser sócia da PPM Material Elétrico Ltda. Contra tal pedido, a PPAE apresentou impugnação, sustentando que, embora tivesse sido apurado lucro no balanço anual, a sociedade, antes mesmo de citada na execução, decidira reinvestir os lucros na própria atividade, razão pela qual não seria cabível a penhora requerida. Este último fato foi devidamente provado.

Com base na situação hipotética acima descrita, julgue o item subsequente.

O juiz deve indeferir, com base no argumento exposto pela PPAE, a penhora dos lucros que lhe seriam cabíveis em razão de ela ser sócia da PPM Material Elétrico Ltda.

() Certo

() Errado

Questão 31: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Demais temas sobre Execução Fiscal

A respeito da sentença, do cumprimento de sentença, da execução e da penhora, julgue o item que se segue.

Se os embargos à execução opostos pela fazenda pública forem parciais, a execução prosseguirá no que diz respeito à parte não embargada.

- Certo
- Errado

Questão 32: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Súmulas e Jurisprudência do STF e STJ em Processo Civil

À luz da jurisprudência do STJ, julgue o seguinte item, referente ao litisconsórcio e à intervenção de terceiros.

Na hipótese de os litisconsortes passarem a ter procuradores distintos no curso do processo, quando já iniciado o prazo recursal, somente se aplicará o benefício do prazo em dobro à parte do prazo ainda não transcorrida até aquele momento.

- Certo
- Errado

Questão 33: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Súmulas e Jurisprudência do STF e STJ em Processo Civil

A respeito da sentença, do cumprimento de sentença, da execução e da penhora, julgue o item que se segue.

De acordo com entendimento firmado no STJ, para se evitar o abuso de direito, é defesa a penhora on line de numerário, caso os valores sejam irrisórios.

- Certo
- Errado

Questão 34: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Súmulas e Jurisprudência do STF e STJ em Processo Civil

Julgue o item subsequente, relativo a ação civil pública, mandado de segurança e ação de improbidade administrativa.

Situação hipotética: O estado do Amazonas, por intermédio de sua procuradoria, ajuizou ação civil pública na justiça estadual do Amazonas, com o objetivo de prevenir danos ao meio ambiente. Paralelamente, o MPF ingressou com ação idêntica na justiça federal, seção judiciária do Amazonas. Assertiva: Nesse caso, as respectivas ações deverão ser reunidas na justiça federal da seção judiciária do Amazonas.

- Certo
- Errado

Questão 35: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Em relação às fontes do direito processual civil e à aplicação das leis processuais, julgue o item subseqüente.

Uma vez que as leis municipais não são fontes do direito processual, lei municipal que versasse sobre matéria processual não seria apta a integrar o sistema processual, por mostrar-se inconstitucional.

() Certo

() Errado

Questão 36: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Em relação às fontes do direito processual civil e à aplicação das leis processuais, julgue o item subseqüente.

São fontes formais de direito processual civil a Constituição Federal, a lei complementar, a lei federal ordinária, a lei estadual, os tratados internacionais e os regimentos internos dos tribunais, sendo o Código de Processo Civil uma lei complementar federal.

() Certo

() Errado

Questão 37: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Em relação a partes, litisconsórcio, terceiros e intervenção de terceiros, julgue o item que se segue.

Considere a seguinte situação hipotética. Manuela propôs ação reivindicatória contra Ricardo, sendo que Lisa se considerava a verdadeira proprietária do bem. Nessa situação, Lisa poderá manifestar sua oposição contra os dois sujeitos da demanda originária, a fim de que seja reconhecido o real titular do direito controvertido.

() Certo

() Errado

Questão 38: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Em relação a partes, litisconsórcio, terceiros e intervenção de terceiros, julgue o item que se segue.

Considere que o Ministério Público proponha uma ação de anulação de casamento. Nessa situação, para se caracterizar a hipótese de litisconsórcio facultativo passivo, bastará que um dos cônjuges seja citado para integrar a relação processual.

() Certo

Errado

Questão 39: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Em relação a partes, litisconsórcio, terceiros e intervenção de terceiros, julgue o item que se segue.

Ocorre a nomeação à autoria quando um fiador é citado como pessoalmente responsável perante o credor. Nesse caso, o fiador pode, porém, voltar-se contra o devedor principal para receber a integralidade do que pagou.

Certo

Errado

Questão 40: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Em relação a partes, litisconsórcio, terceiros e intervenção de terceiros, julgue o item que se segue.

O assistente que não for o responsável pela propositura da ação nem a ela tiver dado causa não responderá por custas e honorários.

Certo

Errado

Questão 41: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Em relação à coisa julgada e ao recurso, julgue o item seguinte.

O impedimento é vício mais grave que a suspeição, razão pela qual pode ser argüido no processo a qualquer tempo. Já a suspeição deve ser argüida no prazo estabelecido no Código de Processo Civil, sob pena de se ter por sanado o vício e aceito o juiz.

Certo

Errado

Questão 42: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Em relação à coisa julgada e ao recurso, julgue o item seguinte.

O executado não pode apresentar embargos para opor-se à execução de sentença transitada em julgado e proferida por juiz absolutamente incompetente.

Certo

Errado

Questão 43: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Em relação à coisa julgada e ao recurso, julgue o item seguinte.

Por falta de interesse em recorrer, não deve ser conhecida a apelação interposta pela parte que sucumbe no tocante à alegação de prescrição e vence no mérito a demanda.

- Certo
 Errado

Questão 44: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Acerca das tendências e dos princípios do processo de execução no direito processual brasileiro, julgue o item que se segue.

Verifica-se atualmente a tendência de ampliação do conceito de título executivo extrajudicial de maneira que fique configurado em qualquer documento particular firmado pelo devedor e duas testemunhas no qual se tenha assumido obrigação de qualquer natureza desde que tal título se revista de liquidez, certeza e exigibilidade.

- Certo
 Errado

Questão 45: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Acerca das tendências e dos princípios do processo de execução no direito processual brasileiro, julgue o item que se segue.

A execução deve ser útil ao credor; assim, não se levará a feito a penhora quando evidente que o produto da execução dos bens encontrados será totalmente absorvido pelo pagamento das custas da execução.

- Certo
 Errado

Questão 46: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Acerca das tendências e dos princípios do processo de execução no direito processual brasileiro, julgue o item que se segue.

A execução deve ser específica, propiciando ao credor precisamente o que ele obteria se a obrigação fosse cumprida pessoalmente pelo devedor, não se admitindo, por isso, em qualquer hipótese, a substituição da prestação pelo equivalente em dinheiro (perdas e danos).

- Certo
 Errado

Questão 47: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Quanto à prática de atos processuais, julgue o item a seguir.

Uma vez que os atos processuais devem ser praticados nos dias úteis, entre 6 h e 20 h, conclui-se que qualquer petição, inclusive de recurso, pode ser apresentada até às 20 horas, ainda que o expediente forense se encerre às 19 horas.

() Certo

() Errado

Questão 48: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Quanto à prática de atos processuais, julgue o item a seguir.

Os atos processuais praticados por fac-símile importam em preclusão consumativa, razão pela qual não necessitam ser praticados posteriormente e prescindem de posterior apresentação dos originais.

() Certo

() Errado

GABARITO

1) Errado	2) Errado	3) Errado	4) Errado
5) Certo	6) Errado	7) Errado	8) Certo
9) Errado	10) Certo	11) Certo	12) Certo
13) Certo	14) Certo	15) Errado	16) Errado
17) Errado	18) Errado	19) Errado	20) E
21) Errado	22) Errado	23) Errado	24) Certo
25) Certo	26) Certo	27) Errado	28) Certo
29) Errado	30) Certo	31) Certo	32) Certo
33) Errado	34) Certo	35) Certo	36) Errado
37) Certo	38) Errado	39) Errado	40) Errado
41) Certo	42) Certo	43) Certo	44) Certo
45) Certo	46) Errado	47) Errado	48) Errado

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Questão 1: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: Organização e Competência da Justiça do Trabalho

No item seguinte, é apresentada uma situação hipotética acerca da competência da justiça do trabalho, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Paulo foi contratado por uma cooperativa de mão-de-obra, que congregava engenheiros. Trabalhou como autêntico cooperado, até que foi excluído dos quadros da cooperativa, em razão do não-cumprimento de suas obrigações estatutárias. Nessa situação, para discutir a licitude do ato de exclusão praticado e obter seu retorno aos quadros da cooperativa, Paulo deverá buscar a justiça do trabalho.

() Certo

() Errado

Questão 2: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: Organização e Competência da Justiça do Trabalho

No item seguinte, é apresentada uma situação hipotética acerca da competência da justiça do trabalho, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Ao firmar acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria profissional correspondente, determinada empresa obrigou-se a repassar ao sindicato a importância de R\$ 15,00 por empregado que trabalhasse em domingos. Os recursos referidos seriam

utilizados para ampliação dos serviços odontológicos prestados pelo sindicato. A empresa não cumpriu o pactuado. Nessa situação, o sindicato deverá propor ação de cobrança perante a justiça do trabalho, ainda que não haja conflito entre empregado e empregador.

() Certo

() Errado

Questão 3: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: Organização e Competência da Justiça do Trabalho

No item seguinte, é apresentada uma situação hipotética acerca da competência da justiça do trabalho, seguida de uma assertiva a ser julgada.

A fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego detectou a prática de atos atentatórios a direitos difusos por empresa pública de âmbito nacional. Em razão disso, propôs ação civil pública na justiça do trabalho, buscando a reparação daquela lesão. Nessa situação, a competência originária será do Tribunal Superior do Trabalho (TST), em razão do âmbito geográfico da lesão.

() Certo

() Errado

Questão 4: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: Organização e Competência da Justiça do Trabalho

No item subsequente, é apresentada uma situação hipotética a propósito das nulidades no processo do trabalho, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Jonas foi contratado e prestou serviços na cidade de Manaus – AM, em favor do Supermercado Brasília Ltda., durante cinco anos. Dispensado do emprego por justa causa, mudou-se para a cidade de Belém – PA, local em que propôs reclamação trabalhista contra o ex-empregador. Antes de designar audiência, o juiz que recebeu a ação declarou de ofício a sua incompetência territorial, determinando o envio dos autos a uma das varas do trabalho sediadas em Manaus – AM. Nessa situação, agiu com acerto o magistrado, de modo a evitar a nulidade resultante da incompetência claramente configurada.

() Certo

() Errado

Questão 5: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Organização e Competência da Justiça do Trabalho

Acerca da jurisprudência do TST relativa a ação rescisória, mandado de segurança e competência na justiça do trabalho, julgue o item a seguir.

As relações de trabalho decorrentes de estágio se inserem na competência da justiça do trabalho, ainda que o contratante seja ente da administração pública direta.

() Certo

() Errado

Questão 6: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: Nulidades no Processo do Trabalho

No item subsequente, é apresentada uma situação hipotética a propósito das nulidades no processo do trabalho, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Em determinada ação trabalhista, discutia-se a prática de falta grave pelo trabalhador reclamante. Após o depoimento das partes, o juiz dispensou as testemunhas apresentadas pela empresa reclamada, por considerá-las desnecessárias. Nessa situação, se o juiz afastar a justa causa aplicada sem que tenha havido confissão do ex-empregador, incorrerá em nulidade processual por cerceio de defesa. A nulidade, entretanto, apenas poderá ser declarada pelo tribunal caso a matéria seja suscitada, ainda que pela primeira vez, no recurso interposto contra a referida sentença.

() Certo

() Errado

Questão 7: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Partes e Procuradores no Processo do Trabalho

Em relação ao direito processual do trabalho, julgue o item a seguir.

Consoante entendimento do TST, é válido o substabelecimento de advogado investido de mandato tácito, que se configura com o comparecimento do advogado e da parte em audiência.

() Certo

() Errado

Questão 8: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Partes e Procuradores no Processo do Trabalho

Acerca da jurisprudência do TST relativa a ação rescisória, mandado de segurança e competência na justiça do trabalho, julgue o item a seguir.

Procuração outorgada com poderes específicos para ajuizamento de reclamação trabalhista autoriza a propositura de mandado de segurança.

() Certo

Errado

Questão 9: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Partes e Procuradores no Processo do Trabalho

Julgue o seguinte item, relativo aos procedimentos adotados em dissídios individuais da justiça do trabalho.

Segundo o TST, não havendo no instrumento de mandato poderes expressos para substabelecer, serão inválidos os atos praticados pelo substabelecido.

Certo

Errado

Questão 10: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Procedimentos Sumário e Sumaríssimo no Processo do Trabalho

Julgue o item subsequente, relativo ao procedimento sumaríssimo na justiça do trabalho.

Não é cabível a citação por edital no procedimento sumaríssimo.

Certo

Errado

Questão 11: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Procedimentos Sumário e Sumaríssimo no Processo do Trabalho

Julgue o item subsequente, relativo ao procedimento sumaríssimo na justiça do trabalho.

Não é admissível a interposição de recurso de revista em procedimento sumaríssimo quando o fundamento do recurso for a contrariedade a orientação jurisprudencial do TST.

Certo

Errado

Questão 12: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Procedimentos Sumário e Sumaríssimo no Processo do Trabalho

Em relação ao direito processual do trabalho, julgue o item a seguir.

Dada a celeridade, que fundamenta o procedimento sumaríssimo, a CLT não admite o deferimento e a realização de prova técnica pericial.

Certo

() Errado

Questão 13: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Procedimentos Sumário e Sumaríssimo no Processo do Trabalho

Julgue o seguinte item, relativo aos procedimentos adotados em dissídios individuais da justiça do trabalho.

Estado da Federação pode figurar no polo passivo de demanda individual trabalhista de rito sumaríssimo; nesse caso, se for deferida prova pericial, a fazenda estadual será intimada a manifestar-se sobre o laudo no prazo dobrado de dez dias.

() Certo

() Errado

Questão 14: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Ação Trabalhista

Em relação ao direito processual do trabalho, julgue o item a seguir.

Segundo entendimento do TST, o marco inicial da contagem do prazo prescricional para o ajuizamento de ação condenatória, quando advém a dispensa do empregado no curso de ação declaratória com a mesma causa de pedir remota, é a data da extinção do contrato de trabalho.

() Certo

() Errado

Questão 15: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Petição inicial Trabalhista

Em relação ao direito processual do trabalho, julgue o item a seguir.

No processo do trabalho, o reclamante que der causa a dois arquivamentos seguidos de reclamação trabalhista em face de seu não comparecimento à audiência fica definitivamente impossibilitado de exercer novamente o direito de reclamar perante a justiça do trabalho, se a nova ação envolver o mesmo reclamante, reclamado e objeto.

() Certo

() Errado

Questão 16: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Instrução Probatória Trabalhista

Em relação ao direito processual do trabalho, julgue o item a seguir.

No processo trabalhista, a contradita consiste na denúncia, pela parte interessada, dos motivos que impedem ou tornam suspeito o depoimento da testemunha, e o momento processual oportuno de a parte oferecer a contradita da testemunha ocorre logo após a qualificação desta, antes de o depoente ser compromissado.

() Certo

() Errado

Questão 17: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Instrução Probatória Trabalhista

Acerca de recursos, execução trabalhista e dissídio coletivo, julgue o item seguinte.

A sentença normativa proferida posteriormente à sentença rescindenda é considerada documento novo para fins de rescisão de sentença de mérito transitada em julgado.

() Certo

() Errado

Questão 18: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Instrução Probatória Trabalhista

Julgue o seguinte item, relativo aos procedimentos adotados em dissídios individuais da justiça do trabalho.

Na instrução trabalhista, o momento da contradita ocorre logo após a testemunha firmar o compromisso de dizer a verdade sobre o que sabe e o que lhe for perguntado.

() Certo

() Errado

Questão 19: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: Audiência Trabalhista

No item que se segue, é apresentada uma situação hipotética acerca das regras informativas do procedimento laboral, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Determinado estado da Federação adotou o regime da Consolidação das Leis do Trabalho para reger as relações jurídicas com seus servidores. Acionado judicialmente por um desses servidores, o ato de citação foi realizado com cinco dias de antecedência da

audiência. Nessa situação, a audiência não poderá ser realizada de modo regular, por ter sido ferida uma das prerrogativas processuais da fazenda pública.

() Certo

() Errado

Questão 20: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: Audiência Trabalhista

No item que se segue, é apresentada uma situação hipotética acerca das regras informativas do procedimento laboral, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Citada em determinada ação trabalhista, uma empresa remeteu a seu advogado os documentos suficientes para comprovar a improcedência das pretensões que lhe foram deduzidas. Por falha de seu gerente, no entanto, que se esqueceu da data designada, apenas o advogado da empresa compareceu à audiência designada para a instalação da litiscontestação. Nessa situação, ainda que munido o advogado de procuração regular, estará configurada a revelia e a confissão da empresa representada.

() Certo

() Errado

Questão 21: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Sentença e Coisa Julgada no Processo do Trabalho

No que se refere à sentença trabalhista, assinale a opção correta.

a) Da sentença proferida no procedimento sumaríssimo devem constar, sob pena de nulidade, o relatório, a fundamentação e o dispositivo.

b) A parte que, intimada, não comparecer à audiência em prosseguimento para a prolação da sentença perderá o prazo para recurso.

c) Sendo revel o reclamado, dispensa-se a intimação da sentença.

d) Nos dissídios coletivos, cujo julgamento compete aos tribunais do trabalho, as decisões são denominadas sentenças normativas, cujos efeitos se estendem tanto aos associados do sindicato quanto aos não associados, ou seja, a toda a categoria.

e) O termo lavrado nas conciliações vale como decisão irrecorrível, salvo no que se refere a questões que envolvam a previdência social e pessoas jurídicas de direito público.

Questão 22: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: Liquidação de Sentença Trabalhista

No item seguinte, é apresentada uma situação hipotética acerca da liquidação da sentença e da execução na justiça do trabalho, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Citada para o pagamento do valor apurado em uma execução, a empresa executada constatou que a sentença de liquidação havia sido proferida sem prévia audiência dos litigantes. Antes que tivesse penhorado seus bens, apresentou petição denunciando o equívoco procedimental e requerendo o recolhimento do mandado expedido. Nessa situação, à luz das regras que informam a liquidação da sentença trabalhista, não há vício no procedimento adotado, razão pela qual deverá ser indeferido o requerimento apresentado.

() Certo

() Errado

Questão 23: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: Liquidação de Sentença Trabalhista

No item seguinte, é apresentada uma situação hipotética acerca da liquidação da sentença e da execução na justiça do trabalho, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Em determinada execução de sentença trabalhista, não foram localizados bens pertencentes à empresa executada. Em razão disso, ordenou o magistrado que a penhora incidisse sobre o patrimônio de um dos sócios que exercia a gerência daquela empresa, mas não figurava no título executivo, o que foi regularmente efetivado. Nessa situação, por não figurar no título executivo como responsável pelas obrigações ali definidas, é ilegal a constrição patrimonial realizada, razão por que eventuais embargos opostos deverão ser julgados procedentes.

() Certo

() Errado

Questão 24: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Liquidação de Sentença Trabalhista

No que se refere à liquidação de sentença e à execução trabalhista, assinale a opção correta.

a) Segundo o TST, o sequestro de verbas públicas para satisfação de precatórios trabalhistas só é admitido na hipótese de preterição do direito de precedência do credor, a ela se equiparando as situações de não inclusão da despesa no orçamento ou de não pagamento do precatório até o final do exercício.

b) Nos casos em que o recurso não tenha efeito suspensivo, o reclamante pode pedir a extração da carta de sentença antes que os autos do processo subam à instância superior com o recurso.

c) Os erros de cálculo na sentença não poderão ser corrigidos na liquidação de sentença, visto que esta fase encerra o processo de conhecimento.

d) A liquidação por arbitramento é feita quando a natureza do objeto o exigir, quando determinado por sentença ou quando houver convenção entre as partes, não podendo o juiz, neste último caso, indeferi-la.

e) Em se tratando de execução trabalhista, o TST não admite a penhora sobre a renda mensal ou o faturamento da empresa, sob o fundamento de tal constrição poder comprometer o desenvolvimento regular das atividades da empresa.

Questão 25: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Decadência e Prescrição no Direito Processual do Trabalho

Julgue o item abaixo, referente à prescrição e à decadência no processo do trabalho.

A prescrição não arguida na instância ordinária não poderá constituir fundamento de recurso para a instância superior.

() Certo

() Errado

Questão 26: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Recursos Trabalhistas

No que se refere aos recursos no processo do trabalho, julgue o item seguinte.

O recurso adesivo é compatível com o processo do trabalho, mas a matéria nele veiculada terá de estar relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária.

() Certo

() Errado

Questão 27: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Recursos Trabalhistas

Acerca de recursos, execução trabalhista e dissídio coletivo, julgue o item seguinte.

Segundo entendimento consolidado do TST, recurso sem assinatura deve ser considerado inexistente. Será considerado válido o apelo se assinado, ao menos, na petição de apresentação ou nas razões recursais.

() Certo

() Errado

Questão 28: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: Recursos Trabalhistas

No item a seguir, é apresentada uma situação hipotética acerca dos princípios processuais aplicáveis ao direito processual do trabalho, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Em determinada ação trabalhista, aberta a audiência, constatou o juiz que o preposto que representava a empresa não integrava o seu quadro de empregados, tratando-se apenas do contador – profissional autônomo – que prestava serviços à empresa demandada. Em razão disso, deixou de receber a defesa e os documentos apresentados, informando que estava patenteada a revelia e a confissão ficta da empresa reclamada. Nessa situação, em razão das conseqüências processuais envolvidas, o princípio da ampla defesa autoriza a interposição imediata de agravo de instrumento, como forma de viabilizar o reexame da decisão judicial referida.

Certo

Errado

Questão 29: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: Recursos Trabalhistas

No item subsequente, é apresentada uma situação hipotética acerca dos recursos e ações na justiça do trabalho, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Inconformada com a ordem judicial de pagamento imediato de valor específico, objeto de execução judicial, independentemente da expedição de precatório, determinado estado da Federação impetrou mandado de segurança junto ao tribunal do trabalho competente. Nessa situação, se for denegada a segurança pretendida, o recurso adequado será o ordinário, para o TST.

Certo

Errado

Questão 30: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: Princípios e Pressupostos dos Recursos Trabalhistas

No item a seguir, é apresentada uma situação hipotética acerca dos princípios processuais aplicáveis ao direito processual do trabalho, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Após a penhora de parte de seus bens para a garantia de determinada execução trabalhista, a empresa observou que a execução estava sendo impulsionada – desde o trânsito em julgado da sentença cognitiva – por atos exclusivamente ordenados pelo juiz,

sem que existisse qualquer provocação por parte do exeqüente. A empresa opôs, então, embargos, sustentando a nulidade do processo executivo, pois era inadmissível que o juiz atuasse como advogado da parte credora, com clara ofensa ao princípio do devido processo legal. Nessa situação, se o juiz do trabalho pode dar curso às execuções, independentemente de provocação do credor, não há ofensa ao pressuposto processual subjetivo indicado.

() Certo

() Errado

Questão 31: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Princípios e Pressupostos dos Recursos Trabalhistas

Julgue o seguinte item, relativo aos procedimentos adotados em dissídios individuais da justiça do trabalho.

Conforme entendimento do TST, caso um estado da Federação seja condenado em dissídio individual trabalhista, a decisão condenatória não estará sujeita a reexame necessário se a condenação não ultrapassar o valor correspondente a quinhentos salários mínimos.

() Certo

() Errado

Questão 32: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Recursos em Espécie no Processo do Trabalho

Acerca de recursos, execução trabalhista e dissídio coletivo, julgue o item seguinte.

É cabível recurso ordinário caso o juiz declare a incompetência absoluta em razão da matéria da justiça do trabalho e determine a remessa dos autos à justiça comum.

() Certo

() Errado

Questão 33: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Recursos em Espécie no Processo do Trabalho

Com referência à execução no processo do trabalho e aos seus recursos, julgue o item que se segue.

Conforme entendimento do TST, em caso de violação direta à CF, admite-se interposição de recurso de revista contra acórdão proferido em liquidação de sentença.

() Certo

() Errado

Questão 34: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Execução Trabalhista

Acerca de recursos, execução trabalhista e dissídio coletivo, julgue o item seguinte.

Realizada a hasta pública na execução, o bem deverá ser vendido ao interessado que ofertar o maior lance, e o arrematante deverá garantir o lance com sinal correspondente a 10% do valor inicialmente orçado.

() Certo

() Errado

Questão 35: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Execução Trabalhista

Acerca de recursos, execução trabalhista e dissídio coletivo, julgue o item seguinte.

Segundo entendimento do TST, a fazenda pública, quando condenada subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas devidas pela empregadora principal, não se beneficia da limitação dos juros, prevista no art. 1.º-F da Lei n.º 9.494/1997.

() Certo

() Errado

Questão 36: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Execução Trabalhista

Com referência à execução no processo do trabalho e aos seus recursos, julgue o item que se segue.

Segundo o STF, o prazo de trinta dias para a fazenda pública embargar a execução é constitucional e não ofende os princípios da isonomia e do devido processo legal.

() Certo

() Errado

Questão 37: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Execução Trabalhista

Com referência à execução no processo do trabalho e aos seus recursos, julgue o item que se segue.

É inadmissível a penhora de dinheiro em execução provisória.

() Certo

() Errado

Questão 38: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Ação Rescisória Trabalhista

A respeito da ação rescisória em ações trabalhistas, julgue o item seguinte.

O Ministério Público do Trabalho tem legitimidade para mover ação rescisória na justiça do trabalho, desde que tenha participado como parte nos processos que originaram a sentença rescindenda.

() Certo

() Errado

Questão 39: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Ação Rescisória Trabalhista

A respeito da ação rescisória em ações trabalhistas, julgue o item seguinte.

O jus postulandi na justiça do trabalho autoriza a parte a mover ação rescisória para questionar os termos de uma sentença transitada em julgado sem a necessidade de contratação de um advogado.

() Certo

() Errado

Questão 40: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Ação Rescisória Trabalhista

A respeito da ação rescisória em ações trabalhistas, julgue o item seguinte.

Uma questão processual que seja pressuposto de validade de uma sentença de mérito não poderá ser objeto de ação rescisória.

() Certo

() Errado

Questão 41: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Ação Rescisória Trabalhista

Acerca da ação rescisória no processo laboral, assinale a opção correta.

- a) Conforme o entendimento do TST, não pode uma questão processual ser objeto de rescisão ainda que consista em pressuposto de validade de uma sentença de mérito.
- b) Segundo entendimento do TST, a incompetência absoluta prescinde de prequestionamento para efeito de ação rescisória.
- c) Consoante o entendimento do TST, nas decisões contrárias a entes públicos, não é cabível a remessa de ofício em ação rescisória.
- d) Segundo entendimento do TST, apenas se admite a legitimidade do MP do Trabalho para propor rescisória, caso este ainda não figure como parte no processo que tenha dado origem à decisão rescindenda, ou não tenha sido ouvido no processo em que lhe fosse obrigatória a intervenção, ou a sentença resulte de colusão das partes para fraudar a lei.
- e) Admite-se a propositura da ação rescisória na justiça do trabalho perante os juízos de primeira instância, os tribunais regionais do trabalho e o TST.

Questão 42: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Ação Rescisória Trabalhista

Acerca da jurisprudência do TST relativa a ação rescisória, mandado de segurança e competência na justiça do trabalho, julgue o item a seguir.

Caso se verifique que a parte interessada não tenha juntado à petição inicial o comprovante do trânsito em julgado de decisão objeto de ação rescisória, o relator não deverá indeferir de plano essa ação, devendo abrir prazo para que se junte o referido documento, sob pena de indeferimento.

() Certo

() Errado

Questão 43: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Dissídios Coletivos

Acerca dos procedimentos relativos aos dissídios coletivos, assinale a opção correta.

- a) Segundo entendimento do TST, a legitimidade da entidade sindical para a instauração do dissídio coletivo contra determinada empresa independe de prévia autorização dos trabalhadores da suscitada diretamente envolvidos no conflito.
- b) As decisões proferidas nos autos de dissídios coletivos de natureza econômica e jurídica podem ser revistas até dois anos de sua vigência.
- c) A representação para instaurar dissídio coletivo constitui prerrogativa dos sindicatos e, quando não houver sindicato representativo da categoria econômica ou profissional, a representação deve ser instaurada pelas confederações correspondentes.

d) Segundo entendimento consolidado do TST, é absolutamente necessária a correspondência entre as atividades exercidas pelos setores profissional e econômico para a legitimação dos envolvidos no conflito a ser solucionado por dissídio coletivo.

e) Conforme entendimento do TST, não cabe alegação de ausência de interesse de agir em relação à ação individual caso o direito já tenha sido reconhecido por decisão normativa, visto que a decisão coletiva não tem o condão de repercutir no direito individual.

Questão 44: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Ações Especiais Aplicáveis no Direito do Trabalho

No que diz respeito ao mandado de segurança no processo do trabalho, julgue o próximo item.

Se, após pactuarem acordo em processo trabalhista, as partes requererem, em conjunto, homologação judicial do acordo, e isso não for feito pelo juiz, caberá a impetração de mandado de segurança, já que, em tal situação, não há previsão de cabimento de recurso específico.

() Certo

() Errado

Questão 45: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Ações Especiais Aplicáveis no Direito do Trabalho

No que diz respeito ao mandado de segurança no processo do trabalho, julgue o próximo item.

Se o juiz do trabalho antecipar a tutela antes de proferir a sentença, será possível a impetração de mandado de segurança.

() Certo

() Errado

GABARITO

1) Errado	2) Certo	3) Errado	4) Errado	5) Errado
6) Errado	7) Errado	8) Errado	9) Errado	10) Certo
11) Certo	12) Errado	13) Errado	14) Errado	15) Errado
16) Certo	17) Errado	18) Errado	19) Certo	20) Certo
21) D	22) Certo	23) Errado	24) B	25) Certo
26) Errado	27) Certo	28) Errado	29) Certo	30) Certo
31) Certo	32) Certo	33) Certo	34) Errado	35) Certo
36) Certo	37) Errado	38) Errado	39) Errado	40) Errado
41) B	42) Certo	43) D	44) Errado	45) Certo

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Questão 1: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Princípios constitucionais e gerais do Direito Processual Penal

Acerca das provas, das sentenças e dos princípios do direito processual penal, julgue o item a seguir.

Em razão do princípio constitucional da presunção de inocência, é vedado à autoridade policial mencionar anotações referentes à instauração de inquérito nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados.

Certo

Errado

Questão 2: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Lei processual penal no tempo

No que se refere à lei processual penal no espaço e no tempo, julgue o item que se segue.

A lei processual penal será aplicada desde logo, sem prejuízo da validade dos atos instrutórios realizados sob a vigência de lei processual anterior, salvo se esta for, de alguma maneira, mais benéfica ao réu que aquela.

Certo

Errado

Questão 3: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Lei processual no espaço

No que se refere à lei processual penal no espaço e no tempo, julgue o item que se segue.

A aplicação do princípio da territorialidade, previsto na lei processual penal brasileira, poderá ser afastada se, mediante tratado internacional celebrado pelo Brasil e referendado internamente por decreto, houver disposição que determine, nos casos que ele indicar, a aplicação de norma diversa.

Certo

Errado

Questão 4: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Inquérito Policial (arts. 4º a 23 do CPP)

Considerando as normas referentes ao inquérito policial, julgue o item a seguir.

Segundo as normas processuais penais vigentes, a autoridade policial não pode determinar o arquivamento do inquérito, salvo se o MP, previamente consultado, concordar com tal determinação.

Certo

Errado

Questão 5: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Inquérito Policial (arts. 4º a 23 do CPP)

Considerando as normas referentes ao inquérito policial, julgue o item a seguir.

De acordo com o CPP, qualquer pessoa do povo, ao tomar conhecimento da prática de atos delituosos, deverá comunicá-los à autoridade policial, seja verbalmente, seja por via formal.

Certo

Errado

Questão 6: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Inquérito Policial (arts. 4º a 23 do CPP)

Julgue o item subsequente, a respeito da participação do MP no curso das investigações criminais, na instrução processual e na fase recursal.

Nos termos da legislação processual vigente, o MP não está limitado à prévia instauração de inquéritos policiais para promover ações penais públicas, ainda que a apuração dos crimes seja complexa.

Certo

Errado

Questão 7: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Inquérito Policial (arts. 4º a 23 do CPP)

Acerca das provas, das sentenças e dos princípios do direito processual penal, julgue o item a seguir.

De acordo com a jurisprudência do STF, é vedado ao juiz requisitar novas diligências probatórias caso o MP tenha-se manifestado pelo arquivamento do feito.

Certo

Errado

Questão 8: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Ação penal privada

Com referência às penas e à sua aplicação, julgue o seguinte item.

Por serem os crimes contra a honra, (calúnia, difamação e injúria), independentemente da vítima ofendida, crimes de ação penal privada exclusiva, essa ação só pode ser iniciada

mediante queixa-crime apresentada pela própria vítima, representada por advogado com poderes expressos para tanto.

Certo

Errado

Questão 9: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Ação penal privada

Julgue o item subsequente, no que se refere aos recursos, à ação penal e à competência no processo penal brasileiro.

Em ação penal privada que envolva vários agentes do ato delituoso, é permitido ao querelante, em razão do princípio da disponibilidade, escolher contra quem proporá a queixa-crime, sem que esse fato acarrete a extinção da punibilidade dos demais agentes conhecidos e nela não incluídos.

Certo

Errado

Questão 10: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Critério de Fixação de Competência

Julgue o item subsequente, no que se refere aos recursos, à ação penal e à competência no processo penal brasileiro.

Considere que Cássio, jogador de futebol residente na cidade de Montes Claros – MG, tenha declarado, em entrevista a jornais de circulação local no município de Governador Valadares – MG, que Emílio, árbitro de futebol, recebia dinheiro de agremiações para influenciar os resultados das partidas que arbitrava. Nessa situação hipotética, caso Emílio se considere caluniado e decida defender seus direitos na esfera criminal, ele poderá optar por propor a queixa-crime no foro de Montes Claros – MG.

Certo

Errado

Questão 11: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Do Interrogatório do Acusado (arts. 185 a 196 do CPP)

Acerca das provas, das sentenças e dos princípios do direito processual penal, julgue o item a seguir.

No processo penal, o momento adequado para a especificação de provas pelo réu é a apresentação da resposta à acusação. Entretanto, isso não impede que, por ocasião de seu interrogatório, o réu indique outros meios de prova que deseje produzir.

Certo

Errado

Questão 12: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Do Ministério Público (arts. 257 a 258 do CPP)

Julgue o item subsequente, a respeito da participação do MP no curso das investigações criminais, na instrução processual e na fase recursal.

Conforme jurisprudência pacificada no STJ, a participação de membro do MP na fase investigatória criminal acarreta, por esse fato, a sua suspeição para o oferecimento da respectiva denúncia.

Certo

Errado

Questão 13: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Dos Assistentes (arts. 268 a 273 do CPP)

Julgue o item subsequente, a respeito da participação do MP no curso das investigações criminais, na instrução processual e na fase recursal.

Em conformidade com o que estabelece o CPP, do despacho que admitir ou não o assistente do MP jamais caberá recurso.

Certo

Errado

Questão 14: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Dos Assistentes (arts. 268 a 273 do CPP)

À luz da legislação pertinente e da jurisprudência consolidada nos tribunais superiores, julgue o próximo item, relacionado a normas procedimentais no âmbito penal.

A jurisprudência sumulada do STF veda de modo irrestrito que o assistente do MP maneje recurso extraordinário contra decisão concessiva de habeas corpus.

Certo

Errado

Questão 15: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Dos Assistentes (arts. 268 a 273 do CPP)

Em relação à assistência no processo penal, julgue o item subsecutivo.

O assistente de acusação, de acordo com a jurisprudência do STJ, não tem direito a manejar recurso de apelação que objetive o aumento da pena do sentenciado.

Certo

Errado

Questão 16: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Dos Assistentes (arts. 268 a 273 do CPP)

Em relação à assistência no processo penal, julgue o item subsecutivo.

Segundo a jurisprudência do STJ, o assistente de acusação não detém legitimidade para recorrer de decisão judicial que conceda a suspensão condicional do processo.

Certo

Errado

Questão 17: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Dos Assistentes (arts. 268 a 273 do CPP)

Em relação à assistência no processo penal, julgue o item subsecutivo.

A interveniência do assistente de acusação não é permitida no curso do inquérito policial ou da execução penal.

Certo

Errado

Questão 18: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Das Intimações (arts. 370 a 372 do CPP)

À luz da legislação pertinente e da jurisprudência consolidada nos tribunais superiores, julgue o próximo item, relacionado a normas procedimentais no âmbito penal.

Segundo entendimento consagrado no STF, no processo penal, contam-se os prazos da data da intimação, e não da juntada aos autos da carta precatória.

Certo

Errado

Questão 19: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Fase Decisória e Sentença Penal (arts. 381 a 392 do CPP)

À luz da legislação pertinente e da jurisprudência consolidada nos tribunais superiores, julgue o próximo item, relacionado a normas procedimentais no âmbito penal.

Conforme o CPP, a publicação da sentença se dará, à semelhança do que ocorre no processo cível, no Diário de Justiça, embora o prazo para eventual recurso se inicie a partir da intimação pessoal das partes.

Certo

Errado

Questão 20: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Fase Decisória e Sentença Penal (arts. 381 a 392 do CPP)

Acerca das provas, das sentenças e dos princípios do direito processual penal, julgue o item a seguir.

Considere que Marina tenha sido processada por crime de furto supostamente cometido contra seu primo André e que, após a fase de produção de provas, o MP, convencido de sua inocência, tenha opinado por sua absolvição. Nessa situação hipotética, segundo o Código de Processo Penal, o juiz não poderá proferir sentença condenatória contra Marina.

Certo

Errado

Questão 21: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Nulidades Processuais Penais (arts. 563 a 573 do CPP)

À luz da legislação pertinente e da jurisprudência consolidada nos tribunais superiores, julgue o próximo item, relacionado a normas procedimentais no âmbito penal.

De acordo com a jurisprudência do STF, é absoluta a nulidade que decorre da não observância da competência penal por prevenção, sendo esta passível de arguição em qualquer grau de jurisdição.

Certo

Errado

Questão 22: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Recursos em Espécie

Julgue o item subsequente, no que se refere aos recursos, à ação penal e à competência no processo penal brasileiro.

Contra a decisão que recebe a denúncia cabe recurso em sentido estrito.

Certo

Errado

Questão 23: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Da Apelação (arts. 593 a 603 do CPP)

Julgue o item que se segue, referente aos diversos tipos penais.

Considere a seguinte situação hipotética.

Joaquim foi denunciado pela prática do crime de falsidade ideológica previsto no Código Penal. A inicial acusatória foi recebida em 3/10/2007. O juiz da causa, por meio de sentença publicada em 19/7/2012, condenou o réu à pena de um ano, dez meses e vinte dias de reclusão, em regime semiaberto, mais pagamento de quinze dias-multa. Não houve recurso do MP e a defesa interpôs apelação, alegando a prescrição da pretensão punitiva do Estado.

Nessa situação, deverá o tribunal negar provimento ao apelo.

Certo

Errado

Gabarito

1) Certo	2) Errado	3) Certo	4) Errado	5) Errado	6) Certo
7) Certo	8) Errado	9) Errado	10) Certo	11) Certo	12) Errado
13) Certo	14) Certo	15) Errado	16) Certo	17) Certo	18) Certo
19) Errado	20) Errado	21) Errado	22) Errado	23) Errado	

DIREITO DO TRABALHO

Questão 1: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Princípios do Direito Individual do Trabalho

Com relação ao direito coletivo do trabalho, ao direito individual do trabalho e aos princípios do direito do trabalho, julgue o item a seguir.

O princípio da norma mais favorável, componente do núcleo basilar de princípios especiais do direito do trabalho, em sua visão mais ampla, opera em tríplice dimensão: informadora, interpretativa/normativa e hierarquizante.

Certo

Errado

Questão 2: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Princípios do Direito Individual do Trabalho

Em relação aos direitos dos trabalhadores, julgue o item seguinte, com base no disposto na CF, na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e na jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

O salário do trabalhador pode ser reduzido por convenção ou acordo coletivo de trabalho.

Certo

Errado

Questão 3: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: Princípios do Direito Individual do Trabalho

No item que se segue, é apresentada uma situação hipotética a respeito dos princípios informativos do direito do trabalho, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Ao ser contratado para trabalhar como engenheiro em uma grande empresa da construção civil, Carlos firmou contrato de prestação de serviços, em que estava certificada a sua condição de trabalhador autônomo. Carlos atuava como fiscal das atividades dos demais engenheiros da empresa, nas diversas obras executadas, percebendo pagamentos mensais e comparecendo diariamente ao serviço. Nesse caso, considerando que o contrato firmado configura ato jurídico perfeito e que a intenção das partes deve ser respeitada, o princípio da primazia da realidade impede o reconhecimento da relação de emprego.

Certo

Errado

Questão 4: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: Princípios do Direito Individual do Trabalho

No item que se segue, é apresentada uma situação hipotética a respeito dos princípios informativos do direito do trabalho, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Em determinada reclamação trabalhista na qual foi postulado o pagamento das verbas rescisórias, a tese da defesa ficou centrada na configuração da falta grave de abandono do emprego. Nessa situação, por aplicação do princípio da continuidade da relação de emprego, o abandono alegado será reconhecido se as ausências sem motivo forem superiores a 30 dias e se não houver prova de qualquer circunstância elisiva da presunção de abandono.

Certo

Errado

Questão 5: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Fontes do Direito Individual do Trabalho

Julgue o item seguinte, relativos ao FGTS, à organização sindical e à convenção e ao acordo coletivo de trabalho.

Com base na teoria do conglobamento, o TST tem entendido ser possível que norma coletiva estipule a exclusão da redução ficta da hora noturna caso haja a concessão de outras vantagens mais benéficas ao trabalhador do que as previstas em lei.

Certo

Errado

Questão 6: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Contrato de Trabalho

Acerca do contrato de trabalho, assinale a opção correta.

- a) A onerosidade, um dos requisitos da relação de emprego, consiste no pagamento de salário em pecúnia, e não abrange salário em utilidade.
- b) A exclusividade, que se refere à impossibilidade de o trabalhador acumular vários empregos, sob pena de descaracterizar a relação empregatícia, constitui requisito da relação de emprego.
- c) No direito do trabalho brasileiro, adota-se a teoria segundo a qual a não eventualidade na relação de emprego está relacionada ao empregado, isto é, à necessidade permanente de a prestação de serviço ser habitual, de modo a garantir o emprego do trabalhador.
- d) Na relação de emprego, o trabalho em si não é uma obrigação personalíssima, visto que pode ser executado por outros; personalíssima é a obrigação que decorre do contrato.
- e) A subordinação indireta caracteriza-se pela relação de trabalho de coordenação em que haja subordinação atenuada.

Questão 7: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Contrato de Trabalho

Em relação aos direitos constitucionais dos trabalhadores, à remuneração, à equiparação salarial e à jornada de trabalho, julgue o item a seguir.

Inexistindo cláusula expressa em contrário, a empresa pode exigir do empregado a execução de qualquer atividade compatível com sua condição pessoal, desde que lícita e

dentro da jornada de trabalho. Nesse caso, segundo o TST, não existe justificativa para a percepção de acréscimo salarial em decorrência de eventual exercício concomitante das duas funções na mesma jornada.

Certo

Errado

Questão 8: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Alteração (contrato de trabalho)

Julgue o seguinte item, com base na legislação e no entendimento jurisprudencial dominante do TST.

A gratificação paga em virtude do exercício de determinada função para a qual o empregado tiver sido designado será devida enquanto este permanecer no exercício da função, possuindo natureza salarial. Assim, caso um empregado tivesse assumido função gratificada em abril de 2001 e sido imotivadamente revertido a seu cargo anterior em novembro de 2012, ele deveria deixar de receber o respectivo importe pecuniário da gratificação.

Certo

Errado

Questão 9: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Alteração (contrato de trabalho)

Julgue o seguinte item, com base na legislação e no entendimento jurisprudencial dominante do TST.

O jus variandi é poder do empregador intimamente ligado ao poder diretivo e voltado a situações em que unilateralmente este possa proceder a pequenas alterações no contrato de trabalho, como, por exemplo, o fornecimento e a exigência do uso de equipamento de proteção individual pelo empregado após um ano de labor, uma vez constatado ser insalubre a atividade exercida pelo empregado.

Certo

Errado

Questão 10: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Alteração (contrato de trabalho)

Acerca da suspensão e da alteração do contrato de trabalho, assinale a opção correta.

- a) A suspensão do contrato de trabalho, em virtude da percepção do auxílio-doença, em geral, não impede a fluência da prescrição quinquenal.
- b) É válida qualquer alteração bilateral do contrato de trabalho que não cause prejuízo ao trabalhador, não podendo haver alteração unilateral, ainda que mais benéfica ao obreiro.
- c) Segundo entendimento do TST, é admissível norma coletiva que retire a natureza salarial do tíquete-refeição, mesmo que o regulamento da empresa preveja sua natureza salarial.
- d) O empregador que nunca tenha exigido, na relação de contrato de trabalho, o uso de uniforme só poderá fazê-lo por convenção ou acordo coletivo.
- e) Durante o período de suspensão do contrato de trabalho, como não presta serviço nem recebe salário do empregador, o empregado está livre para praticar atos que autorizariam a aplicação de justa causa.

Questão 11: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Suspensão e Interrupção (contrato de trabalho)

Julgue o seguinte item, com base na legislação e no entendimento jurisprudencial dominante do TST.

O afastamento da atividade laboral que enseja recebimento de auxílio-doença previdenciário caracteriza hipótese de suspensão do contrato de trabalho. Cessado o prazo de vigência desse benefício e não havendo prorrogação, o empregado deverá se apresentar nas quarenta e oito horas seguintes ao término desse prazo, ou justificar sua impossibilidade de retorno ao empregador, sob pena de se caracterizar justa causa para demissão.

Certo

Errado

Questão 12: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: Suspensão e Interrupção (contrato de trabalho)

No item seguinte, é apresentada uma situação hipotética acerca do contrato de trabalho, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Ao descer do ônibus quando chegava ao local de trabalho, Mara acabou sofrendo uma queda, que resultou em lesão a um dos seus tornozelos. Dirigiu-se, então, ao médico da empresa e obteve licença-médica de quinze dias. Nessa situação, o contrato de trabalho de Mara estará interrompido durante o período da licença.

Certo

Errado

Questão 13: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: Suspensão e Interrupção (contrato de trabalho)

Em busca de melhor qualidade de vida, Mário resolveu mudar-se da cidade de Brasília – DF para Manaus – AM. Comunicou essa intenção a seu empregador, com o qual mantinha contrato de trabalho há dois anos e meio, solicitando seu desligamento imediato do emprego. Como não tinha substituto imediato para ocupar a função de Mário, o empregador solicitou-lhe que cumprisse regularmente o aviso prévio, o que acabou não ocorrendo.

A partir dessa situação, e considerando as hipóteses de rescisão do contrato de trabalho, seus efeitos e demais aspectos envolvidos, julgue o seguinte item.

A rescisão do contrato de trabalho de Mário deverá, obrigatoriamente, ser homologada pelo sindicato profissional da categoria, em 10 dias contados da data da notificação da demissão, sob pena de incidência de multa de caráter administrativo e de multa reversível ao empregado, essa última no importe equivalente ao valor de seu salário.

Certo

Errado

Questão 14: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Trabalho Temporário

Com relação ao direito coletivo do trabalho, ao direito individual do trabalho e aos princípios do direito do trabalho, julgue o item a seguir.

O contrato de trabalho temporário e a terceirização são formas de contratação por interposta pessoa mediante a constituição de um relacionamento triangular: contratante, intermediário e contratado. Para a validade de ambas, o trabalho realizado pelo empregado não deve destinar-se à atividade fim da empresa.

Certo

Errado

Questão 15: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Remuneração

Em relação aos direitos constitucionais dos trabalhadores, à remuneração, à equiparação salarial e à jornada de trabalho, julgue o item a seguir.

Na hipótese de um estado da Federação contratar empregado público para cumprir jornada de trabalho reduzida, o TST entende ser lícita a remuneração inferior ao salário mínimo, se proporcional à jornada por ele cumprida.

Certo

Errado

Questão 16: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Componentes Remuneratórios

No que se refere a salário e remuneração, assinale a opção correta.

a) A natureza do vale transporte é salarial, uma vez que este se destina a cobrir as despesas de deslocamento do trabalhador entre sua residência e o trabalho e vice-versa.

b) Se o empregador presentear mensalmente o empregado com roupas novas para uso social, o vestuário terá natureza salarial, visto que não é destinado ao trabalho.

- c) Se o empregado receber quantitativo de diárias que ultrapasse a 50% do seu salário, apenas essa parte excedente terá natureza salarial, e não todo o quantitativo das diárias.
- d) A lei trabalhista protege o salário do empregado em face do empregador, mas não, contra credores, seja do empregado seja do empregador, visto que as relações cíveis repercutem no âmbito trabalhista, podendo incidir sobre a remuneração do empregado.
- e) Remuneração corresponde ao pagamento direto feito pelo empregador ao empregado pelos serviços prestados.

Questão 17: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Equiparação Salarial

Em relação aos direitos constitucionais dos trabalhadores, à remuneração, à equiparação salarial e à jornada de trabalho, julgue o item a seguir.

Segundo entendimento do TST, não há direito a equiparação salarial no caso de o pessoal de empresa pública estar organizado em quadro de carreira aprovado por ato administrativo do presidente da empresa.

Certo

Errado

Questão 18: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Jornada de Trabalho

Julgue o seguinte item, com base na legislação e no entendimento jurisprudencial dominante do TST.

Considere a seguinte situação hipotética.

Em determinado município, o sindicato das empresas de transportes coletivos e o sindicato dos empregados do sistema de transporte coletivo firmaram convenção coletiva da categoria em que, entre várias cláusulas, se autorizou a compensação de jornada de trabalho, sempre mediante acordo coletivo.

Nessa situação hipotética, será lícito o acordo individual escrito entabulado entre uma empresa de transporte coletivo do referido município e alguns de seus empregados para a compensação de jornada laborada em dias de domingo.

Certo

Errado

Questão 19: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Jornada de Trabalho

A respeito da duração do trabalho, assinale a opção correta, de acordo com o entendimento jurisprudencial do TST.

- a) A mera insuficiência de transporte público enseja o pagamento de horas in itinere.
- b) As horas de sobreaviso dos eletricitários são remuneradas à base de um terço sobre o total das parcelas de natureza salarial.
- c) A limitação legal da jornada suplementar a duas horas diárias exime o empregador de pagar todas as horas trabalhadas.
- d) É inválida a jornada de doze horas trabalhadas por trinta e seis horas de descanso, ainda que ajustada em convenção coletiva de trabalho.
- e) Caso um empregado seja contratado para receber por hora trabalhada e seja submetido a turnos ininterruptos de revezamento, se a jornada de trabalho for alterada de 8 horas para 6 horas diárias, deve-se aplicar o divisor 220 para que não haja perda salarial em relação ao mensalista.

Questão 20: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Intervalos (trabalho)

Em relação aos direitos dos trabalhadores, julgue o item seguinte, com base no disposto na CF, na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e na jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

O repouso semanal deve ser remunerado e concedido, preferencialmente, aos domingos.

Certo

Errado

Questão 21: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Férias (trabalho)

Assinale a opção correta no que diz respeito a férias.

- a) Constatada a culpa recíproca na rescisão do contrato de trabalho, é devida ao empregado metade das férias proporcionais.
- b) De acordo com a legislação trabalhista, as férias serão concedidas por ato do empregador, no mês de escolha do empregado.
- c) As férias correspondem ao descanso anual remunerado que o trabalhador deve usufruir, independentemente de aquisição desse direito.
- d) Para cada mês ou fração superior a dez dias de trabalho, o empregado tem o direito a um doze avos de férias.
- e) Conforme entendimento do TST, são devidas férias proporcionais ao empregado demitido por justa causa.

Questão 22: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Trabalho Noturno

Acerca dos direitos constitucionais dos trabalhadores, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), da prescrição e decadência e de assuntos correlatos, julgue o item que se segue.

As horas extraordinárias e as horas noturnas devem ser remuneradas com adicional mínimo de 50% sobre o valor da hora normal de trabalho.

Certo

Errado

Questão 23: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Extinção do Contrato de Trabalho

No que concerne a rescisão do contrato de trabalho, indenizações e aviso prévio, julgue o item que se segue.

O empregado tem direito a aderir a plano de demissão voluntária instituído por seu empregador no curso do seu aviso prévio.

Certo

Errado

Questão 24: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Extinção do Contrato de Trabalho

No que concerne a rescisão do contrato de trabalho, indenizações e aviso prévio, julgue o item que se segue.

Segundo o TST, na hipótese de uma relação de emprego ter sido reconhecida apenas em juízo, não incidirá a multa pelo não pagamento das parcelas constantes do instrumento de rescisão ou recibo de quitação no prazo legal.

Certo

Errado

Questão 25: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Extinção do Contrato de Trabalho

No que concerne a rescisão do contrato de trabalho, indenizações e aviso prévio, julgue o item que se segue.

Segundo o entendimento do TST, a ausência do pagamento das verbas rescisórias, por si só, é motivo suficiente para caracterizar a ocorrência de danos morais, mormente quando o empregador reconhecer a omissão.

Certo

Errado

Questão 26: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Formas de Ruptura do Contrato de Trabalho

No que se refere à rescisão do contrato de trabalho e ao aviso prévio, assinale a opção correta.

- a) Extinta a empresa, ocorrerá automaticamente a rescisão do contrato de trabalho, sem que esta decorra de iniciativa do empregador, não sendo devido, portanto, o aviso prévio.
- b) Dado o aviso prévio, a rescisão do contrato de trabalho torna-se imediatamente efetivada.
- c) Durante o prazo do aviso prévio concedido pelo empregador, o horário de trabalho do empregado poderá, à sua concordância, ser reduzido em duas horas semanais.
- d) Se um contrato a termo for ajustado por dois anos e o empregador dispensar, por sua iniciativa e sem justa causa, o empregado ao término do primeiro ano, este fará jus a indenização correspondente a seis meses de remuneração, além das demais verbas rescisórias devidas.
- e) Ato lesivo à honra ou à boa fama praticado no serviço pelo empregado contra qualquer pessoa configura hipótese de rescisão indireta.

Questão 27: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: Aviso Prévio

Em busca de melhor qualidade de vida, Mário resolveu mudar-se da cidade de Brasília – DF para Manaus – AM. Comunicou essa intenção a seu empregador, com o qual mantinha contrato de trabalho há dois anos e meio, solicitando seu desligamento imediato do emprego. Como não tinha substituto imediato para ocupar a função de Mário, o empregador solicitou-lhe que cumprisse regularmente o aviso prévio, o que acabou não ocorrendo.

A partir dessa situação, e considerando as hipóteses de rescisão do contrato de trabalho, seus efeitos e demais aspectos envolvidos, julgue o seguinte item.

Por se tratar de direito irrenunciável do empregado, o aviso prévio deverá ser pago a Mário juntamente com as demais verbas rescisórias devidas.

Certo

Errado

Questão 28: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Garantias Provisórias de Emprego

Em relação aos direitos dos trabalhadores, julgue o item seguinte, com base no disposto na CF, na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e na jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

À empregada gestante é assegurada estabilidade desde a confirmação da gravidez até cento e vinte dias após o parto.

Certo

Errado

Questão 29: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço)

Conforme a jurisprudência dominante do TST, a CF e a legislação pertinente, julgue o item que se segue.

Não há incidência do fundo de garantia do tempo de serviço sobre o valor pago a título de ajuda de custo, participação em lucros ou resultados e férias indenizadas. Por outro lado, há manutenção da incidência dessa contribuição em algumas hipóteses de suspensão do contrato de trabalho, como, por exemplo, em caso de afastamento para a prestação do serviço militar obrigatório.

Certo

Errado

Questão 30: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço)

Acerca dos direitos constitucionais dos trabalhadores, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), da prescrição e decadência e de assuntos correlatos, julgue o item que se segue.

O empregado afastado do emprego não tem direito às vantagens concedidas, durante a sua ausência, à categoria que integra na empresa.

Certo

Errado

Questão 31: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço)

Em busca de melhor qualidade de vida, Mário resolveu mudar-se da cidade de Brasília – DF para Manaus – AM. Comunicou essa intenção a seu empregador, com o qual mantinha contrato de trabalho há dois anos e meio, solicitando seu desligamento imediato do emprego. Como não tinha substituto imediato para ocupar a função de Mário, o empregador solicitou-lhe que cumprisse regularmente o aviso prévio, o que acabou não ocorrendo.

A partir dessa situação, e considerando as hipóteses de rescisão do contrato de trabalho, seus efeitos e demais aspectos envolvidos, julgue o seguinte item.

Ao se recusar a cumprir o aviso prévio, causando transtornos ao empregador, Mário praticou a falta grave de indisciplina, pelo que não faz jus à percepção da indenização de 40 % do FGTS.

Certo

Errado

Questão 32: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço)

Julgue o item seguinte, relativos ao FGTS, à organização sindical e à convenção e ao acordo coletivo de trabalho.

Compete ao Ministério da Fazenda fiscalizar o cumprimento, pelos empregadores, da exigência de depósitos mensais do percentual referente ao FGTS.

Certo

Errado

Questão 33: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Proteção do Trabalho da Mulher

Acerca dos direitos constitucionais dos trabalhadores, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), da prescrição e decadência e de assuntos correlatos, julgue o item que se segue.

Pode ser exigido da mulher, para a admissão ou para a permanência no emprego, atestado ou exame de qualquer natureza para a comprovação de esterilidade ou de gravidez, dado o direito do empregador de ser informado da situação da mulher para eventual concessão de benefícios relacionados à condição de gravidez.

Certo

Errado

Questão 34: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Responsabilidade Trabalhista

Julgue o seguinte item, com base na legislação e no entendimento jurisprudencial dominante do TST.

Caso a Secretaria de Estado da Fazenda do DF tenha sob suas ordens, mediante contrato, empresa de prestação de serviços de vigilância armada em suas agências, para proteção de seu patrimônio, o DF poderá ser subsidiariamente responsável pelo pagamento do adicional de periculosidade aos vigilantes da empresa contratada, se ficar evidenciada a ausência de fiscalização do referido órgão no cumprimento de tal obrigação.

Certo

Errado

Questão 35: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Sucessão Trabalhista

Julgue o seguinte item, com base na legislação e no entendimento jurisprudencial dominante do TST.

Conforme a CLT, a mudança na propriedade da empresa não afetará os contratos de trabalho, no entanto, em caso de falência, não se aplicará tal regra, porque a compra de empresa falida não obriga o arrematante nas obrigações do devedor. Assim, se

determinada empresa alienar seus ativos em virtude de processo de falência, sendo o arrematante primo do sócio da sociedade falida, não haverá sucessão do arrematante nas obrigações trabalhistas do devedor.

Certo

Errado

Questão 36: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Sucessão Trabalhista

Em relação ao empregador e à solidariedade no direito do trabalho, assinale a opção correta.

a) Conforme entendimento do TST, o sucessor responde diretamente por débitos trabalhistas de empresa não adquirida, integrante do mesmo grupo econômico da empresa sucedida, ainda que, à época, a empresa devedora direta fosse solvente ou idônea economicamente.

b) Nos contratos de subempreitada, o subempreiteiro responde pelas obrigações derivadas do contrato de trabalho que celebrar, não cabendo, entretanto, aos empregados o direito de reclamação contra o empreiteiro principal pelo não cumprimento, pelo primeiro, daquelas obrigações.

c) A administração pública pode ser considerada empregadora para fins trabalhistas, independentemente de incidência de concurso público, dada a natureza contratual da relação celetista.

d) Independentemente de ajuste em contrário, o serviço prestado para várias empresas de um mesmo grupo econômico, durante a mesma jornada de trabalho, caracteriza a coexistência de mais de um contrato de trabalho.

e) De acordo com o TST, caso haja desmembramento de município, cada uma das novas entidades deverá ser responsável pelas obrigações trabalhistas referentes ao período que foram realmente empregadores.

Questão 37: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Direito Coletivo do Trabalho

Acerca do direito coletivo do trabalho e do direito de greve, assinale a opção correta.

a) De acordo com entendimento atualizado do STF, a norma que prevê o direito de greve dos servidores públicos é de eficácia limitada, dependendo o exercício desse direito de norma infraconstitucional.

b) Sindicato é entidade de direito social que não pode sofrer interferência estatal acerca de sua fundação, ressalvado o registro no Ministério do Trabalho e Emprego, para fins de aquisição de personalidade jurídica civil.

c) O sindicato da categoria econômica é formado pela existência de similitude de vida oriunda da profissão ou trabalho em comum.

d) Acordo coletivo de trabalho é o instrumento normativo pactuado entre sindicatos de categorias opostas que visam estipular condições de trabalho aplicáveis, no âmbito das respectivas representações, às relações individuais de trabalho.

e) Segundo o TST, as cláusulas normativas dos acordos coletivos integram os contratos individuais de trabalho e somente poderão ser modificadas ou suprimidas mediante nova negociação coletiva de trabalho.

Questão 38: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: Princípios do Direito Coletivo do Trabalho

No item que se segue, é apresentada uma situação hipotética a respeito dos princípios informativos do direito do trabalho, seguida de uma assertiva a ser julgada.

No contrato de trabalho firmado entre Jonas e sua empregadora, ficou acertado que o adicional destinado a remunerar as eventuais horas extras prestadas seria de 75%. Depois de dois anos, o sindicato representativo de sua categoria profissional firmou com o sindicato patronal convenção coletiva de trabalho, na qual foi fixado que aquele adicional seria de 50% para as horas extras prestadas. Nessa situação, há que se considerar que o contrato de trabalho firmado por Jonas foi automaticamente alterado, independentemente de sua vontade, por aplicação do princípio do conglobamento, resultante da autonomia negocial coletiva reconhecida aos sindicatos em nível constitucional.

Certo

Errado

Questão 39: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Espécies. Sindicatos. Federações. Confederações

Julgue o item seguinte, relativos ao FGTS, à organização sindical e à convenção e ao acordo coletivo de trabalho.

Uma categoria profissional similar ou conexas pode se dissociar do sindicato principal no âmbito do mesmo município, para formar um sindicato específico, desde que a nova entidade ofereça possibilidade de vida associativa regular e de ação sindical eficiente.

Certo

Errado

Questão 40: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Negociação Coletiva (convenções)

Com relação ao direito coletivo do trabalho, ao direito individual do trabalho e aos princípios do direito do trabalho, julgue o item a seguir.

A convenção coletiva de trabalho, acordo de caráter normativo reconhecido de forma expressa pela CLT, é enunciada pela CF como fonte capaz de estabelecer normas e condições de trabalho, mediante a flexibilização de direitos fundamentais dos trabalhadores, como salários e duração do trabalho.

Certo

Errado

Questão 41: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Negociação Coletiva (convenções)

Julgue o item seguinte, relativos ao FGTS, à organização sindical e à convenção e ao acordo coletivo de trabalho.

O TST tem autorizado a formalização de acordo diretamente entre as partes interessadas – empregados e empresa – no caso de o sindicato representativo da categoria, instado a participar da negociação coletiva, não tomar nenhuma medida negocial.

Certo

Errado

Questão 42: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Greve

Com relação ao direito coletivo do trabalho, ao direito individual do trabalho e aos princípios do direito do trabalho, julgue o item a seguir.

Greve é causa de suspensão do contrato de trabalho e somente pode ser utilizada após ser frustrada a negociação ou a arbitragem direta e pacífica, sob pena de ser considerada abusiva. Ademais, a comunicação acerca de sua decisão, no caso de atividade essencial, deve ser previamente feita aos empregadores e usuários do serviço no prazo mínimo de setenta e duas horas.

Certo

Errado

Questão 43: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Greve

Acerca dos direitos constitucionais dos trabalhadores, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), da prescrição e decadência e de assuntos correlatos, julgue o item que se segue.

O exercício do direito de greve em serviços essenciais exige da entidade sindical ou dos trabalhadores, conforme o caso, a prévia comunicação da paralisação dos trabalhos ao empregador e, ainda, aos usuários dos serviços, no prazo mínimo de setenta e duas horas, sob pena de o movimento grevista ser considerado abusivo.

Certo

Errado

Questão 44: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Direito Internacional do Trabalho

Conforme a jurisprudência dominante do TST, a CF e a legislação pertinente, julgue o item que se segue.

De acordo com a CF, a associação sindical é livre e a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, razão por que ocorreu a ratificação da Convenção

87 da Organização Internacional do Trabalho no Brasil, que trata da liberdade sindical e proteção do direito de sindicalização.

Certo

Errado

Questão 45: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto:

No item seguinte, é apresentada uma situação hipotética acerca do contrato de trabalho, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Contratados sem prévia aprovação em concurso público, José e outros 200 trabalhadores exerciam a função de gari (varredor de rua) em determinada empresa pública estadual. Entretanto, por força de decisão judicial proferida em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho, José e outros trabalhadores foram dispensados, sob o fundamento de que não se haviam submetido a prévia aprovação em concurso público. Nessa situação, se houver nos autos prova de que as contratações foram feitas de modo impessoal, sem quaisquer critérios políticos, a decisão judicial terá sido equivocada, pois os contratos de trabalho não poderiam ser declarados nulos.

Certo

Errado

Questão 46: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto:

No item seguinte, é apresentada uma situação hipotética acerca do contrato de trabalho, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Contratado em caráter experimental por 90 dias, Márcio teve prorrogado por mais 30 dias o período de vigência do contrato. Nessa situação, se for dispensado ao final desse segundo período, ainda que por inaptidão para a função ocupada, Márcio terá celebrado contrato de trabalho por prazo indeterminado.

Certo

Errado

Questão 47: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto:

No item seguinte, é apresentada uma situação hipotética acerca do contrato de trabalho, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Paula trabalhava como vendedora em uma farmácia, auferindo salário equivalente ao mínimo legal, além de comissões. Sua jornada era de seis horas diárias, entre as segundas e sextas-feiras. Em razão de problemas de saúde, o proprietário da farmácia resolveu vendê-la a terceiro. Nessa situação, operada a sucessão de empregadores, a jornada de trabalho de Paula poderá ser ampliada a 44 horas semanais, a critério do novo titular do empreendimento, sem que se configure alteração contratual ilícita.

Certo

Errado

Questão 48: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto:

No item seguinte, é apresentada uma situação hipotética acerca do contrato de trabalho, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Após receber duas advertências de seu empregador, geradas por ausências injustificadas ao trabalho, Fausto reincidiu na conduta, pelo que foi suspenso por 5 dias. Nessa situação, configurado o rigor excessivo do empregador, Fausto poderá considerar rescindido indiretamente o contrato, cobrando em juízo as verbas rescisórias devidas.

Certo

Errado

Questão 49: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto:

No item subseqüente, é apresentada uma situação hipotética acerca da jornada de trabalho e do trabalho noturno, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Na função de vigia noturno, Hugo cumpria jornada em escala de revezamento de 12 horas de trabalho por 36 de descanso, tal como prevista em convenção coletiva de trabalho (CCT). Nessa situação, havendo previsão na CCT de que o labor prestado nos limites horários referidos não ensejaria direito à percepção de horas extras, será inviável ao Poder Judiciário editar qualquer condenação a tal título.

Certo

Errado

Questão 50: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto:

No item subseqüente, é apresentada uma situação hipotética acerca da jornada de trabalho e do trabalho noturno, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Tomaz trabalha no horário de 14 horas às 22 h, com 1 hora de intervalo e uma folga semanal, na função de gerente de posto de gasolina. Nessa situação, Tomaz faz jus à percepção de adicional noturno incidente sobre 1 hora diária, cujo valor corresponderá a 20 % do valor do salário-hora auferido.

Certo

Errado

Questão 51: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto:

Em busca de melhor qualidade de vida, Mário resolveu mudar-se da cidade de Brasília – DF para Manaus – AM. Comunicou essa intenção a seu empregador, com o qual mantinha contrato de trabalho há dois anos e meio, solicitando seu desligamento imediato do emprego. Como não tinha substituto imediato para ocupar a função de Mário, o empregador solicitou-lhe que cumprisse regularmente o aviso prévio, o que acabou não ocorrendo.

A partir dessa situação, e considerando as hipóteses de rescisão do contrato de trabalho, seus efeitos e demais aspectos envolvidos, julgue o seguinte item.

De acordo com a situação relatada, as verbas rescisórias devidas a Mário deverão alcançar, necessariamente, entre outros direitos eventuais, férias proporcionais com adicional de um terço e gratificação natalina proporcional.

Certo

Errado

Gabarito

1) Certo	2) Certo	3) Errado	4) Certo	5) Certo	6) D
7) Certo	8) Errado	9) Certo	10) A	11) Errado	12) Certo
13) Certo	14) Errado	15) Errado	16) B	17) Errado	18) Errado
19) B	20) Certo	21) A	22) Errado	23) Certo	24) Errado
25) Errado	26) D	27) Errado	28) Errado	29) Certo	30) Errado
31) Errado	32) Errado	33) Errado	34) Certo	35) Errado	36) E
37) E	38) Certo	39) Certo	40) Certo	41) Certo	42) Certo
43) Certo	44) Errado	45) Errado	46) Certo	47) Errado	48) Errado
49) Certo	50) Errado	51) Certo			

DIREITO TRIBUTÁRIO

Questão 1: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (CF/1988 e CTN)

Considerando que uma autarquia federal que não vise à exploração da atividade econômica e não cobre tarifa ou preço por serviços prestados tenha adquirido um prédio para instalação de sua administração no DF, julgue o item que se segue, relativo a essa situação hipotética, à competência tributária e às regras de limitação dessa competência.

O DF pode conceder remissão de ICMS a empresários, de forma autônoma e independente de autorização de qualquer órgão federal, dado que a CF lhe garantiu competência plena.

() Certo

() Errado

Questão 2: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (CF/1988 e CTN)

Paulo e Jorge, residentes em Goiânia – GO e sem endereço fixo no DF, iniciaram um negócio de vendas de veículos em uma sala no DF para moradores tanto do DF quanto de outros estados, sendo as operações comerciais todas feitas a pedido de clientes que deixavam seus veículos para venda. Após denúncia, o fisco do DF constatou que as operações de venda dos veículos estavam sendo feitas sem o pagamento do respectivo tributo e que não havia inscrição no cadastro fiscal de qualquer sociedade empresária para a realização de tais operações.

Considerando a situação hipotética acima apresentada, julgue o seguinte item.

A espécie de tributo gerado em função da operação, inclusive da venda de veículos para pessoas de fora do DF, é o ICMS, dada a existência efetiva de circulação de mercadorias.

Certo

Errado

Questão 3: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (CF/1988 e CTN)

A respeito da concessão, pelos entes da Federação, de benefício fiscal em relação ao ICMS, julgue o item subsecutivo.

Não há obrigatoriedade de a concessão de benefícios fiscais ser feita por lei complementar estadual.

Certo

Errado

Questão 4: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (CF/1988 e CTN)

A respeito da concessão, pelos entes da Federação, de benefício fiscal em relação ao ICMS, julgue o item subsecutivo.

De acordo com a CF, cabe a lei complementar regular a forma como, mediante deliberação dos estados e do DF, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.

Certo

Errado

Questão 5: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (CF/1988 e CTN)

A respeito da concessão, pelos entes da Federação, de benefício fiscal em relação ao ICMS, julgue o item subsecutivo.

Sendo o ICMS um tributo estadual, a concessão de benefícios fiscais a ele relacionada deve ser feita por meio de atos administrativos normativos, como decretos.

Certo

Errado

Questão 6: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (CF/1988 e CTN)

A respeito da concessão, pelos entes da Federação, de benefício fiscal em relação ao ICMS, julgue o item subsecutivo.

Por ser um tributo de importância nacional, o ICMS só pode ser concedido pelos entes da Federação mediante autorização do Senado Federal, ao qual cabe, inclusive, prescrever suas alíquotas em determinados casos.

() Certo

() Errado

Questão 7: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (CF/1988 e CTN)

Julgue o item a seguir, que versam sobre a aplicação das normas constitucionais relativas ao ICMS.

Se uma indústria sediada em Manaus adquire insumos importados isentos de ICMS e se, na venda, seu produto é tributável, então ela poderá creditar-se de ICMS presumido pela aquisição isenta, para efeito de pagamento desse imposto.

() Certo

() Errado

Questão 8: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (CF/1988 e CTN)

Julgue o item a seguir, que versam sobre a aplicação das normas constitucionais relativas ao ICMS.

Se determinado carregamento de gasolina é proveniente de extração no Rio de Janeiro, porém refinado em São Paulo e consumido no estado do Amazonas, a integralidade do ICMS incidente será destinada ao estado do Amazonas.

() Certo

() Errado

Questão 9: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (CF/1988 e CTN)

Julgue o item a seguir, que versam sobre a aplicação das normas constitucionais relativas ao ICMS.

A Constituição Federal somente permite impostos sobre combustíveis com alíquotas ad valorem.

Certo

Errado

Questão 10: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (CF/1988 e CTN)

Julgue o item a seguir, que versam sobre a aplicação das normas constitucionais relativas ao ICMS.

Caso um contribuinte de Manaus exporte para o exterior produtos para cuja produção tenha adquirido insumos tributados com ICMS, ele terá direito ao aproveitamento dos respectivos créditos obtidos nas aquisições dos insumos.

Certo

Errado

Questão 11: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA (CF/1988 e CTN)

Relativamente às normas constitucionais aplicáveis ao IPVA, julgue o item que se segue.

Ao Senado Federal cabe definir a alíquota máxima que cada estado pode aplicar ao IPVA.

Certo

Errado

Questão 12: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA (CF/1988 e CTN)

Relativamente às normas constitucionais aplicáveis ao IPVA, julgue o item que se segue.

É admissível que o estado do Amazonas estabeleça diferenciação de alíquotas para veículos exatamente iguais, desde que destinados a finalidades diferentes.

Certo

Errado

Questão 13: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis - ITBI (CF/1988 e CTN)

Devido à necessidade de atender às despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública, o DF promulgou lei instituindo empréstimo compulsório incidente sobre a

transmissão de bens incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item subsequente.

Se, em lugar do empréstimo compulsório, o DF instituisse, em idêntica situação, a incidência de ITBI, tal tributação seria adequada do ponto de vista constitucional.

() Certo

() Errado

Questão 14: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Contribuições Especiais (CF/1988)

Considerando que uma autarquia federal que não vise à exploração da atividade econômica e não cobre tarifa ou preço por serviços prestados tenha adquirido um prédio para instalação de sua administração no DF, julgue o item que se segue, relativo a essa situação hipotética, à competência tributária e às regras de limitação dessa competência.

O DF pode instituir contribuições parafiscais, inclusive destinadas à intervenção no domínio econômico, desde que o faça por lei complementar.

() Certo

() Errado

Questão 15: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar (arts. 150 a 152 da CF)

Considerando que uma autarquia federal que não vise à exploração da atividade econômica e não cobre tarifa ou preço por serviços prestados tenha adquirido um prédio para instalação de sua administração no DF, julgue o item que se segue, relativo a essa situação hipotética, à competência tributária e às regras de limitação dessa competência.

Caso o prédio em questão seja vendido para uma pessoa física, essa operação ficará sujeita ao pagamento de ITBI, uma vez que a limitação do poder de tributar não mais se aplicará.

() Certo

() Errado

Questão 16: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Princípios Tributários

Considerando que uma autarquia federal que não vise à exploração da atividade econômica e não cobre tarifa ou preço por serviços prestados tenha adquirido um prédio

para instalação de sua administração no DF, julgue o item que se segue, relativo a essa situação hipotética, à competência tributária e às regras de limitação dessa competência.

Na hipótese considerada, o DF não poderá cobrar IPTU do prédio da autarquia federal em razão do princípio da uniformidade.

() Certo

() Errado

Questão 17: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Princípios Tributários

Decreto distrital X estipulou alíquota de IPTU em 0,3% para imóveis edificados com fins exclusivamente residenciais. Posteriormente, em razão da valorização do mercado imobiliário, foi editado o decreto distrital Y, que majorou o valor venal dos imóveis e alterou a alíquota de IPTU para 0,5%.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item seguinte.

A hipótese em questão se refere a imposto cobrado com base em aspectos subjetivos do contribuinte, isto é, com base em elementos que dimensionam sua capacidade econômica para contribuir.

() Certo

() Errado

Questão 18: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Princípios Tributários

Decreto distrital X estipulou alíquota de IPTU em 0,3% para imóveis edificados com fins exclusivamente residenciais. Posteriormente, em razão da valorização do mercado imobiliário, foi editado o decreto distrital Y, que majorou o valor venal dos imóveis e alterou a alíquota de IPTU para 0,5%.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item seguinte.

Se a alteração da base de cálculo do IPTU em apreço decorresse de simples atualização monetária do valor venal do imóvel, não haveria infringência ao princípio da reserva legal.

() Certo

() Errado

Questão 19: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Princípios Tributários

Considerando que o agente da autoridade da administração tributária lavre auto de infração e apreensão, com retenção de bens, contra determinada empresa, julgue o seguinte item.

Conforme entendimento do STF, na hipótese narrada, a lavratura de auto de infração e apreensão, com retenção de bens, configura meio coercitivo admissível para a cobrança de tributo.

() Certo

() Errado

Questão 20: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Princípios Tributários

Julgue o seguinte item, a respeito do IPTU, do ICMS e de isenção tributária.

É inconstitucional a isenção de tributo estadual fundada em tratado internacional ratificado pelo presidente da República.

() Certo

() Errado

Questão 21: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Imunidades Tributárias

A respeito da concessão, pelos entes da Federação, de benefício fiscal em relação ao ICMS, julgue o item subsecutivo.

Consideram-se benefícios fiscais as imunidades previstas na CF.

() Certo

() Errado

Questão 22: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Imunidades Tributárias

Com relação à imunidade, julgue o item que se segue.

A imunidade tributária recíproca não é extensiva às empresas públicas.

() Certo

() Errado

Questão 23: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Imunidades Tributárias

Com relação à imunidade, julgue o item que se segue.

As taxas são alcançadas pelas imunidades constitucionais previstas para as entidades de educação.

() Certo

() Errado

Questão 24: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Disposições Gerais dos Tributos (arts. 2º ao 5º do CTN)

A respeito das competências tributárias, assinale a opção correta.

a) Por ser tributo vinculado, a contribuição de melhoria somente pode ser exigida quando realizada obra pública que proporcione a valorização de imóvel de propriedade do contribuinte, estando sua cobrança limitada pelo valor global da obra pública e, concomitantemente, pelo valor do benefício econômico auferido pelo contribuinte.

b) As contribuições sociais gerais são fundadas na CF e, diferentemente das contribuições sociais de financiamento da seguridade social, devem ser instituídas por meio de leis complementares.

c) As taxas de serviço podem ser exigidas em virtude da mera disponibilidade do serviço público específico e divisível e, no caso de serviços de natureza compulsória, a sua cobrança independe da efetiva prestação da atividade pelo Estado ao contribuinte.

d) A denominação do tributo, assim como a destinação do produto da sua arrecadação, é irrelevante para a identificação da espécie tributária e do regime jurídico a ela aplicável.

e) São pressupostos dos empréstimos compulsórios a ocorrência de calamidade pública, guerra, investimento público urgente e de relevante interesse nacional, e uma conjuntura econômica que exija a absorção temporária de poder aquisitivo, exigindo-se, em todos os casos, aprovação por lei complementar.

Questão 25: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Obrigação Tributária (art. 113 do CTN)

Considerando os limites ao exercício do poder de tributar, julgue o item.

Para fins de cobrança, as penalidades pecuniárias impostas ao contribuinte em virtude do descumprimento de obrigações acessórias são equiparadas à obrigação tributária principal, visto que ambas constituem obrigação de dar.

() Certo

() Errado

Questão 26: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Obrigação Tributária Principal (art. 113, §1º do CTN)

De acordo com determinada norma tributária, a venda de mercadoria gera a necessidade de registro contábil e do pagamento do tributo devido. A respeito desse tema, julgue o item seguinte.

O tributo não pago converte-se imediatamente em obrigação principal.

() Certo

() Errado

Questão 27: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Obrigação Tributária Principal (art. 113, §1º do CTN)

De acordo com determinada norma tributária, a venda de mercadoria gera a necessidade de registro contábil e do pagamento do tributo devido. A respeito desse tema, julgue o item seguinte.

O pagamento do tributo extingue toda obrigação tributária existente, incluindo-se a necessidade de registro contábil.

() Certo

() Errado

Questão 28: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Fato Gerador (arts. 114 a 118 do CTN)

De acordo com determinada norma tributária, a venda de mercadoria gera a necessidade de registro contábil e do pagamento do tributo devido. A respeito desse tema, julgue o item seguinte.

O registro da referida venda é uma obrigação tributária, mas não o fato gerador do tributo.

() Certo

() Errado

Questão 29: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Fato Gerador (arts. 114 a 118 do CTN)

Suponha que um contribuinte, de forma consciente e voluntária, tenha deixado de realizar determinada obrigação acessória, o que lhe tenha possibilitado a supressão de tributo

sem que o fisco tomasse conhecimento da prática ilícita. Em face dessa situação hipotética, julgue o item seguinte.

Por ter praticado elisão fiscal, que constitui ilícito administrativo-tributário, o referido contribuinte só poderá ser punido na esfera administrativa.

() Certo

() Errado

Questão 30: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Sujeito: Ativo e Passivo (arts. 119 a 128 do CTN)

Paulo e Jorge, residentes em Goiânia – GO e sem endereço fixo no DF, iniciaram um negócio de vendas de veículos em uma sala no DF para moradores tanto do DF quanto de outros estados, sendo as operações comerciais todas feitas a pedido de clientes que deixavam seus veículos para venda. Após denúncia, o fisco do DF constatou que as operações de venda dos veículos estavam sendo feitas sem o pagamento do respectivo tributo e que não havia inscrição no cadastro fiscal de qualquer sociedade empresária para a realização de tais operações.

Considerando a situação hipotética acima apresentada, julgue o seguinte item.

Paulo e Jorge são responsáveis tributários em razão da infração, visto que eles não podem ser considerados contribuintes ou sujeitos passivos diretos.

() Certo

() Errado

Questão 31: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Sujeito: Ativo e Passivo (arts. 119 a 128 do CTN)

De acordo com determinada norma tributária, a venda de mercadoria gera a necessidade de registro contábil e do pagamento do tributo devido. A respeito desse tema, julgue o item seguinte.

O sujeito passivo diretamente ligado com o fato gerador é denominado responsável tributário.

() Certo

() Errado

Questão 32: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Solidariedade (arts. 124 e 125 do CTN)

Paulo e Jorge, residentes em Goiânia – GO e sem endereço fixo no DF, iniciaram um negócio de vendas de veículos em uma sala no DF para moradores tanto do DF quanto de outros estados, sendo as operações comerciais todas feitas a pedido de clientes que deixavam seus veículos para venda. Após denúncia, o fisco do DF constatou que as operações de venda dos veículos estavam sendo feitas sem o pagamento do respectivo tributo e que não havia inscrição no cadastro fiscal de qualquer sociedade empresária para a realização de tais operações.

Considerando a situação hipotética acima apresentada, julgue o seguinte item.

Entre Paulo e Jorge haverá solidariedade que não comporta o benefício de ordem, podendo qualquer deles ser cobrado pelo valor integral do tributo, em função de se tratar de interesse comum na situação que constitua o fato gerador.

() Certo

() Errado

Questão 33: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Domicílio Tributário (art. 127 do CTN)

Paulo e Jorge, residentes em Goiânia – GO e sem endereço fixo no DF, iniciaram um negócio de vendas de veículos em uma sala no DF para moradores tanto do DF quanto de outros estados, sendo as operações comerciais todas feitas a pedido de clientes que deixavam seus veículos para venda. Após denúncia, o fisco do DF constatou que as operações de venda dos veículos estavam sendo feitas sem o pagamento do respectivo tributo e que não havia inscrição no cadastro fiscal de qualquer sociedade empresária para a realização de tais operações.

Considerando a situação hipotética acima apresentada, julgue o seguinte item.

O domicílio tributário de Paulo e Jorge será em Goiânia – GO, uma vez que eles não possuem residência no DF.

() Certo

() Errado

Questão 34: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Responsabilidade Tributária (arts. 128 a 138 do CTN)

Suponha que determinado empresário tenha adquirido o imóvel de um estabelecimento comercial completamente vazio e tenha dado continuidade à exploração, sob outra razão social, do mesmo ramo do comércio, e que os alienantes tenham prosseguido na exploração da atividade a partir do quinto mês após a alienação. Considerando essa situação hipotética e aspectos gerais da sucessão empresarial, julgue o item que se segue.

Os créditos ainda não constituídos até a data do ato da sucessão empresarial, ainda que se refiram a obrigações tributárias surgidas até aquela data, não podem ser imputados aos adquirentes.

() Certo

() Errado

Questão 35: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Responsabilidade Tributária (arts. 128 a 138 do CTN)

Suponha que determinado empresário tenha adquirido o imóvel de um estabelecimento comercial completamente vazio e tenha dado continuidade à exploração, sob outra razão social, do mesmo ramo do comércio, e que os alienantes tenham prosseguido na exploração da atividade a partir do quinto mês após a alienação. Considerando essa situação hipotética e aspectos gerais da sucessão empresarial, julgue o item que se segue.

O alienante deixa de ser responsável pelos tributos devidos até a data do ato de sucessão empresarial, passando a responsabilidade a ser integral do adquirente.

() Certo

() Errado

Questão 36: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Responsabilidade Tributária (arts. 128 a 138 do CTN)

Suponha que determinado empresário tenha adquirido o imóvel de um estabelecimento comercial completamente vazio e tenha dado continuidade à exploração, sob outra razão social, do mesmo ramo do comércio, e que os alienantes tenham prosseguido na exploração da atividade a partir do quinto mês após a alienação. Considerando essa situação hipotética e aspectos gerais da sucessão empresarial, julgue o item que se segue.

O adquirente responde solidariamente pelos tributos devidos até a data do ato de sucessão empresarial.

() Certo

() Errado

Questão 37: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Responsabilidade Tributária (arts. 128 a 138 do CTN)

Suponha que determinado empresário tenha adquirido o imóvel de um estabelecimento comercial completamente vazio e tenha dado continuidade à exploração, sob outra razão social, do mesmo ramo do comércio, e que os alienantes tenham prosseguido na

exploração da atividade a partir do quinto mês após a alienação. Considerando essa situação hipotética e aspectos gerais da sucessão empresarial, julgue o item que se segue.

O alienante continua responsável pelos tributos devidos até a data do ato de sucessão empresarial, podendo a dívida integral ser cobrada do adquirente, observando-se o benefício de ordem.

() Certo

() Errado

Questão 38: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Responsabilidade Tributária (arts. 128 a 138 do CTN)

Suponha que determinado empresário tenha adquirido o imóvel de um estabelecimento comercial completamente vazio e tenha dado continuidade à exploração, sob outra razão social, do mesmo ramo do comércio, e que os alienantes tenham prosseguido na exploração da atividade a partir do quinto mês após a alienação. Considerando essa situação hipotética e aspectos gerais da sucessão empresarial, julgue o item que se segue.

A sucessão empresarial é uma forma de responsabilidade tributária por transferência, haja vista que a obrigação tributária nasce com o contribuinte, mas é transferida ao responsável.

() Certo

() Errado

Questão 39: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Responsabilidade Tributária (arts. 128 a 138 do CTN)

Suponha que determinado empresário tenha adquirido o imóvel de um estabelecimento comercial completamente vazio e tenha dado continuidade à exploração, sob outra razão social, do mesmo ramo do comércio, e que os alienantes tenham prosseguido na exploração da atividade a partir do quinto mês após a alienação. Considerando essa situação hipotética e aspectos gerais da sucessão empresarial, julgue o item que se segue.

No caso do tributo de ICMS, a substituição tributária para trás corresponde a uma espécie de responsabilidade de terceiros por transferência.

() Certo

() Errado

Questão 40: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Responsabilidade Tributária (arts. 128 a 138 do CTN)

Determinado contribuinte solicitou parcelamento de dívida logo após a lavratura do auto de infração pelo Fisco contra ele, no qual lhe fora imputada fraude em razão de práticas fiscais que acarretaram a supressão de tributos.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item subsequente.

O pedido de parcelamento gera o benefício da espontaneidade para o contribuinte, que se verá livre das multas aplicadas pelo descumprimento das normas tributárias, especialmente aquela correspondente à fraude praticada.

() Certo

() Errado

Questão 41: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Responsabilidade Tributária (arts. 128 a 138 do CTN)

A Assembleia Legislativa do estado X aprovou modalidade de substituição tributária para o setor supermercadista, atribuindo a responsabilidade tributária aos fornecedores de produtos e mercadorias. Em decorrência da norma recém-publicada, o governador do estado editou decreto específico para a fixação de obrigações acessórias aplicáveis aos substitutos tributários e para alteração da data de vencimento da obrigação principal de recolhimento do ICMS, suprimindo lacuna verificada na lei reguladora em relação à operacionalização do regime de substituição tributária.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

a) A modalidade de responsabilidade por substituição atende ao princípio da praticidade e independe de qualquer vínculo jurídico ou fático entre o substituto tributário e o substituído, assegurando à administração tributária um método menos oneroso de fiscalização do cumprimento das obrigações do sujeito passivo.

b) O substituto tributário deve realizar o recolhimento do crédito tributário com base na presunção de ocorrência do fato gerador, e, caso esse fato ou situação fática não se concretize, o próprio responsável tributário deverá solicitar a imediata e preferencial restituição do valor pago indevidamente, observado o prazo decadencial de cinco anos.

c) A previsão de obrigações acessórias para essa hipótese de responsabilidade por substituição aplicável ao ICMS demanda prévio convênio entre os estados, consoante expressa previsão na CF.

d) O referido decreto é qualificado como norma complementar e, diante da ausência de determinação específica, entra em vigor trinta dias após a sua publicação.

e) A definição de obrigações acessórias e a alteração da data de vencimento da obrigação principal por meio de decreto executivo não configuram violação ao princípio da reserva de lei em matéria tributária.

Questão 42: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Responsabilidade Tributária (arts. 128 a 138 do CTN)

Assinale a opção correta com base nas disposições do Código Tributário Nacional (CTN).

- a) A definição do fato gerador da obrigação principal e da obrigação acessória submetem-se à reserva de lei em sentido formal: na primeira espécie obrigacional, a sua ocorrência dá ensejo a uma obrigação de dar; na segunda, há o surgimento de uma obrigação de fazer e não fazer.
- b) A responsabilidade solidária em direito tributário pode ser classificada em natural – quando determinadas pessoas têm interesse comum na situação retratada no fato gerador da obrigação tributária – ou legal – quando expressamente determinada por lei –, sendo o benefício de ordem admitido para ambas as hipóteses.
- c) A sociedade em comum detém capacidade tributária passiva, pois essa condição independe de estar a pessoa jurídica regularmente constituída, tornando-se sujeito passivo da obrigação tributária principal, ainda que, por convenção particular, seja prevista a responsabilidade pessoal dos sócios pelo pagamento de tributos.
- d) A responsabilidade por infrações é elidida pela denúncia espontânea do contribuinte acompanhada do pagamento, ainda que parcial, do crédito tributário devido, não se considerando espontânea a denúncia da prática infracional ocorrida após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização.
- e) A capacidade tributária ativa não se confunde com a competência tributária, pois aquela pode ser delegada a qualquer pessoa jurídica de direito público ou privado, o que implica a transferência das prerrogativas de cobrança, fiscalização e arrecadação do crédito tributário.

Questão 43: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Crédito Tributário (arts. 139 a 193 do CTN)

Determinado contribuinte solicitou parcelamento de dívida logo após a lavratura do auto de infração pelo Fisco contra ele, no qual lhe fora imputada fraude em razão de práticas fiscais que acarretaram a supressão de tributos.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item subsequente.

Nesse caso, o parcelamento tem o mesmo efeito sobre o crédito tributário que o pedido de compensação.

() Certo

() Errado

Questão 44: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Disposições Gerais do Crédito Tributário (arts. 139 a 141 do CTN)

De acordo com determinada norma tributária, a venda de mercadoria gera a necessidade de registro contábil e do pagamento do tributo devido. A respeito desse tema, julgue o item seguinte.

Suponha que aquele que esteja diretamente vinculado ao fato gerador não realize o registro, mas pague o tributo. Nessa situação, caso seja aplicada pena pecuniária pelo descumprimento da obrigação referente ao registro contábil, por meio de lançamento tributário definitivo, fica constituído o crédito tributário.

() Certo

() Errado

Questão 45: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Lançamento e Constituição do Crédito Tributário (arts. 142 a 150 do CTN)

Determinado contribuinte praticou fraude nas suas declarações feitas ao fisco e, com isso, conseguiu suprimir tributo de ICMS do erário público no mês de novembro de 2008. O fisco conseguiu constatar tal supressão apenas em dezembro de 2013, tendo lavrado o respectivo auto de infração.

Com relação a essa situação hipotética, julgue o item, que tratam de lançamento, decadência e prescrição.

A prescrição ocorreu em virtude de o contribuinte já ter realizado o lançamento e o estado não ter efetivado sua cobrança judicial.

() Certo

() Errado

Questão 46: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Lançamento e Constituição do Crédito Tributário (arts. 142 a 150 do CTN)

Considerando que o agente da autoridade da administração tributária lavre auto de infração e apreensão, com retenção de bens, contra determinada empresa, julgue o seguinte item.

Ainda que a administração tributária não efetive o ato de lançamento da penalidade e cobrança do tributo, a empresa não poderá questionar a legalidade da apreensão de seus bens.

() Certo

() Errado

Questão 47: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: Lançamento e Constituição do Crédito Tributário (arts. 142 a 150 do CTN)

Relativamente às formas de constituição do lançamento tributário, julgue o item subsequente.

Se o contribuinte pagou o ICMS e, concomitantemente, prestou declaração em que indicou imposto menor, deve a administração tributária fazer lançamento de ofício pela diferença.

() Certo

() Errado

Questão 48: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: Lançamento e Constituição do Crédito Tributário (arts. 142 a 150 do CTN)

Relativamente às formas de constituição do lançamento tributário, julgue os item subsequente.

O lançamento por homologação é a forma prevista no Código Tributário Nacional para uma situação em que a administração tributária deva apreciar um fato ainda não provado e relativo a lançamento anterior.

() Certo

() Errado

Questão 49: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Suspensão da Exigibilidade do Crédito Tributário (arts. 151 a 155-A do CTN)

Devido à necessidade de atender às despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública, o DF promulgou lei instituindo empréstimo compulsório incidente sobre a transmissão de bens incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item subsequente.

Os contribuintes atingidos com a exação poderão fazer uso da ação declaratória de inexistência de obrigação tributária para a suspensão do crédito tributário, admitindo-se a possibilidade de antecipação de tutela judicial ou do depósito integral e em dinheiro.

() Certo

() Errado

Questão 50: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Suspensão da Exigibilidade do Crédito Tributário (arts. 151 a 155-A do CTN)

Determinado contribuinte solicitou parcelamento de dívida logo após a lavratura do auto de infração pelo Fisco contra ele, no qual lhe fora imputada fraude em razão de práticas fiscais que acarretaram a supressão de tributos.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item subsequente.

Na situação apresentada, o parcelamento gera a suspensão da obrigação tributária.

() Certo

() Errado

Questão 51: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Suspensão da Exigibilidade do Crédito Tributário (arts. 151 a 155-A do CTN)

Determinado contribuinte solicitou parcelamento de dívida logo após a lavratura do auto de infração pelo Fisco contra ele, no qual lhe fora imputada fraude em razão de práticas fiscais que acarretaram a supressão de tributos.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item subsequente.

O parcelamento requerido pelo contribuinte deve ser negado, uma vez que a prática de fraude na relação com o Fisco impede a concessão de parcelamento, de acordo com o Código Tributário Nacional.

() Certo

() Errado

Questão 52: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Extinção do Crédito Tributário (arts. 156 a 174 do CTN)

Determinado contribuinte praticou fraude nas suas declarações feitas ao fisco e, com isso, conseguiu suprimir tributo de ICMS do erário público no mês de novembro de 2008. O fisco conseguiu constatar tal supressão apenas em dezembro de 2013, tendo lavrado o respectivo auto de infração.

Com relação a essa situação hipotética, julgue o item, que tratam de lançamento, decadência e prescrição.

No caso descrito, houve decadência no direito do fisco de lançar o tributo, pois a verificação ocorreu após cinco anos da data do fato gerador.

() Certo

() Errado

Questão 53: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Extinção do Crédito Tributário (arts. 156 a 174 do CTN)

Assinale a opção correta em relação à extinção, suspensão e exclusão do crédito tributário.

a) A compensação é uma modalidade indireta de extinção do crédito tributário mediante o confronto entre créditos e débitos de pessoas reciprocamente credoras e devedoras, podendo ser deferida em caráter liminar pelo juiz quando requerida em sede de ação judicial.

b) A prescrição tributária, modalidade de caducidade de direitos, impede o exercício da pretensão fazendária por meio da propositura da ação de execução fiscal e, assim, transforma a obrigação tributária em obrigação natural, de modo que o seu pagamento ocorrerá por exclusivo interesse do devedor.

c) Na transação, admite-se a concessão recíproca de ônus e vantagens, aplicável em direito tributário apenas em relação aos valores relativos às penalidades pecuniárias e aos juros, pois o crédito tributário objeto da obrigação principal é indisponível.

d) A isenção, norma tributária que dispensa o pagamento de determinado tributo, deve estar prevista em lei específica e ser interpretada restritivamente, inviabilizando-se a utilização de métodos integrativos da legislação tributária, como a analogia.

e) A anistia consiste na liberação graciosa, por expressa autorização legal, da obrigação tributária principal surgida com a realização do fato gerador pelo contribuinte.

Questão 54: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: Dívida Ativa Tributária (arts. 201 a 204 do CTN)

No que diz respeito à execução fiscal, julgue o seguinte item.

Proposta uma ação de execução fiscal, é admissível que se emende a certidão de dívida ativa que a ensejou até a decisão de primeira instância.

() Certo

() Errado

Questão 55: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2004

Assunto: Dívida Ativa Tributária (arts. 201 a 204 do CTN)

No que diz respeito à execução fiscal, julgue o seguinte item.

A dívida ativa inscrita goza de presunção de certeza e de liquidez, que pode ser ilidida por prova inequívoca apresentada pela administração pública.

() Certo

() Errado

Questão 56: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Jurisprudência dos Tribunais Superiores em Matéria Tributária

Julgue o seguinte item, a respeito do IPTU, do ICMS e de isenção tributária.

Conforme jurisprudência do STJ, admite-se, no processo administrativo, a fixação da base de cálculo do ICMS no valor da mercadoria submetido ao regime de pauta fiscal.

() Certo

() Errado

Questão 57: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Jurisprudência dos Tribunais Superiores em Matéria Tributária

No que diz respeito à obrigação principal e acessória, assinale a opção correta com base na jurisprudência atual do STJ.

a) A presunção de legitimidade assegurada à certidão da dívida ativa não afasta a possibilidade de discussão judicial da condição de responsável tributário indicada no título executivo por meio da exceção de pré-executividade, visto que não há, nessa hipótese, a necessidade de dilação probatória.

b) À administração tributária não interessa levar a protesto a certidão da dívida ativa, título executivo extrajudicial que já goza de presunção de certeza e liquidez e confere publicidade à inscrição do débito na dívida ativa.

c) A declaração do contribuinte exigida por lei constitui o próprio crédito tributário, sendo desnecessária qualquer atividade subsequente da administração tributária para a formalização do lançamento fiscal ou a notificação do contribuinte para pagamento.

d) A responsabilidade do sócio-administrador pelos tributos devidos pela pessoa jurídica demanda a comprovação da prática de atos ultra vires ou com infração à lei, ou a dissolução irregular da empresa, e, nessa última hipótese, a responsabilização alcança o sócio administrador que tenha consentido com o ato de dissolução irregular e todos os demais sócios-administradores que, durante o exercício da administração, tenham inadimplido o crédito tributário.

e) Ao comerciante de boa-fé não é permitido o aproveitamento dos créditos de ICMS decorrentes de nota fiscal posteriormente declarada inidônea, ainda que demonstrada a veracidade da compra e venda.

Questão 58: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Considerando os limites ao exercício do poder de tributar, julgue o item.

A imunidade recíproca beneficia sociedades de economia mista que prestem serviços públicos estatais essenciais e exclusivos, como, por exemplo, o serviço de saneamento básico, ainda que tais serviços sejam remunerados por tarifas.

() Certo

() Errado

Questão 59: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Considerando os limites ao exercício do poder de tributar, julgue o item.

A capacidade tributária ativa difere da competência tributária, podendo ser delegada a outras pessoas jurídicas de direito público. Nesse caso, a delegação envolverá a transferência legal dos poderes de cobrança, arrecadação e fiscalização.

() Certo

() Errado

Questão 60: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Considerando os limites ao exercício do poder de tributar, julgue o item.

Os convênios firmados pelos estados para dispor a respeito de isenções do ICMS são qualificados como normas complementares, pois não inovam o ordenamento jurídico.

() Certo

() Errado

Questão 61: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Considerando os limites ao exercício do poder de tributar, julgue o item.

As limitações ao poder de tributar são normas de restrição da competência tributária taxativamente previstas na CF.

() Certo

() Errado

Questão 62: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Considerando o desenvolvimento da relação jurídica tributária, julgue o próximo item.

Em decorrência do princípio tributário da autonomia dos estabelecimentos, não se admite a penhora de depósitos de titularidade das filiais de uma pessoa jurídica que possua débitos tributários lançados contra a sua matriz.

Certo

Errado

Questão 63: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Considerando o desenvolvimento da relação jurídica tributária, julgue o próximo item.

Admite-se a extinção de microempresa e de empresa de pequeno porte mediante baixa de seus atos constitutivos, independentemente de comprovação de sua regularidade fiscal; nesse caso, será subsidiária a responsabilidade dos titulares, dos sócios e dos administradores no período da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

Certo

Errado

Questão 64: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Considerando o desenvolvimento da relação jurídica tributária, julgue o próximo item.

No caso de tributo sujeito a lançamento por homologação com indicação legal de termo de pagamento, o prazo prescricional para a propositura da execução fiscal conta-se da data estipulada como vencimento para a quitação do crédito declarado e inadimplido.

Certo

Errado

Questão 65: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Considerando o desenvolvimento da relação jurídica tributária, julgue o próximo item.

A compensação é modalidade de extinção do crédito tributário que, se tiver por objeto tributo contestado judicialmente, somente se concretizará após a formação da coisa julgada a favor do contribuinte.

Certo

Errado

Questão 66: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Considerando o desenvolvimento da relação jurídica tributária, julgue o próximo item.

A penhora de bem ou de direito que promova a satisfação integral do crédito tributário assegurará ao sujeito passivo da relação jurídica tributária o direito de obter certidão positiva com os mesmos efeitos da certidão negativa.

Certo

Errado

Questão 67: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Em relação às espécies tributárias e às características dessas espécies, julgue o item que se segue.

É inconstitucional a fixação de alíquota progressiva para o ITCMD.

Certo

Errado

Questão 68: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Em relação às espécies tributárias e às características dessas espécies, julgue o item que se segue.

Aplica-se o princípio da tributação na origem e no destino em caso de comercialização de mercadoria por contribuinte do ICMS localizado em estado diverso do estado do consumidor final, o que enseja a repartição do crédito tributário mediante o sistema de alíquotas interestaduais e internas.

Certo

Errado

GABARITO

1) Errado	2) Certo	3) Certo	4) Certo
5) Errado	6) Errado	7) Errado	8) Certo
9) Errado	10) Certo	11) Errado	12) Certo
13) Errado	14) Errado	15) Certo	16) Errado
17) Errado	18) Certo	19) Errado	20) Errado
21) Errado	22) Errado	23) Errado	24) A
25) Certo	26) Errado	27) Errado	28) Certo
29) Errado	30) Errado	31) Errado	32) Certo
33) Errado	34) Errado	35) Errado	36) Errado
7) Certo	38) Certo	39) Errado	40) Errado
41) E	42) C	43) Errado	44) Certo
45) Errado	46) Errado	47) Certo	48) Errado
49) Certo	50) Errado	51) Certo	52) Errado
53) D	54) Certo	55) Errado	56) Errado
57) C	58) Certo	59) Certo	60) Errado
61) Errado	62) Errado	63) Errado	64) Certo
65) Certo	66) Certo	67) Errado	68) Certo

DIREITO URBANÍSTICO

Questão 1: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Lei nº 10.257/2001 - Estatuto das Cidades

Julgue o item subsequente, acerca da Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno, do Estatuto da Cidade e da disciplina constitucional do direito urbanístico.

O Estatuto da Cidade reitera a exigência constitucional de elaboração e aprovação de plano diretor para municípios acima de vinte mil habitantes, devendo esse instrumento ser revisto, obrigatoriamente, a cada cinco anos.

Certo

Errado

Questão 2: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Lei nº 10.257/2001 - Estatuto das Cidades

Julgue o item subsequente, acerca da Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno, do Estatuto da Cidade e da disciplina constitucional do direito urbanístico.

São instrumentos do Estatuto da Cidade para a realização da política urbana, entre outros: o zoneamento ambiental, a contribuição de melhoria, a desapropriação, a servidão administrativa, o direito de preempção e a usucapião especial de imóvel urbano.

Certo

Errado

Questão 3: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Lei nº 10.257/2001 - Estatuto das Cidades

Julgue o item subseqüente, acerca da Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno, do Estatuto da Cidade e da disciplina constitucional do direito urbanístico.

Cabe à União instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, e aos estados instituir, mediante lei complementar, regiões metropolitanas, devendo o DF elaborar PDOT dispondo acerca das políticas de ordenamento territorial.

Certo

Errado

Questão 4: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Lei nº 10.257/2001 - Estatuto das Cidades

A respeito do Estatuto da Cidade, da desapropriação e das regras de uso do solo urbano no DF, julgue o item que se segue.

É obrigatório, para a construção de edificações de uso público no Distrito Federal, que pelo menos um dos elevadores, ou um por prumada, seja construído com cabine suficientemente ampla para permitir movimentação cômoda de cadeirante e o giro de cadeira de rodas.

Certo

Errado

Questão 5: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Lei nº 10.257/2001 - Estatuto das Cidades

A respeito do Estatuto da Cidade, da desapropriação e das regras de uso do solo urbano no DF, julgue o item que se segue.

Diferentemente do EIA, o estudo de impacto de vizinhança não é um documento público, devendo o cidadão interessado em obter acesso ao seu conteúdo formular requerimento fundamentado ao órgão competente do poder público municipal, que analisará a procedência do pedido.

Certo

Errado

Questão 6: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Lei nº 10.257/2001 - Estatuto das Cidades

A respeito do Estatuto da Cidade, da desapropriação e das regras de uso do solo urbano no DF, julgue o item que se segue.

Caso o imóvel urbano seja considerado subutilizado, o proprietário deverá ser notificado pelo Poder Executivo municipal, averbando-se a notificação no cartório de títulos e documentos.

Certo

Errado

Questão 7: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Lei nº 10.257/2001 - Estatuto das Cidades

A respeito do Estatuto da Cidade, da desapropriação e das regras de uso do solo urbano no DF, julgue o item que se segue.

Por ser a desapropriação-sanção uma penalidade decorrente do descumprimento de obrigação ou ônus urbanístico, o proprietário que sofrer esse tipo de desapropriação não terá direito a indenização.

Certo

Errado

Questão 8: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Lei nº 10.257/2001 - Estatuto das Cidades

A respeito do Estatuto da Cidade, da desapropriação e das regras de uso do solo urbano no DF, julgue o item que se segue.

Considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que essa subdivisão não implique abertura de novas vias e logradouros públicos, nem o prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes.

Certo

Errado

Questão 9: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Lei nº 10.257/2001 - Estatuto das Cidades

Com relação a meio ambiente cultural e ao Estatuto da Cidade (Lei n.º 10.257/2001), julgue o próximo item.

Em cidades com população igual ou superior a vinte mil habitantes, é obrigatória a elaboração de um plano diretor e de um plano de transporte urbano integrado.

Certo

Errado

Questão 10: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Lei nº 6.766/1979 - Parcelamento do Solo Urbano

No que se refere ao parcelamento do solo urbano e aos registros públicos, julgue o item seguinte.

Aprovado o projeto de loteamento pelo município, o loteador deverá submetê-lo ao registro imobiliário, acompanhado dos documentos indicados na lei, dentro de cento e oitenta dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Certo

Errado

Questão 11: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Decreto-Lei nº 25/1937 - Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Julgue o próximo item, relativo à proteção do patrimônio cultural e às áreas de preservação permanente.

São sujeitos ao tombamento apenas os bens culturais, ou seja, os que sejam produto da atividade do ser humano ou revelem a combinação da ação do ser humano com a natureza.

Certo

Errado

Questão 12: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Decreto-Lei nº 25/1937 - Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Acerca do patrimônio cultural e da proteção ambiental das terras indígenas, julgue o item que segue.

A promoção e proteção do patrimônio cultural brasileiro é responsabilidade do poder público, com a colaboração da comunidade, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

Certo

Errado

Gabarito

1) Errado	2) Certo	3) Certo	4) Errado	5) Errado	6) Errado
7) Errado	8) Errado	9) Errado	10) Certo	11) Errado	12) Certo

